



**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Comunicação e Expressão  
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo**

**MESTRADO EM JORNALISMO**

**O DISCURSO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
NO DIÁRIO CATARINENSE**

**Cristian Madalena Derosa**

**Florianópolis  
2013**

Cristian Madalena Derosa

## **O DISCURSO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO DIÁRIO CATARINENSE**

Dissertação submetida ao  
Programa Pós-Graduação em  
Jornalismo da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como  
exigência parcial para obtenção  
do título de Mestre em  
Jornalismo, sob a orientação do  
Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim.

Florianópolis  
2013

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela oportunidade.

Ao orientador, Jorge Kanehide Ijuim por toda a ajuda.

Ao professor Francisco Karam, pela ajuda no trabalho de co-orientação.

Às professoras Gislene Silva e Daisi Vogel pelas sugestões no exame de qualificação.

A todo o corpo de professores do Departamento de Pós-Graduação em Jornalismo.

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe analisar o discurso do tema das Mudanças Climáticas e Aquecimento Global no jornal Diário Catarinense, no ano de 2007, período em que foram publicados os relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas). O objetivo desta análise é verificar o modo como se deu a adesão do jornal à opinião de uma parte da comunidade científica representada pelo relatório em detrimento de diferentes visões sobre o fenômeno climático no que diz respeito às suas causas e consequências. Buscando delinear as influências da agenda midiática, como é vista na teoria do agendamento, o trabalho também examina as matérias veiculadas por meio de uma análise de conteúdo, dividindo-a em análises quantitativa e qualitativa, segundo as funções do jornalismo ambiental, formações discursivas e análise de fontes jornalísticas, de modo a compreender de que forma essa adesão foi discursivamente construída.

**Palavras-chave:** Jornalismo ambiental; Agendamento; Mudanças climáticas; Diário Catarinense.

## ABSTRACT

This research had as objective to the analysis the Climate Change and Global Warming approach from Diário Catarinense newspaper , in 2007, which IPCC report (Intergovernmental Panel on Climate Change), was published. This analysis objectived understand how to move the publication opinion about part of scientifics communities, instead the different views on the Climate Change about it causes and consequences. Checking the media agenda definers, as is seen in the agenda-setting theory and examining the articles published by a content investigation, according to the functions of environmental journalism, and discursive analysis of journalistic sources in order to understand how this membership was socially and politically constructed.

**Keywords:** Environmental journalism; Agenda-setting; Climate change; Diário Catarinense.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1 - Função do formalismo ambiental.....	101
Ilustração 2 - Formação discursiva .....	102
Ilustração 3 - Fontes.....	102
Ilustração 4 - Fontes utilizadas pelo Diário Catarinense.....	104
Ilustração 5 - Sequência funcional do jornalismo .....	105

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Saliência ao longo dos meses.....	66
Tabela 2 - Função do jornalismo .....	100
Tabela 3 - Formação discursiva .....	101
Tabela 4 - Fontes das matérias.....	103

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 - JORNALISMO E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>13</b>
1.1 Rumos do jornalismo .....	13
1.2 Ambientalismo e a pauta ambiental .....	18
1.3 Jornalismo ambiental e o valor-notícia .....	30
<b>CAPÍTULO 2 - O AGENDAMENTO E AS FONTES NO JORNALISMO .....</b>	<b>33</b>
2.1 A esfera pública e o jornalismo .....	33
2.2 A teoria da agenda .....	36
2.3 Revolução das fontes e o contra-agendamento .....	45
2.4 Agendamento e estudo de fontes .....	50
2.5 As fontes a serem analisadas .....	59
<b>CAPÍTULO 3 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO DIÁRIO CATARINENSE E O RELATÓRIO DO IPCC.....</b>	<b>63</b>
3.1 Introdução metodológica.....	63
3.1.1 Objeto empírico: o Diário Catarinense .....	64
3.2 Presença dos temas nas páginas do DC.....	65
3.2.1 Editoriais e artigos de opinião.....	65
3.2.2 Saliência ao longo dos meses.....	65
3.2.3 Tópicos paralelos .....	66
3.2.4 Energia .....	67
3.2.5 Clima.....	67
3.3 Abordagem das matérias.....	68
3.3.1 Abordagem segundo a função e formação discursiva .....	69
3.4 Análise da abordagem das matérias.....	70
3.4.1 Análise 1 – Revelação alarmante .....	70
3.4.2 Análise 2 – O papel da composição na mensagem .....	75
3.4.3 Análise 3 – Dias mais quentes e o incremento ao alarmismo .....	80
3.4.4 Análise 4 – Chamado à responsabilidade global.....	83
3.4.5 Análise 5 – Ainda há tempo .....	87
3.4.6 Análise 6 – Mudanças sentidas na pele.....	91
3.4.7 Análise 7 – Conscientização ecológica .....	96
3.5 Análises das fontes .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>





## INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2007, as Nações Unidas publicaram o quarto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), apresentado pelo órgão que reunia cientistas de 150 países para analisar as mudanças no clima terrestre. A publicação do documento mobilizou a imprensa do mundo inteiro e o assunto se tornou amplamente debatido nos diferentes âmbitos da sociedade. Como conclusões científicas, o relatório apontava o preocupante cenário de um aquecimento da atmosfera e enumerava consequências como o aumento do nível do mar, extinção de espécies, além de mudanças drásticas na geografia terrestre e, posteriormente, na economia mundial. A principal causa que concorria para isso, segundo os cientistas, foi a influência do homem no meio ambiente através da emissão de gases de efeito estufa, fruto da crescente industrialização.

Embora a opinião científica sobre estas causas não formassem nenhum consenso dentro do campo da ciência, as conclusões do IPCC foram interpretadas pela imprensa como algo irreversível, decisivo e, portanto, consensual entre os cientistas. Afinal, o relatório salientava que havia 90% de chances do fenômeno ser causado pelo homem, ou seja, dos prognósticos científicos estarem corretos. Na imprensa, porém, chegou-se a dizer que esses 90% se referiam ao percentual de culpa humana no fenômeno. Muitos cientistas vieram a público chamando a atenção para as distorções da mídia e a pouca divulgação da divergência que havia entre os próprios cientistas responsáveis pelas pesquisas do relatório.

Diante disso, pesquisadores de mídia começaram a se interessar por esse fenômeno midiático que produzia reportagens alarmistas e que concedia pouca publicidade a ideias contrárias à tese do chamado aquecimento antropogênico, de causas humanas. A publicação do relatório do IPCC e sua divulgação deram grande impulso à causa ambiental já existente há décadas, reforçando a sua imagem como novo paradigma de desenvolvimento. O ambientalismo se tornou rapidamente um emergente código moral, com seus prognósticos técnicos e códigos de conduta que iam além da vida social passando por responsabilidades individuais e recomendando comportamentos sociais, políticos, empresariais e governamentais ditos ecologicamente corretos. Esta nova visão parecia basear-se na interpretação de resultados de uma única comunidade científica cuja opinião era tida como homogênea e consensual. Este pensamento único que aparecia na mídia chamou a atenção de pesquisadores como Painter (2008) que notou a pouca

presença da chamada “opinião cética”, isto é, contrária à hipótese antropogênica, nas páginas dos jornais.

A partir de uma análise de conteúdo nos jornais brasileiros Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, entre fevereiro e junho de 2007, o estudo de Painter revelou que de 1% a 3% dos artigos de opinião apresentavam o posicionamento cético, bem diferente dos jornais de países como o Reino Unido (de 4% a 23%) e EUA (de 13% a 40%). O trabalho de Painter abrangia jornais de 50 países.

Outra pesquisa que se concentrou na forma como o jornalismo ambiental brasileiro abordou a questão foi o relatório da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) (2008), que detalhou a cobertura a partir do monitoramento de 50 jornais de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, entre julho de 2005 e dezembro de 2008. O objetivo do estudo foi avaliar em que medida questões relacionadas ao fenômeno das Mudanças Climáticas repercutem na imprensa nacional e investigar a qualidade desse conteúdo. Os resultados da análise de textos publicados entre 2005 e 2007, evidenciaram um aumento significativo no número de matérias sobre Mudanças Climáticas, especialmente no segundo semestre de 2006. O assunto se manteve em ascensão nos jornais até junho de 2007, quando se iniciou uma queda que durou até 2008. Esta mesma tendência foi observada em pesquisas internacionais de acordo com o relatório.

Os resultados destas duas pesquisas levam a um questionamento acerca da influência que o tratamento de temas científicos e ambientais pode exercer nas pautas públicas e na sua relação com agendas políticas internacionais. Um dos caminhos de reflexão dessas questões pode estar nas perguntas que originaram teorias como a Agenda-Setting (agendamento), de McCombs e Shaw (1972), cuja preocupação com as relações entre as agendas públicas e políticas levou ao estudo dos fatores formadores da agenda da mídia. A influência exercida entre agendas políticas ou governamentais no conjunto de hábitos profissionais do jornalismo para tentar definir as preocupações do público, se tornou um dos principais objetos de estudo da teoria do agendamento. Utilizamos a estrutura teórica do Agenda-Setting no presente trabalho para a compreensão da rede de definidores das prioridades no discurso da mídia.

Em 2009, dois anos após o lançamento do quarto relatório do IPCC, a notícia de um vazamento de e-mails trocados entre cientistas responsáveis pelo relatório de 2007 revelou a intencional adulteração dos dados com o objetivo de mostrar um aumento excessivo da temperatura da Terra. O escândalo conhecido como Climategate teve

ampla repercussão e colocou o IPCC em uma situação de evidente suspeita.

Entre outras coisas, o escândalo apontava para uma fragilidade dos dados científicos apresentados, o que devia afetar a confiabilidade do IPCC e, conseqüentemente, das Nações Unidas. Do mesmo modo, a credibilidade da cobertura midiática de temas científicos poderia ser comprometida diante da posição manifestada pelos jornais da época.

### **A pesquisa e os seus objetivos**

Nossa pesquisa buscou compreender o tratamento dado à questão Mudanças Climáticas, ou Aquecimento Global, em uma esfera regional representada pelo jornal Diário Catarinense, durante a primeira metade de 2007, período em que foi publicado o relatório do IPCC.

A questão que norteia esta pesquisa gira em torno das suposições levantadas pela percepção da tendência encontrada no conteúdo do jornal Diário Catarinense, em que a imprensa, ao adotar um discurso único, teria atendido, voluntária ou involuntariamente, a interesses políticos e econômicos internacionais que a influenciaram desde fora do campo jornalístico. Esses interesses, de acordo com Santos (2013), estariam ligados à tendência da globalização e da formação de forças supra-nacionais como instâncias decisórias centralizadas em instituições internacionais. Assim, compreende-se a necessidade da análise dos fatores que influenciam a mídia e formam o conjunto de seus definidores. A opção pela opinião antropogênica do Aquecimento Global, por parte da imprensa, parece fornecer uma oportunidade de estudo desses fatores e dos meios pelos quais instâncias decisórias e formadoras de opinião são representadas pela atividade jornalística.

Do mesmo modo, o poder da ciência e sua credibilidade simbólica dentro no imaginário, por conta da sua apropriação por instituições internacionais, transformam os resultados científicos em critério de validade pública para medidas políticas, econômicas e sociais.

Com base na percepção de Lippmann (2008), de que os jornais definem grande parte das imagens associadas aos fatos e pautas públicas, buscamos apresentar uma análise das notícias e reportagens do DC a partir do referencial da Teoria do Agendamento, de McCombs e Shaw (1972), no que se refere ao exame da agenda midiática. Para isso, nos concentramos inicialmente na saliência da visão antropogênica do Aquecimento Global e na forma como ela se apresenta no discurso da especialidade do jornalismo ambiental, para então empreendermos a

análise das fontes escolhidas pelo veículo. Também buscamos chamar a atenção para a presença quantitativa de editoriais e artigos de opinião que se alinharam àquela visão em comparação com as manifestações divergentes, de modo a observar parte da tendência apontada por Painter.

Ao analisar o conteúdo noticioso do DC no período (que vai) de fevereiro a julho de 2007, buscamos respeitar a ordem dada no próprio processo do agendamento. Dessa forma, o percurso de investigação começa pela fase quantitativa, que enumera a saliência do tema no todo compreendido durante o período e enfatizando a relação da incidência do assunto com os eventos das publicações dos relatórios do IPCC, além da sua relação com outros tópicos abordados. A partir desta coleta inicial, portanto, o exame dirige o foco à chamada segunda dimensão do agendamento, isto é, a abordagem daquelas matérias selecionadas. A segunda fase do processo do agendamento diz respeito aos atributos associados ao tema e, em seguida, mensura-os conforme a saliência quantitativa de cada tipo de abordagem.

Para eleger os critérios utilizados na definição do enfoque das matérias sobre Mudanças Climáticas, partimos das categorias funcionais do jornalismo ambiental, do modo como foram definidas por Bueno (2007): função informativa, política e pedagógica. Embora tenhamos consciência de que uma única matéria possa desempenhar mais de uma destas funções, procuramos apontar dentre elas a mais representativa em cada texto jornalístico.

Outra técnica que usamos para ler as matérias em sua intencionalidade ou efeito foi o estudo do discurso, em que pretendemos perguntar qual o entendimento implícito no texto sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, a partir de categorias discursivas. Buscamos a incidência de formações discursivas que representam uma visão naturalista, técnica ou social, conforme modelos propostos por Caporal, Costabeber e Escobar (2001). Assim pudemos compreender o modo como o discurso do jornalismo ambiental se articula durante o período de nossa análise e ter uma ideia da predominância de determinado tipo de discurso em cada caso, o que implica um exame da visão de meio ambiente no jornalismo.

Para entender ainda mais a rede de influências da cobertura do jornalismo ambiental deste caso particular, optamos por analisar as fontes usadas pelo DC nas matérias sobre o Aquecimento Global, usando a classificação sugerida por autores como Lage (2000), para as fontes oficiais, institucionais, especializadas, entre outras. A compreensão da rede de fontes de uma publicação, segundo Gans

(1979), é um meio importante para entender a estrutura social e a organização produtiva do veículo. Um jornal com maior circulação e demanda de trabalho acaba recorrendo mais às oficiais ou institucionais por estas fornecerem materiais suficientes, o que evita que os jornalistas tenham de consultar um número excessivo de fontes. Neste caso, devem prevalecer aquelas com maior credibilidade possível e as que conseguem demonstrar esta qualidade são então consideradas fontes seguras e regulares. As fontes científicas consideradas especializadas parecem atender a esta condição, além de satisfazerem também a demanda por credibilidade representando o poder da ciência como validadora dos critérios de veracidade na sociedade moderna.

A necessidade da compreensão dos fatores influenciadores das pautas jornalísticas e da agenda da mídia vai muito além de uma mera precaução contra definição exterior das suas prioridades. O jornalismo enquanto instância definidora das preocupações públicas tem sido alvo da influência de diversos campos sociais com objetivos de influenciar a pauta pública, lugar de legitimação das esferas políticas e governamentais.

## **CAPÍTULO 1 - JORNALISMO E MEIO AMBIENTE**

### **1.1 Rumos do jornalismo**

A história do jornalismo pode ser ordenada a partir de quatro gerações distintas que se adaptaram às circunstâncias sociais e históricas, conforme apontam Charron e Bonville (2004): a primeira era chamada de “jornalismo de transmissão” que, surgida no século XVII, tinha a função de transmitir as informações de diferentes fontes sem alterá-las. A partir do século XIX, surge a geração do “jornalismo de opinião”, uma vertente tipicamente européia que busca estar a serviço das lutas políticas e formadoras de uma opinião pública. Este segundo caminho do jornalismo buscava servir a lutas políticas. Como instrumento da burguesia, ligado a interesses primeiro econômicos e mais tarde políticos e ideológicos, este jornalismo tinha a função de difundir aquelas ideias que representavam a burguesia em ascensão. A concepção do jornalismo, assim, estava na necessidade de orientar socialmente o público, abordar a multiplicidade de fenômenos em sua complexidade.

Já no final do século XIX, surgia o que os autores chamam “jornalismo de informação”, um modelo que trazia um foco na atualidade e se desenvolveu especialmente nos Estados Unidos. Para Bill Kovach e Tom Rosenstiel, a atividade jornalística passou a basear-se na ideia de que “a verdade devia ser uma defesa contra a difamação”. Estes valores rapidamente se tornaram parte das origens da imprensa norte-americana e serviram de base para a ideia de imprensa livre (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 37-38).

A expansão dos jornais, ainda no século XIX, permitiu a criação de novos empregos na atividade jornalística e um número considerável de pessoas passou a depender da profissão e consequentemente a defender um novo objetivo, o de fornecer informação e não propaganda.

Ao longo daquele século, portanto, o jornalismo se tornou um negócio que buscava independência de ideias mas também o lucro para as empresas que nasciam. O novo produto deste jornalismo surgiu com nova proposta: notícias baseadas nos fatos e não nas opiniões. Esse processo foi consolidado como uma história do jornalismo e o novo paradigma se tornou mais visível na era da globalização, culminando em dois outros processos fundamentais que marcaram a evolução da atividade jornalística: a comercialização e a profissionalização dos trabalhadores (TRAQUINA, 2005).

Com isso a atividade ganhou certa autonomia e independência diante da realidade anterior de dependência de partidos políticos que perdurou pelo século XIX. Mas o desenvolvimento da imprensa passava a estar diretamente relacionado com a industrialização da sociedade e dependia da nova forma de financiamento que era a publicidade. Embora o jornalismo tivesse conquistado certa autonomia da política, manteve-se, de certa forma, em curso de adequar-se aos seus anunciantes a partir do desenvolvimento e profissionalização também da própria publicidade (O'BOYLE, 1968). E foi para oferecer um serviço de qualidade, com o qual seus anunciantes desejariam estar associados, que se deu a instalação do novo paradigma do jornalismo como informação e não mais como propaganda política, mas uma atividade que privilegiaria os fatos.

Em uma época de economia em expansão, a publicidade começa a se tornar cada vez mais importante e mais central para o jornal dentro do novo modelo de negócio, junto da concorrência entre jornais.

A nova legitimidade do jornalismo, portanto, desde a Revolução Francesa e mantendo-se pelos séculos seguintes, ocorreu perante o antagonismo do poder político em um processo de secularização e luta por autonomia e liberdade, o que em seguida foi aperfeiçoado na luta para a conquista de uma nova forma de governo associada à democracia moderna, em detrimento das velhas formas políticas. Posto em cheque pelos intelectuais com o auxílio do jornalismo, portanto, o antigo poder absoluto dos reis fora substituído por soluções mais dinâmicas, viabilizando as discussões em um novo sistema de poder baseado na “opinião pública” (TRAQUINA, 2005).

A partir daí, a imprensa se tornou um meio interessado e interesseiro, segundo Santos (1992), na mediação dos discursos. A credibilidade dos jornais logo se torna um bem de grande valor, para a qual não se pode prescindir de estratégias discursivas. “Conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento” (SANTOS, 1992, p. 101). Em seguida, porém, busca-se um caminho mais nobre para a mídia, sem que fique presa ao senso comum mas que volte-se para as necessidades das pessoas e não do mercado.

No século XX, estudos em torno da comunicação seguiram a linha das modernas teorias sociais, vindas da filosofia, história e sociologia. Mas a ampliação dessas pesquisas foi gerando uma especificidade da sua problemática a partir de uma compreensão mais ampla do que vem a ser a comunicação. A função constitutiva da realidade na comunicação se tornou mais clara nestes estudos que



começam a dar mais atenção às interações simbólicas como meios de transformação da sociedade.

Há aí a diferenciação entre a comunicação em si, tomados como interação social e humana, dos chamados meios de comunicação social, que constituem a mediação tecnológica. E é justamente a distinção entre o processo social e o meio técnico que pode ter dado origem às primeiras teorias de cunho funcionalista como a teoria da informação. A partir do funcionalismo, a sociedade é vista como produto da comunicação, considerada resultado de um processo simbolicamente estruturado em que os homens “não agem em função das coisas, mas do significado que as coisas tomam no processo de comunicação” (RÜDIGER, 1995, p. 34).

A crítica aos modelos funcionalistas e à influência do capitalismo no modo de comunicar, aparece com o surgimento de pesquisadores da Teoria Crítica, escola de base marxista “não-ortodoxa” que buscava dar um sentido diverso ao processo histórico e cultural. Para eles, a comunicação é vista como generalização simbólica enquanto mediação mais ou menos universal do modo de produção (RÜDIGER, 1995). A comunicação, neste sentido, é fundamentada no trabalho e possibilitada pela linguagem que passa a ser o meio pelo qual surge a “consciência social”.

Mas herdeiro do modelo de caráter funcionalista, surge nas décadas de 1970 e 1980, o chamado “jornalismo de comunicação”, que busca atender às expectativas do público alvo consumidor. A partir dos anos 80, dentro dos chamados Estudos Culturais, com viés interdisciplinar, passou-se a refletir sobre o modo como os diferentes grupos sociais recebiam as mensagens da mídia, o que abre caminho para uma nova forma de ver a comunicação (RÜDIGER, 2002).

Genro Filho (1987) tenta propor uma teoria específica para o jornalismo a partir da perspectiva da dialética marxista. A crença na objetividade do jornalismo, no entender de Genro Filho, não mais se sustenta na teoria nem na prática e o autor salienta o caráter de inevitabilidade da parcialidade e subjetividade inerente à prática profissional do jornalista. Além disso, chama a atenção para a característica burguesa dos pressupostos sobre objetividade e “verdade dos fatos”, salientando que as técnicas jornalísticas consagradas, como o lead, embora possuam méritos, não facilitam a compreensão da complexidade social da realidade dentro da perspectiva dialética. “Ora, sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta medida por interesses particulares”. (GENRO FILHO, 2012, p.153-154).

Assim, a própria noção de objetividade é questionada nos moldes do construcionismo que sustenta a existência de um “imaginário da objetividade” gerado por uma “vontade de verdade”. Na perspectiva construcionista, na qual somos o resultado da história e prisioneiros da língua e da ideologia, estamos condenados à relação com a ética e a política. Para Orlandi (2001), a exigência de que haja verdade por trás das palavras se articula com a importância que se dá à ausência de contradições (ORLANDI, 2001).

Assim, é a crença na objetividade responsável pelas definições do jornalismo que o fragmentam em categorias ou gêneros, de acordo com o nível de objetividade, tal como a diferença entre informação e opinião.

Mas embora no decorrer do seu desenvolvimento o jornalismo tenha se identificado com os valores da democracia, ele não é sinônimo e nem causa de uma sociedade democrática. Como lembra Schudson (2008), em diversas ocasiões na história foi possível identificar um jornalismo sem que houvesse democracia e, nestes casos, as suas práticas não mudaram substancialmente. Revoluções democráticas podem ser feitas com a ajuda do jornalismo, como se almeja, mas também revoluções autoritárias e sectárias podem utilizar o jornalismo como método de manipulação e controle da opinião pública (SCHUDSON, 2008). A crença do jornalismo como motor de mudanças sociais possui esse inconveniente perigo quando não vincula-se a valores democráticos e éticos.

O desenvolvimento do jornalismo, portanto, parece ter sido guiado por movimentos e transformações sociais que se seguiram da ascensão burguesa até o estabelecimento de uma Indústria Cultural, quando a comunicação de massa se torna palco prioritário de lutas simbólicas pelo poder e significação social. O alvo dessa guerra por influência é a agenda de preocupações da sociedade contemporânea e o controle da complexidade do seu funcionamento. Lembra Bourdieu (1989) que a sociedade é organizada a partir da diversidade de campos sociais representando diversos universos simbólicos, marca da multiplicidade de orientações para as ações sociais e políticas. Os discursos dos sujeitos, por sua vez, deixam transparecer determinados ângulos da realidade.

Percebe-se, conforme aponta Hall (2003), que o desenvolvimento do jornalismo abriga um processo de luta pela definição primária, isto é, pelo controle do que é pauta dos jornais e, por conseguinte, o que é assunto na sociedade. Isso se intensifica na sociedade moderna onde subsiste a figura da democracia e da opinião pública como geradora de debate.

Portanto, desde a sua origem, os jornais parecem se definir na luta pela independência ou libertação de compromissos assumidos, seja do antigo regime, no período revolucionário, depois pelos intelectuais e ideias políticas que dominaram os jornais, passando pelo financiamento político de líderes locais e culminando no compromisso da conquista de um público consumidor necessário à subsistência e manutenção destes novos negócios durante os processos de urbanização. As lutas simbólicas que utilizam os jornais como palco sempre existiram, diferindo em destino e ponto de partida, foco ou abordagem, mas coincidindo basicamente no que diz respeito à luta pelo poder simbólico, pela exclusividade nos processos de significação e definição das pautas.

O principal valor dentro de um ambiente de concorrência por atenção e definição das preocupações e dos valores públicos é o valor da própria credibilidade junto à sociedade. Instâncias mais credíveis são sempre vistas como detentoras de um maior potencial de convencimento, persuasão e até de mediações dos conflitos. A partir da modernidade, a ciência ganhou o lugar de credibilidade máxima para que ambientes sociais pudessem ser considerados esclarecidos. O conhecimento científico passou a agregar valor de atualidade e verdade devido sua autoproclamada missão de emancipação racional. A autoridade que inicialmente foi concedida à racionalidade humana, porém, rapidamente pôde se transferir a determinadas comunidades detentoras do método científico, um processo de transferência que, estendido longamente pelo avanço tecnológico, inviabilizou as possibilidades racionalizantes de todo o processo. Grande parte da credibilidade do método científico, por isso, passou a depender de uma confiabilidade no poder da técnica para a resolução de problemas que por sua vez, também tiveram a compreensão impossibilitada diante da complexidade dos processos.

Para Weingart (2002), a legitimidade científica acabou criando para si um papel indispensável no desenvolvimento de novas formas de controle do fluxo das informações. Hoje esta legitimação vem sendo questionada junto do racionalismo exacerbado que caracterizou a modernidade. Longe das mesmas condições que concederam à ciência o nível de credibilidade da modernidade, comunidades científicas parecem ter hoje o poder de atrair para si tanto a atenção às suas teorias quanto os investimentos em suas pesquisas. Fazem isso por meio de uma autoridade social garantida historicamente, mas cuja credibilidade real já não alcança os mesmos níveis.

Diante disso, o jornalismo se vê mais uma vez como mediador de interesses e veículo de discursos autolegitimadores. Nesse contexto,

surge o ambientalismo, produto ao mesmo tempo de uma ciência interdisciplinar e de um discurso técnico-científico que angariou atenção pública substancial por meio da mídia. Hoje quase toda pesquisa que se destine a um resultado visto como importante na área ecológica atrai para si grande atenção e investimentos. Mas este processo de aceitação do ambientalismo como valor social não foi simples e nem do dia para a noite. Mas ele se articula com o longo percurso do jornalismo na busca por independência e atendimento às expectativas geradas pela sua história enquanto produto e produtor de uma cultura de massas no século XX.

## **1.2 Ambientalismo e a pauta ambiental**

Após duas guerras mundiais, o século XX oportunizou o surgimento de novos paradigmas globais, isto é, hipóteses de compreensão do mundo em uma chave planetária. O contexto da emergente cultura de massa trouxe consigo a ascensão de muitos campos estéticos que, a partir dos desenvolvimentos da sociedade norte-americana inicialmente, favoreceu o florescimento de um tipo de mitologia moderna. Morin (2011) chama a atenção para a existência de uma cultura de massas internacionalizada, na qual os valores se reorganizam com uma forte base imaginativa e estética. Por intermédio do crescimento dos meios de comunicação e a sua influência na formação das imagens do mundo, ideais de felicidade, saúde e boa vida, são distribuídos igualitariamente e estimulados como horizonte existencial dos indivíduos.

Ideologias criam-se com base no imaginário e, tal como na magia e na religião, impulsionam-se à conceitos de autorrealização (MORIN, 2011). Este contexto psicológico e social favorece a transmissão de valores que vão formar o entendimento do público em relação aos assuntos do seu interesse, do que depende uma parcela substancial do esforço empreendido por movimentos sociais em sua busca por atenção e justificação junto à sociedade.

O movimento socioambiental, como uma instância ativa na produção de sentido, tem atuado nas últimas décadas como importante fonte de abordagens para o jornalismo, o que promoveu certo compartilhamento de valores e práticas. O pressuposto desde compartilhamento valorativo é o da necessidade da transformação e o consenso acadêmico e científico sobre o papel do jornalismo enquanto reforço da cidadania para o aperfeiçoamento do debate público, o que facilita na prática certas imposições por parte de visões particulares ou

corporativas sobre o conceito de cidadania, democracia e até direitos humanos, por meio do poder da mídia.

Um dos aspectos que parece contribuir para o crescimento da pauta ambiental no jornalismo é a noção cujos princípios buscam na atividade jornalística um novo entendimento da relação com o público por meio da participação, segundo Traquina (2003), tal como as visões do Jornalismo Cívico. O aparente paradoxo entre a autoridade científica que deve nortear as pautas de assuntos como o meio ambiente e a proposta aparentemente emancipatória das tendências mais participativas, expõe o problema da autoridade da mídia como mediadora, mesmo que se entenda por mídia aquela que é idealmente construída com a participação do público.

Os valores democráticos aliados à causa ecológica como necessidade social, geraram um certo comprometimento por parte do jornalista, algo perceptivelmente crescente nas últimas décadas, como mostram sucessivas campanhas e o engajamento midiático em grandes causas internacionais. Em vista disso, Bueno (2007) propõe, para a pauta ambiental, certas condições à visão dos conceitos de objetividade no jornalismo. “De imediato, nada de neutralidade, e a objetividade deve ser vista com restrições porque, na prática, toda reportagem, todo discurso implica uma trajetória, uma leitura e um compromisso” (BUENO, 2007, p. 37).

O alerta de Bueno (2007) sobre as dificuldades e problemas inerentes à exigência de uma objetividade jornalística para a pauta ambiental, nos faz questionar a respeito de qual comprometimento ou leitura será posto no lugar da objetividade sem que a crença neste viés seja igualmente obrigatória, tal como ocorre diante de uma crença absolutista em informações objetivas. O jornalismo ambiental, para Bueno, carrega uma dependência com a causa o que pressupõe uma atividade essencialmente construtiva. Sobre a causa, cuja adesão dependerá dos estímulos culturais e míticos que cada campo formador de sentido conseguir melhor representar. Afinal, a pauta ambiental hoje se tornou um lugar comum do público, um tema da cultura de massa e não somente um assunto para cientistas e especialistas.

A participação do leitor na pauta ambiental ganha também um lugar de destaque, mesmo que grande parte do conhecimento gerado e compartilhado sobre o assunto seja de conteúdo científico e com base no entendimento que determinados grupos científicos têm sobre a relação entre natureza e sociedade. Mesmo estes últimos muitas vezes compreendem a relação entre homem e natureza por meio de filtros culturalmente mediados.

A partir daí, a relação entre jornalismo e meio ambiente produz o chamado Jornalismo Ambiental como uma nova especialização do jornalismo. Para Bueno (2007), o jornalismo de meio ambiente caracteriza-se por produtos decorrentes do trabalho realizado por profissionais da imprensa, enquanto a Comunicação Ambiental enquadra-se em toda e qualquer forma de comunicação gerada por ONGs ou quaisquer organizações dedicadas à veiculação de temas ambientais (BUENO, 2007).

Essa Comunicação Ambiental é produto de uma evolução que pode ser entendida em duas fases distintas, conforme contextualização histórica de McCormick (1992): a primeira começa com o surgimento da ciência ecológica, fruto de uma mudança de paradigmas que ocorre no âmbito científico já no século XIX. Esta primeira fase vai até o início do seu relacionamento com as ciências sociais e dos efeitos da cultura humana no ambiente físico; a segunda fase inicia-se com a popularização e midiaticização da mudança na forma de ver a relação entre natureza e sociedade e o apontamento da necessidade de ir além da simples conservação e estudo dos recursos naturais alcançando assim, com as contribuições das ciências sociais, a busca por ações práticas de modificação dos paradigmas culturais (McCORMICK, 1992).

Allan (1999) chama de “explosão informativa” o fenômeno ocorrido no início da preocupação midiática com os riscos ambientais nos EUA, motivados por eventos de grande cobertura como o vazamento de petróleo de Santa Bárbara, simultâneo ao lançamento de livros e estudos que chamavam a atenção para estes perigos. Ao longo dos anos de 1960, a poluição industrial era vista como uma consequência inevitável ou um alto preço a ser pago pelos benefícios da modernização. Esta noção foi uma consequência do esforço de campanhas de grupos corporativos e suas agências de relações públicas.

Assim, os jornalistas passaram a olhar com mais atenção às suas fontes de informação e contratar especialistas para lidar com assuntos científicos que eles pouco dominavam, de modo a dar maior abrangência à cobertura destes temas. Isso porque percebeu-se o risco que o jornalismo corria ao ficar dependente das afirmações feitas por grupos de interesse como as corporações.

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, apontava para a necessidade de se traçarem outras metas de ação para a solução do que passou a se chamar “crise ecológica”. Em 1980, quase todas as organizações internacionais mais importantes, desde o Banco Mundial até a Comunidade Européia e a Organização para o Desenvolvimento e

Cooperação Econômica, haviam tomado posições relativas às políticas de meio ambiente (McCORMICK, 1992).

Mas após a década de 1970, houve uma perda do interesse do público sobre as notícias ambientais. Para isso devem ter contribuído vários fatores possíveis, como uma eventual percepção da institucionalização que a preocupação ambiental sofria junto ao meio político, o que teria dado a impressão de que os problemas e riscos estavam sendo resolvidos. Ou seja, uma espécie de transferência de responsabilidade do indivíduo para a esfera institucional (ALLAN, 1999).

A presença do tema ambiental nos noticiários das décadas de 1970 e 1980, permaneceu como assunto político e científico, sem uma relação muito clara ou aprofundada com os fundamentos econômicos e sociais que tivessem impacto no comportamento das pessoas.

Essa perda de interesse do público e dos cidadãos pelos assuntos ambientais poderia ser resolvida, conforme os estudos da época, pelo pressuposto de que a consciência pública e a preocupação com as questões ambientais relacionava-se com a quantidade relativa da cobertura gerada pelas organizações noticiosas. Além disso, a atenção da mídia é tida como um fator determinante na legitimação do meio ambiente como importante questão política. A institucionalização da preocupação ambiental, que nos EUA foi representada pela criação da Agência de Proteção Ambiental e do Conselho de Qualidade Ambiental, trilhou novos parâmetros para o critério de legitimidade das fontes jornalísticas. Estes organismos governamentais passaram a ser tratados pelos jornalistas como fontes de autoridade (ALLAN, 1999).

Neste percurso da causa ambiental, portanto, desde uma ciência interdisciplinar inicial até o alcance da atenção pública por meio da mídia, o jornalismo teve papel essencial como meio informativo e difusor, bem como formador de uma agenda pública cada vez mais preocupada com a questão ao mesmo tempo em que se tornava dependente das demandas governamentais e políticas.

Oriundo das camadas intelectuais e científicas, o ambientalismo ganhou, por meio de sua difusão na agenda pública, a prioridade das agendas políticas e governamentais de modo consensual, isto é, como novos valores universais legitimados por resultados de pesquisas científicas.

Weingart (2002) define que a ciência como valor de aprovação pública surge primeiramente com Francis Bacon, que reconhece a conveniência de popularizar a “nova ciência” como um importante recurso de legitimidade política. A diferença é que das condições da

época de Bacon para a atual onipresença dos meios de comunicação de massa, as mudanças são grandes. Weingart verifica a tendência dos cientistas em chamar a atenção para as suas pesquisas de modo a angariar fundos para elas.

O autor efere-se à ecologia como uma das áreas científicas que mais demonstrou condições de aproximação com a esfera pública e maior relevância social. Nesse processo, a perspectiva ecológica foi acrescentada aos valores éticos da sociedade da segunda metade do século XX e, com isso, também no jornalismo. Uma perspectiva de âmbito mais naturalista marcou as primeiras reflexões de cunho ecológico e permaneceu como fonte motivadora e teórica. Esse modo de ver a ecologia, porém, foi apropriada por correntes políticas e econômicas que se encontravam em ângulos históricos opostos. De um lado, a necessidade de contestar o modelo econômico capitalista fez com que os apoiadores de modelos ligados politicamente à esquerda se apropriassem do discurso naturalista como estratégia discursiva (WEINGART, 2002). Por outro lado, as características singulares das formas de comunicação de massa acabaram por dar ênfase a uma abordagem mais compromissada com um “marketing verde” do que com a causa ambiental originalmente ligada à ciência da qual descende, dando origem ao discurso da sustentabilidade, solução retórica encontrada como conciliação entre as ideias de preservação e desenvolvimento. Isso deu origem a uma visão técnica e econômica do meio ambiente, embora o paradigma naturalista servisse ainda de balizador e moralidade própria da ecologia. Esta se tornou uma das grandes preocupações de discussões acadêmicas contemporâneas a respeito da ética ambiental na busca de uma retomada do interesse pelo meio ambiente em vez dos interesses empresariais ligados ao modelo econômico (GUIMARÃES, 2011).

O ambientalismo pode ser descrito como um movimento criado por uma ideologia/utopia que se situa no âmbito maior das histórias das diversas ideologias e utopias associadas a desenvolvimento.

Os sistemas ideacionais, internamente aos quais todas as ideologias e utopias se localizam, são permanentemente o cenário de uma luta por hegemonia tanto em termos de ideologias, quanto de utopias. Diferentes atores coletivos, então, encontram-se em uma tentativa permanente de convencer a outros, por meios simbólicos ou materiais, de que seus próprios entendimentos e



interpretações são os universais e legítimos para a sociedade como um todo (RIBEIRO, 1992, p. 23).

Na globalização e conseqüente internacionalização dos valores econômicos, culturais e sociais, o ambientalismo ganha eficácia “dada a retirada relativa, tanto simbólica quanto concreta, do marxismo e do socialismo real como alternativas a visões clássicas do sistema capitalista de vida” (RIBEIRO, 1992, p. 24).

Ainda de acordo com Ribeiro (1992), a abrangência desta ideologia da globalização recobre desde direitos individuais de cidadania até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico e político. Enfim, uma parte importante da relação entre homem e natureza aparece sob um patamar normativo ideal que tem como horizonte um modelo utópico, o que caracteriza em parte a visão ideológica.

A ideologia ambientalista alia-se a expectativas determinadas, embora utópicas, mas se define pela necessidade do chamado a responsabilidades individuais, políticas e governamentais em um paradigma, como diz Leff (1992), de uma “solidariedade global”.

Como lembra Gonçalves (1992 apud ABREU, 2006, p. 31) “o processo de apropriação da natureza não é unicamente material, econômico, mas também simbólico”. É neste contexto que se torna possível o início da segunda fase do desenvolvimento desta nova era que produziu o fenômeno de uma comunicação ambiental inclinada não mais à divulgação científica mas à difusão de uma causa vital. A causa ambiental em pouco tempo alcançou a agenda pública por meio de eventos internacionais que chamam a atenção do jornalismo como o exemplo das citadas conferências mundiais.

O chamado desenvolvimento sustentável ganhou pauta nos jornais do mundo inteiro, embora este conceito seja ambíguo em sua compreensão e contenha dentro dele uma multiplicidade de enfoques possíveis. Dentro destes enfoques, pode-se propor o entendimento dos seus pressupostos e de uma estrutura discursiva filiada a diversas ideologias já consagradas na política e nas ciências humanas. O conflito de interesses ideológicos e a concorrência entre visões distintas sobre a relação entre o homem e o meio ambiente, pode ser compreendido, conforme propomos, a partir de algumas precauções sobre o discurso jornalístico e ecológico.

O jornalismo ambiental do dia-a-dia, aquele presente nas redações, é o resultado deste conflito e tensão concorrente entre três correntes de pensamento propostas por Escobar (1995) e simplificadas em duas visões sobre o papel do meio ambiente, segundo Caporal e Costabeber (2001): a visão Ecosocial e a Ecotecnocrática. Do esquema de Escobar (1995) – liberal, culturalista e ecosocialista – Caporal estabelece uma simplificação.

A culturalista e ecosocialista Caporal une sob o nome de visão Ecosocial. Essa perspectiva centra-se na qualidade de vida e nas interações socioculturais entre homem e natureza mas une-se também aos radicalismos do ecoterrorismo baseado nas utopias progressistas herdeiras das ideologias do século XX. Sustentando a idéia de um novo critério de racionalidade, supõe o pluralismo tecnológico, respeitando as condições do ecossistema local, as necessidades e decisões dos atores envolvidos. Adverte que o mercado é imperfeito e incapaz de resolver todos os problemas. Este enfoque parece estar influenciado pelas "correntes humanistas", mas não descarta a necessidade de planejamento ou a influência de governos e suas políticas no controle das imperfeições do mercado (SACHS, 1986).

Já a visão liberal referida por Escobar, Caporal chama de Ecotecnocrática e a descreve como aquela que busca aumentar o poder econômico das nações tendo a natureza como principal matéria-prima, defendendo a continuidade do modelo econômico historicamente estabelecido.

O discurso liberal, por seu vínculo com a tecnocracia mundial, aqui denominamos ecotecnocrático. Esta diferenciação é necessária porque a ambigüidade do conceito de desenvolvimento sustentável permite ocultações de natureza ideológica e esconde discrepâncias de fundo entre as escolas de pensamento (CAPORAL, 1998, p. 32)

Há uma terceira visão ou enfoque de observação do meio ambiente que se coloca mais deslocada da relação com o homem. A visão Naturalista, mais antiga mas presente ainda nos discursos ambientalistas, opõe mais radicalmente o desenvolvimento tecnológico da manutenção da natureza em estado puro. Diegues (2001) afirma que essa visão se opõe àquela que põe o homem em posição de superioridade à natureza. Este pensamento se intensificou com a

Revolução Industrial que direcionou a sociedade para o mundo urbano e industrial. Mas a notória deterioração do ambiente urbano, doenças, poluição etc, trouxe de volta um romantismo para o retorno ao naturalismo e oscilou o ponto de vista dos valores relativos à natureza. A valorização do selvagem, marcada pelo pensamento de Rousseau, entre outros, marcou o interesse do homem por tudo o que não havia sido tocado pelo homem. A visão naturalista, portanto, tal como explica Diegues, está ligada a uma utopia da “inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 2001, p. 24). Assim, está relacionada às preocupações com a biodiversidade quando desassociadas de qualquer benefício humano ou técnico e por meio da não intervenção em ambientes naturais. A visão naturalista é a mais antiga e original forma de ambientalismo e fornece uma parte importante do imaginário usado em slogans e na propaganda ambientalista. Esta visão liga-se ao apelo simbólico do natural e embora seja evocada por grupos ou emissores ligados a discursos ecossocialistas ou ecotecnocráticos, utiliza a força estética do naturalismo como esquema persuasivo.

Dessa forma, dependendo do contexto político ou da agenda governamental vigente, o discurso ambientalista pode estar relacionado com uma diversidade de visões aparentemente opostas dentro do ambiente dinâmico gerado pela relação entre agenda pública e agendas privadas ou ideológicas. A definição dos papéis de “destruidores da natureza” e “preservadores” depende da articulação feita pela instância comunicativa que detém o poder comunicativo e o privilégio de impor tais definições e abordagens (CHARAUDEAU, 2009).

Assim, o papel dos jornalistas ambientais também depende do arranjo discursivo entre as diferentes visões a respeito da função jornalística para determinado tipo de pauta. A corrente a que estão filiados os organismos influenciadores da pauta, assim como a própria empresa jornalística, são potencialmente definidores de grande parte da abordagem do conteúdo noticioso (HALL, 1978).

Embora estas correntes de pensamento sejam influentes igualmente para dizer o que é o jornalismo ambiental e as suas funções, é importante salientar que essa nova definição vai muito além disso e propõe-se como nova reflexão dentro dos pressupostos do jornalismo (TRAQUINA, 2003).

As novas propostas de cobertura buscam unir o jornalismo de meio ambiente aos conceitos do Jornalismo Cívico norte-americano e:

Ir além da missão de noticiar para uma missão mais ampla, a de ajudar a melhorar a vida pública; deixar para trás a noção do “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”, conceber o público como ator na vida democrática, e não como consumidor, tornando prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos (DORNELLES, 2011, p.128).

Para Bueno (2007), a especialidade de meio ambiente desempenha uma série de funções sociais das quais o autor ressalta três, as quais serão importantes em nossa pesquisa: 1) a função informativa; 2) a função pedagógica e 3) a função política.

A *função informativa* busca responder à necessidade que os cidadãos têm de estar em dia sobre os principais temas que abrangem a questão ambiental.

A *função pedagógica* traz a explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e o apontamento de caminhos incluindo a ação dos cidadãos.

A *função política* busca a mobilização dos cidadãos para evitar possíveis abusos e agravamento da situação do meio ambiente. Inclui a vigilância permanente sobre os governantes, empresas e setores que sejam considerados exploradores ou destruidores do meio natural.

Por fim, Bueno (2007, p. 4) salienta para as características e singularidades que o Jornalismo Ambiental deve, de antemão, assumir para a sociedade: o fato dele representar um tipo de conhecimento que não é privilégio de instâncias especializadas e que se trata do resultado da articulação de diversos saberes, experiências e conhecimento tradicional. Mas embora este tipo de jornalismo tenha, digamos, uma “opção preferencial” pelo meio ambiente, ele tem valores comuns ao jornalismo de modo geral e deve priorizar o debate:

O Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios (BUENO, 2007, p. 4).

“As fontes no Jornalismo Ambiental”, escreve Bueno (2007, p. 4), “devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para uma relação sadia e duradoura entre homem e meio ambiente”.

Este jornalismo deve, ainda segundo Bueno, propor-se político (não no sentido partidário), engajado política, social e culturalmente, para resistir às investidas e pressões de governos, empresas, universidades e institutos de pesquisa, “muitos deles patrocinados ou reféns de grandes interesses”, escreve Bueno.

A pauta do Jornalismo Ambiental surge como decorrência de uma militância cívica, não partidária. Ela sempre é complexa porque não se reduz a uma instância meramente técnica ou científica, mas agrega uma perspectiva econômica, uma vontade política, um componente sociocultural (BUENO, 2007).

Já a tentativa de conciliação entre duas visões aparentemente distintas, a da conservação e a do desenvolvimento, chamou-se de “discurso da sustentabilidade” ou o que Guimarães (2011) chamou “fetichismo ambiental”. Diante da relativa visibilidade alcançada por esses movimentos nos anos 1970 e 1980, com questionamentos que se dirigiam ao núcleo da lógica de acumulação capitalista e sua cultura de consumo, percebeu-se a necessidade de uma manobra que neutralizasse os “efeitos perturbadores”, ao mesmo tempo em que sinalizasse a adoção, no âmbito da economia, de preocupações de cunho ambiental (GUIMARÃES, 2011, p.236).

No Brasil, o jornalismo ambiental tem se caracterizado por alguns equívocos, de acordo com o apontamento de especialistas. Estes equívocos impedem ou influenciam no cumprimento das funções (BUENO, 2007).

A primeira delas é a síndrome do zoom ou do olhar vesgo, que tem a ver com o fechamento do foco da cobertura, a fragmentação que retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar. Esta síndrome é favorecida pelo processo acelerado de segmentação jornalística, concretamente a divisão de veículos em cadernos e editoriais. A redução da cobertura ambiental a um olhar (econômico, científico, político e ideológico etc.) tem sido um terreno fértil para leituras particulares e comprometidas sobre a questão ambiental.

A segunda é a síndrome do muro alto. Diz respeito à tentativa de despolitização do debate ambiental pela desvinculação entre a vertente técnica (comprometida com a perspectiva empresarial) e as demais vertentes (econômica, política e sócio-cultural).

Ela respalda o discurso das elites e busca excluir os cidadãos comuns e mesmo determinados segmentos da sociedade civil do processo de tomada de decisões, defendendo a competência técnica como critério exclusivo de autoridade (BUENO, 2007, p. 38).

Importante considerar a união que se fez entre técnica e cultura na história do movimento ambiental para compreender como esta separação é contrária aos pressupostos que foram construídos no decurso desta evolução teórica e simbólica. Todo o chamado “ambientalismo” depende dessa vinculação entre técnica e cultura, de modo que as críticas a ele estão justamente relacionadas ao quanto é possível aproximá-los e até onde a cultura deve embasar a técnica ou que um pensamento técnico esteja na origem de propostas de controle técnico da cultura.

Bueno (2007, p. 36) considera esta síndrome como resquício de uma visão ultrapassada em que há a crença da “neutralidade da ciência e tecnologia”.

Esta síndrome está associada à terceira: a lattelização das fontes. O Jornalismo Ambiental tem priorizado fontes acadêmicas ou científicas de renome, o que significa muitas vezes fontes comprometidas com interesses de multinacionais ou institutos, seja pela própria característica inevitável do viés técnico ou intencionalmente tornando-se instrumentos de interesses específicos.

Neste sentido, argumenta Bueno (2007, p. 37):

O protagonismo no jornalismo ambiental, como de resto em qualquer campo do jornalismo, não se limita ao pesquisador ou ao cientista, mas inclui, obrigatoriamente, os que estão fora dos muros da Academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua. [...] A síndrome Lattes tem provocado a defesa da neutralidade, da objetividade, vinculando-se a uma lógica racionalista que repudia o debate político em seu sentido mais amplo e que propositadamente desconsidera a relação capital x trabalho.

Bueno (2007) salienta ainda que esta síndrome se traduz em um sentimento “meramente reformista” e advogado das grandes empresas que buscam medidas meramente cosméticas “porque não podem e não querem assumir alguma postura revolucionária”. Bueno confirma sua afirmação de que o jornalismo deve estar engajado na causa ambientalista:

O que não é difícil notar nos dias de hoje, é a constatação de que as empresas se voltam à bandeira do ambientalismo para alavancar sua imagem, sendo que a ideologia que as rege não demonstra nenhum princípio ambiental e ético. E, mais uma vez, os profissionais de comunicação se mostram um tanto ingênuos, pois reproduzem integralmente o discurso das empresas, sem, pelo menos, questioná-las quanto a seu real comprometimento com a causa, confrontando dados (BUENO, 2007, p. 191).

A necessidade do jornalismo ambiental como uma “prática engajada”, como vimos, vem crescendo tanto dentro do âmbito profissional quanto do acadêmico. Além da militância jornalística, cujo pressuposto muitas vezes baseia-se na crença no fim da objetividade, há o surgimento de uma nova racionalidade ambiental, inspirada em autores como Morin e Leff.

Bacchetta (2000) destaca que o jornalismo ambiental ultrapassa o jornalismo científico porque envolve concepções filosóficas e éticas sobre as quais a ciência moderna exclui expressamente a possibilidade de se posicionar por causa da crença na objetividade. No centro destas posições mais críticas está a incorporação da visão sistêmica, ou seja, a relação primordial do todo e das partes, sem isolá-las. Este pensamento sinaliza o rumo que foi adotado para refletir sobre uma proposta de jornalismo ambiental filiado à perspectiva da complexidade. Trata-se, segundo Morin (2003), de um pensamento radical, multidimensional, organizador e ecologizado (considera a relação eco-organizadora), o que demanda a ampliação do número de fontes, a profundidade do conteúdo, a “abordagem qualificada e plural, inerentes ao compromisso social”, eixo primordial desta noção do fazer jornalístico.

Desta forma delinea-se o drama do jornalismo ambiental junto de todo o jornalismo dentro da pós-modernidade: busca engajar-se em objetivos claros baseados numa expectativa específica de sociedade, na

qual a militância política (não partidária) é uma constante recomendada como forma de valoração de fontes e abordagens, ao mesmo tempo em que propõe a busca pela multiplicidade de fontes e referências, pontos de vista e pluralidade dos enquadramentos da realidade. Essa aparente contradição expõe a dialética democrática pós-moderna e a inerente tensão sobre a qual se desenvolvem os debates públicos.

### **1.3 Jornalismo ambiental e o valor-notícia**

A compreensão das relações dos critérios de noticiabilidade no jornalismo em relação ao tema do meio ambiente, pode ajudar a entender abordagens comuns em assuntos ecológicos e o tom do tratamento que foi dado no caso das Mudanças Climáticas no contexto que nos propomos pensar.

O Jornalismo Ambiental é a mais ampla e completa das especializações jornalísticas, em função de destinar igual ênfase às questões científicas, políticas, sociais, econômicas, culturais, ambientais e éticas (GELÓS, 2008 apud DORNELLES, 2012). Os problemas ambientais, como a questão do Aquecimento Global e Mudanças Climáticas, constituem um valor-notícia de grande importância para a pauta jornalística, o que frequentemente leva a questão para além da especialização, já que constituem-se de pautas de política, economia e notícias internacionais, levados à pauta por força de eventos, por si só valorativos, mas também por divulgação ativa por parte de setores ligados às próprias fontes.

A multidisciplinaridade do tema ambiental, inserida no campo jornalístico, dificulta a classificação dos fatos dentro de editorias, o que impossibilita, em alguns casos, eleger um local estabelecido para as matérias dentro da publicação. Para Dornelles, os temas ambientais sempre estiveram na periferia do conteúdo jornalístico, baseados em critérios como raridade, espetáculo, beleza, inusitado ou ações criminosas (desmatamento, tráfico de animais etc). A autora aponta também para o fato de que notícias de outras editorias como política e economia são frequentemente tratados sem uma ligação visível com temas ambientais, como já dissemos, mas por meio de acontecimentos (DORNELLES, 2008).

Portanto, as abordagens mais comuns na temática ambiental, especialmente quando se utiliza de imagens, são em um viés alarmista e dramático, trazendo sempre os riscos e catástrofes. Neste sentido, Dornelles (2008, p. 70) aponta como principais critérios de



noticiabilidade a proximidade, atualidade e interesse como garantidores da divulgação de desastres e riscos ambientais.

A principal força orientadora da notícia ambiental, conforme Allan (2000), é o conflito de interesses, comumente entre fontes oficiais (governos) e fontes especializadas (ongs). Do mesmo modo, é possível observar aquilo que Bueno (2007) chama de lattelização das fontes, ou seja, a preferência por aquelas fontes que estão incluídas no âmbito acadêmico, governamental e empresarial, em detrimento das manifestações da comunidade e do Terceiro Setor. Esta tendência, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, poderá ser atenuada ou até compensada pela profusão de técnicas e estratégias de contragendamento oportunizadas, dentre outras coisas, pelo fenômeno que Chaparro chama de Revolução das Fontes.

Wolf (2005) ressalta que o valor-notícia é um critério de relevância que se forma ao longo do processo de produção das notícias, o que contribui para a hierarquização das matérias e sua posição na página, enfoque da reportagem etc. O principal valor-notícia percebido em diversas pesquisas feitas em jornais é o que se articula com a destruição ou desastres ambientais. Riscos iminentes e ameaças que impliquem em modificação na vida das pessoas também ganham facilmente a atenção dos jornais. Em ambos os casos, a função informativa do jornalismo ambiental é a primeira a aparecer e só então dar espaço a outras, já que as funções pedagógicas e políticas dependem de informação consideravelmente mais difundida sobre riscos e implicações de maior amplitude. Portanto, é possível compreender que aquelas pautas ou assuntos demandem uma construção narrativa mais ligada às informações básicas sobre o fato, terão a atenção dos meios de comunicação.

Baseadas na concepção de Bueno de jornalismo ambiental, algumas pesquisas já observaram o caminho percorrido pelo interesse da mídia a questões ambientais, o que nos permite perceber esse comportamento.

Para Massierer (2007), são muitos os fatores que concorrem para a definição de pautas ambientais e a concessão de maior espaço a estes assuntos. Em épocas de desastres ambientais que ameacem espécies animais, vegetais ou modifiquem os padrões de vida das pessoas, a procura pelo acompanhamento dos fatos produz uma corrida por informações, o que ocasiona um acirramento entre jornais concorrentes por maiores informações. O diferencial de cada jornal, neste caso, começa a apontar para um maior aprofundamento das causas

e consequências do desastre. Isso facilita a mudança nas funções implícitas do jornalismo ambiental que caminha das primeiras informações até prognósticos mais profundos que evidenciem uma pressão política pela resolução do problema urgente ou prevenções de catástrofes.

A pesquisa de Massierer dedicou-se à cobertura da mortandade de peixes no Rio dos Sinos (RS), onde a relevância do desastre motivou a ampliação de espaços para a divulgação elevando o tema a abertura de páginas. Com mais espaço, “em alguns casos, a abordagem também foi modificada uma vez que a quantidade de informações coletadas também foi maior, e a matéria teve seu conteúdo aprofundado” (MASSIERER, 2007, p.12).

Assim, da mera informação sobre determinado fato seguem-se atribuições de sentido diversas, dando ênfase a causas e possíveis consequências para finalmente encaminhar soluções ou medidas de prevenção. O valor-notícia, quando o assunto é pouco conhecido, reside na sua relação com o público, o que à medida que o tema é aprofundado, vai sendo ampliado em diferentes níveis. Após essa primeira fase de saliência do assunto, as abordagens modificam-se conforme ocorra uma maior identificação do público leitor com o tema de modo que a imagem daquele assunto se transfigura no decorrer da própria cobertura midiática.

Esse processo gera uma espécie de narrativa que se mantém implícita, algo que pode ficar evidente na própria postura das fontes ouvidas mas também no modo de construção dos textos jornalísticos. O valor-notícia da consonância é explicado por Traquina (2005) como o valor segundo o qual um determinado fato alinha-se a uma narrativa já conhecida pelo público ou gerada pela própria publicidade do fato em seu histórico midiático.

Essa estrutura se associa à teoria do Agenda-Setting ou Agendamento, formada basicamente de duas dimensões, a da saliência do objeto e a da associação de determinado atributo ao objeto, isto é, o que dá a característica da abordagem propriamente. Assim, temos uma estrutura de narrativa que prioriza inicialmente o fato ou pode orientar-se com base em acontecimentos para atender a uma função informativa. A partir da saliência é possível a reconstrução do objeto mediante atribuições de valor que vão se relacionar direta ou indiretamente com a escala de valores vigente no conjunto de preocupações do público, ou como chamado na teoria do agendamento, a agenda pública.

## **CAPÍTULO 2 - O AGENDAMENTO E AS FONTES NO JORNALISMO**

### **2.1 A esfera pública e o jornalismo**

O poder das notícias em determinar o conjunto de assuntos importantes para a sociedade é um ponto de interesse que originou a Teoria do Agendamento, a qual utilizamos para a compreensão da luta simbólica ocorrida no âmbito do Jornalismo Ambiental, especificamente no caso do entendimento que se produziu sobre as Mudanças Climáticas. Afinal, se o conteúdo das notícias detém alguma capacidade em influenciar as preocupações do público, quem define os temas da agenda da mídia e qual a sua importância em relação ao conjunto de tópicos de agendas políticas e governamentais? Em outras palavras, quem agenda a mídia?

Para melhor compreender a teoria da agenda e o seu uso como técnica e entendimento dentro do processo de transformação social, convém esclarecer algo da base sobre a qual se assenta a interpretação à qual iremos recorrer dessa teoria. Partiremos da noção de esfera pública de Habermas para então nos aproximarmos do processo de formação da opinião pública segundo Lippmann, um dos alicerces sobre o qual mais tarde a teoria da agenda foi construída nas décadas de 1970. Assim, é possível dirigir o foco da pesquisa para o jornalismo e as suas funções potenciais a partir da teoria do agendamento e à luz do que se pensou sobre o jornalismo ambiental tendo em vista o que desenvolvemos no capítulo anterior.

Segundo Habermas (2003) e Losekan (2009), a esfera pública é o local de legitimação da esfera política. Com isso pode-se entender algo da importância que justifica todo o usual investimento em propaganda nas épocas de campanha política. Mas do mesmo modo, a justificativa para ações políticas ou econômicas de interesse dessas agendas políticas e ou governamentais necessita grandemente de uma legitimação perante o público, onde entra o papel do consentimento e de consensos públicos simbolicamente construídos.

Tarde (2005) assume a necessidade da discordância ou oposição de ideias ou pontos de vista para que exista a opinião, o que depende da relevância coletiva para um determinado público. O conceito de público, para Tarde, impõe que haja uma consciência gerada coletivamente pelas mesmas fontes de informação, gerando um repertório de formas de julgamentos em comum (TARDE, 2005).

O conceito de opinião pública, segundo Habermas, deve ser relacionado à ideia de reputação ou que se realiza na relação com os outros. Na opinião pública, para ele, os conteúdos passariam por um julgamento e um questionamento, o que a confere papel importante na crença do controle do poder público pela sociedade. A opinião pública é o que condiciona a existência do que ele chama esfera pública, ou seja, o ambiente onde haverão os julgamentos e debates visando atingir o consenso, a concordância a respeito de decisões e opiniões acerca de assuntos que interessam à sociedade. “Um sujeito só faz parte de uma esfera pública enquanto portador de uma opinião pública”, diz Habermas (2003).

Para compreender esse conceito é importante ter em mente que dele depende a noção de racionalização, ou seja, a capacidade inata de todo ser humano para raciocinar diante de um argumento, colocá-lo à prova, aceitá-lo ou excluí-lo. O público, portanto, para ele, é sempre um público que julga e o objeto de julgamento é aquilo que ganha publicidade. O surgimento de uma esfera pública, portanto, marca a emergência de um ambiente no qual os assuntos são expostos, debatidos e criticados, dando então lugar ao julgamento, à síntese e ao consenso. A esfera pública passa a ser o lugar da construção social da realidade na teoria democrática e Habermas a considera como uma esfera de legitimação do poder público.

Esses juízos inteditados são chamados de “públicos” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerada uma esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública. (HABERMAS, 2003a, p. 40).

Para que haja o debate crítico da opinião pública, deve haver cidadãos suficientemente preparados ou capacitados para isso, ou seja, com formação educacional e acesso à esfera pública, o que pressupõe a necessidade de um tipo de igualdade social. Essa igualdade está condicionada à possibilidade de acesso aos meios de participação social.

Os problemas sociais são identificados e percebidos no espaço da esfera pública que tem a função de exercer pressão sobre a política. Essa pressão, fruto dos debates e julgamentos dos temas da sociedade, é feita através da construção de uma opinião. Ela demarca o processo de

consentimento dentro da esfera pública buscando gerar, ao promover o debate de argumentos e informações relevantes, o surgimento de um consenso ou uma opinião pública.

Losekann (1996), porém, estabelece em suas críticas à noção de esfera pública de Habermas duas outras gradações dentro da esfera pública, no que diz respeito à intermediação entre Estado e sociedade civil: o público fraco – mais próximo da sociedade, da construção da realidade e, portanto, da formação da opinião pública, mas com alguma capacidade para decisões; e o público forte – mais próximo da política e com a função de traduzir opiniões em decisões (LOSEKANN, 2009).

A crença na necessidade de uma “elite de esclarecidos” que controle o conteúdo a ser disponibilizado e organizado para a mídia – e não pela mídia – já seria compartilhado por Lippmann (2008), que faz parte de uma classe de intelectuais desiludidos da opção democrática e descrentes no potencial julgador da sociedade de massas que se aglomerava em centros urbanos desde o final do século XIX.

Os estudos de Lippmann (2008, p. 42) já haviam sido fonte das pesquisas em comunicação nas décadas de 1920 e 1930, por teóricos da corrente funcionalista. Mas a chave de leitura destes estudiosos estava declaradamente fundada na perspectiva normativa a partir da visão de uma necessidade do uso dos meios de comunicação como forma de controle social, de fato como o próprio Lippmann recomendava. Dizia ele que, “para serem adequadas, as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa”. A sua sugestão antecipava a visão globalista que se seguiria nas décadas seguintes com a criação da Liga das Nações (da qual Lippmann foi participante e articulador), embrião das Nações Unidas e de ideias como o Project Syndicate<sup>1</sup>, entre outras iniciativas.

Ao chamar a atenção para a influência das notícias nas imagens de realidade durante períodos de guerra, Lippmann sugeria o uso deste potencial pela ciência política como forma de garantir a manutenção do sistema democrático (LIPPMANN, 2008, p. 42). Lippmann foi um dos grandes inspiradores do Concil of Foreign

---

<sup>1</sup> Project Syndicate é o maior sindicato de colunistas de opinião do mundo, disseminando comentários de especialistas, ativistas, prêmios Nobel, estadistas, economistas, pensadores políticos, líderes empresariais e acadêmicos de mais de 500 publicações de membros em mais de 150 países, totalizando uma tiragem total de cerca de 70 milhões de cópias. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/about-project-syndicate>. Acesso em: 05 out. 2013.

Relations (CFR), entidade de grande influência hoje nas mediações globais e na formação da opinião internacional.

Embora se possa afirmar que esta perspectiva normativa nunca tenha se afastado dos estudos de comunicação, uma visão mais aprofundada no campo das demais ciências humanas e do impacto das mídias na determinação de ações sociais, ao longo do século passado, dirigiram as pesquisas a uma visão atenuadora deste potencial dos meios, o que acabou sendo de certa forma resgatado pelos estudos da teoria do agendamento de McCombs (2009) e Shaw (1972) ao chamar a atenção para o potencial influenciador da agenda midiática na hierarquia dos assuntos da agenda pública.

## 2.2 A teoria da agenda

Na luta dos campos para a determinação das definições de conteúdos dos assuntos públicos há a necessidade de apropriações simbólicas e o controle dos meios para comunicar de acordo com as definições desejadas, de modo a alcançar a hegemonia das definições, isto é, tornar-se definidor primário (HALL, 1978). A teoria do agendamento se torna essencial para a compreensão do processo de formação da opinião pública e definição das preocupações da agenda pública, já que ela se assenta no pressuposto de que grande parte das informações necessárias à tomada de decisão provém dos meios de comunicação de massa. Assim,

Os mass media, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do Agenda-Setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media. (SHAW *apud* WOLF, 2001, p. 145).

Dessa forma, acrescentam-se razões a se utilizar a teoria do agendamento na compreensão de como se dá esta luta simbólica na prática e no decorrer do processo de comunicação sobre o assunto no qual essa pesquisa se assenta. Uma dessas razões é a de que a função descrita pelos iniciadores da teoria do agendamento sobre o potencial gerador de debates tidos como importantes para a sociedade, tem sido o

foco de numerosas pesquisas direcionadas ao fenômeno das Mudanças Climáticas nos últimos anos.

De acordo com o estudo de Boykoff e Boykoff (2004, p. 125), as “pessoas retiram sua informação sobre questões científicas, basicamente da imprensa”. No artigo Comunicação de massa e a compreensão do público sobre problemas ambientais: o caso do aquecimento global, Clark e Eblacas (2000) constatam que os jornais, para moradores da área metropolitana de Washington, eram as principais fontes de informação sobre o aquecimento global. Por sua vez, Trumbo e Shanahan (2000), no artigo ‘Pesquisa social em Mudanças Climáticas: onde estávamos, onde estamos, e onde poderemos ir’, lembram que o público confere mais ou menos importância ao tema do aquecimento global de acordo com a cobertura oferecida pela imprensa (TRUMBO, 2000).

Para a compreensão desse processo, porém, no que diz respeito à formação da agenda da mídia e a influência de seus fatores concorrentes, parece necessário sabermos o que pretenderam responder os primeiros estudos de agendamento e onde nossa pesquisa busca inserir uma contribuição dentro do tema das Mudanças Climáticas.

Segundo Rogers, Dearing e Bregman (1993 *apud* TRAQUINA, 2000), as pesquisas embasadas pela teoria da agenda abarcam três eixos de preocupação nos quais se constitui o seu processo: 1) os estudos da agenda midiática, a partir de investigações do conteúdo das mídias; 2) estudos da agenda pública, que conceitualizam a relativa importância ou prioridade dos diversos acontecimentos e assuntos por parte de membros do público; 3) e os estudos sobre a agenda da política governamental ou da agenda das entidades governamentais. Fontes de influência da esfera pública mais contemporâneas, como o exemplo das organizações não-governamentais ainda não haviam sido incluídas.

Já que o foco desta pesquisa concentra-se nos aspectos específicos definidores da agenda midiática, faz-se necessário um pequeno panorama dos estudos de comunicação que levaram à teoria como a utilizaremos, para enfim fazermos uma aproximação do processo descrito e os fatores antecedentes da agenda da mídia.

Ambos os focos de análise da teoria descendem dos estudos de Lippman em seu trabalho Opinião Pública (1922), no qual chamava a atenção para o papel dos jornais como definidores das imagens que o público tinha sobre os assuntos públicos. Embora Lippmann já tivesse sido utilizado por autores ligados à psicologia das massas e alguns estudos de comunicação (COLEMAN, 2006; STEEL, 1999), somente a partir da pesquisa empírica de McCombs é que se verificou, entre

pesquisadores norte-americanos, o poder efetivo do jornalismo na definição das preocupações do público.

Sobre a relação entre a mídia e a agenda pública, é conhecida a percepção de Bernard Cohen de que “a imprensa pode não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem uma capacidade especial para dizer ao seu público sobre o que pensar” (TRAQUINA, 2000, p. 101). A imprensa seria uma importante fornecedora do mapa do mundo social para as pessoas.

Os primeiros estudos sobre a influência dos meios de comunicação de massa na sociedade eram orientados por metáforas biológicas, fruto da influência das ciências naturais bem como do estudo da psicologia das massas. Essas teses, marcadas pela crença no poder da mídia na determinação da opinião pública, eram herdeiras da sociologia funcionalista de Durkheim, cujos métodos de análise foram desenvolvidos por Lasswell, entre outros, por volta da década de 1940 (MATTELART, 2010, p. 40). Embora centrados inicialmente na propaganda, com especial ênfase às campanhas eleitorais, esses estudos se tornaram base para a percepção dos efeitos da comunicação de massa. Para os funcionalistas, o público respondia a estímulos diretos ou indiretos e era possível provocar efeitos de curto prazo por meio do controle da emissão de mensagens veiculadas na mídia. Esta visão foi abalada nas décadas seguintes a partir de uma geração de pesquisadores que afirmaram que estes efeitos eram pouco significativos ou limitados (McCOMBS, 2009; MATTELART, 2012).

A teoria do agendamento, fundada nos estudos de McCombs e Shaw a partir de 1972, representou um retorno à problemática dos efeitos dentro da escola norte-americana (TRAQUINA, 2005). Esta volta dos estudos de efeitos da mídia foi marcada principalmente pela recuperação do trabalho de Walter Lippmann (1922), como já vimos, a partir da relação proposta por ele, dentro do estudo do papel da imprensa, entre “o mundo e as imagens em nossas mentes” (LIPPMANN, 2008, p.21).

McCombs ressalta que novas tecnologias, especialmente as de comunicação, têm uma habilidade mágica para criar visões fantásticas sobre o futuro que está em vasta transformação. Em suas respectivas épocas históricas, o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e, agora, a internet, têm provocado cenários visionários, geralmente utópicos, sobre mudanças revolucionárias em nossas sociedades. O autor aponta também para o fato de que os jornais e as notícias da TV fazem muito mais do que sinalizar a existência de temas e eventos importantes: na seleção diária e apresentação de notícias, os editores definem o foco de



nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são, segundo eles, as mais importantes questões do dia (IDEM, 2009).

Lippmann (2008) aponta para a necessária discrepância existente entre o mundo real e aquele retratado pelas notícias diariamente, afirmando haver entre eles a presença do pseudo-ambiente. A noção de que as notícias são uma imagem verdadeira da realidade pode torná-las expressão da própria realidade.

O pseudo-ambiente é um “composto híbrido de ‘natureza-humana’ e ‘condições’”. Isso demonstra, para Lippmann, como não é possível antecipar ações em resposta a fatos da sociedade. Para o exercício da compreensão do comportamento humano enquanto ação no ambiente real, deve-se sintonizar a análise na noção ou imagem que se tem do ambiente ou do fato e não em uma suposta relação direta com a realidade.

Lippmann (2008) vincula o poder da mídia à distância existente entre os fatos e o leitor comum, tal como também percebe Crispim (2003), autor ao qual voltaremos mais adiante:

É sabido que os debates realizados socialmente têm como tema, em grande parte, o que é retratado pela imprensa como importante e "digno de nota". Isso se deve, especialmente, ao fato de que é raro o contato primário pelos integrantes do público com todos os acontecimentos noticiados diariamente. A dependência da sociedade com o trabalho da imprensa é reconhecida em função dessa impossibilidade, derivada diretamente da abrangência de eventos com os quais lidam os jornalistas (CRISPIM, 2003, p.76).

Embora toda a experiência humana tenha a formação das imagens na mente como mediação da realidade, Lippmann (2008) distingue a mera opinião pública, que provém da experiência imediata do mundo exterior, do entendimento individual das expectativas, necessidades, e visões de mundo individuais, daquela Opinião Pública, em maiúsculas, referente às imagens geradas por grupo de pessoas ou por indivíduos agindo em nome de grupos. Lippmann (2008) faz essa distinção tendo como base o fator de influência ou determinação, sendo a primeira em um nível mais privado e individual, referente às crenças e expectativas geradoras de opiniões que busquem atender demandas particulares, embora coincidam com as de um senso comum. A segunda é formada pelas pressões advindas de interesses de agendas políticas, econômicas

específicas, de caráter mais abrangente e objetivos definidos. Tanto a primeira quanto a segunda forma de opinião pública, assim definidas por Lippmann, podem ser influenciadas pelos conteúdos das mensagens veiculadas na mídia, seja a noticiosa, ficcional ou de propaganda, por meio de transferências simbólicas de significado e reassociações.

Imprescindível para o processo de formação da opinião pública, segundo Lippmann (2008), é a noção de estereótipo, definição que se relaciona com nosso tema de pesquisa para a compreensão dos enquadramentos dados pela mídia sobre questões ambientais. Lippmann sustenta que os estereótipos são uma parte das imagens geradas na mente do público que, assim como as estabelecidas socialmente e reforçadas por meio da mídia, influenciam na tomada de decisões. “Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e do hábito de nossos olhos”, diz o autor (LIPPMANN, 2008, p.84). Na maior parte dos casos nós não vemos e definimos, mas definimos primeiro e então vemos. Tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura (IDEM, 2008, p.85).

Os estereótipos são muito utilizados pelos jornais e muito dos critérios de noticiabilidade utilizados baseiam-se em visões sedimentadas ao longo do tempo sobre determinados assuntos ou atores sociais envolvidos. Assim, se temos alguma ideia a respeito do que sejam os ambientalistas, suas crenças, simpatias e antipatias, compreendemos e associamos as notícias a respeito deles como uma luta contra determinado tipo de ator social que a antagoniza. O confronto dos preservadores contra os destruidores do meio ambiente, tal como aparece nos jornais, resume grande parte da ideia que temos em nossa mente sobre a relação entre homem e natureza. Isso faz com que esqueçamos ou deixemos de lado toda e qualquer informação que fuja a estes estereótipos, como a existência de ambientalistas financiados por multimilionários e proprietários de empresas que também destroem a natureza ou milionários que estejam preocupados com o desmatamento. Ou ainda, críticos do ambientalismo que não tenham vínculo com alguma empresa ou empresário economicamente interessado. Assim, os estereótipos não permitem a percepção da profundidade e complexidade do real, pois baseiam-se na necessidade de elaboração de uma síntese explicativa que para efetivar-se como tal necessita ater-se a blocos de opinião, pró ou contra, amigos ou inimigos, amor ou ódio. O julgamento público por meio de grupos monolíticos de opinião se torna um mecanismo de uso para lutas políticas e aferições simbólicas e grande parte da efetividade deste processo é devido esta característica da

cobertura jornalística. A teoria da agenda trata da transferência de saliência de uma agenda para a outra, isto é, da transmissão de interesses e compartilhamento de pautas. Neste intuito, as imagens e suas caricaturas são essenciais.

O estereótipo, portanto, embasado no estudo de Lippmann, traz uma importante contribuição para o entendimento da formação da opinião pública, no qual evidencia-se um processo de longo prazo referido por aquela linha de pesquisas em comunicação.

O retorno da problemática dos efeitos da mídia na opinião pública pelos estudos de agendamento de McCombs e Shaw (1972), trouxeram evidências empíricas que apontavam para uma substancial correspondência entre a agenda da mídia e a agenda pública. A teoria buscou inicialmente compreender a relação triangular entre agenda pública, agenda midiática e agenda governamental. O governo, orientado por agendas políticas ou ideológicas, busca a legitimação do público para suas ações administrativas. Um dos recursos para alcançar estes objetivos é o assédio da mídia por meio de envio de pauta e todas as formas de influência na agenda midiática. Tudo isso por causa do potencial midiático para a definição da pauta pública, isto é, das preocupações e demandas da opinião pública, que vão legitimar as medidas desejadas pela agenda governamental. Com a multiplicidade de agendas e causas que dialogam na sociedade moderna, pode-se dizer que vivemos sob constantes campanhas paralelas que lutam por uma espécie de hegemonia explicativa que, por meio do envio de mensagens apropriadas, busca ganhar a atenção da mídia. “Os maiores esforços são feitos para influenciar a agenda de tópicos da mídia noticiosa uma vez que estas mensagens são menos óbvias em seu objetivo de usufruto e, portanto, têm mais credibilidade junto ao público” (MCCOMBS, 2009, p. 162).

Mas além do fato de haver certa autonomia do profissional jornalista diante da definição das pautas, há também uma imensidão de outros fatores que concorrem com os intuitos políticos. Do mesmo modo, além da agenda midiática, uma grande quantidade de aspectos estão envolvidos na definição das preocupações da opinião pública. Os resultados das primeiras pesquisas de opinião e recepção fizeram com que surgisse entre os pesquisadores a pergunta sobre quem, afinal, define a agenda da mídia (MCCOMBS, 2009).

McCombs (2009) chama a atenção para uma série de agentes sociais que concorrem para a determinação da agenda midiática na sociedade moderna, tais como temas e questões políticas levantadas pelo poder legislativo e outros órgãos públicos rotineiramente objeto de

cobertura. Mas o fator de concorrência especificamente atuante fica por conta das campanhas políticas ou de assuntos, usualmente propostos por profissionais de relações públicas ligados a diferentes grupos ou campos sociais e políticos. A metáfora utilizada por McCombs (2009, p. 153) para compreender as relações entre os diversos fatores influentes na definição do trabalho da mídia é “descascar uma cebola”. Isto é, as folhas das camadas concêntricas da cebola representam estas influências em jogo para a definição da agenda da mídia que seria o bulbo da cebola.

Esta metáfora também ajuda, segundo McCombs (2009), a compreender o caráter sequencial do processo pelo qual a influência de uma folha externa é afetada pelas demais folhas mais próximas do centro. Estas camadas, segundo a descrição que McCombs fez baseada no estudo de Shoemaker e Reese (2000), podem ser enumeradas de fora para dentro conforme dois níveis de profundidade e influência segundo a proximidade com o núcleo que representa a agenda da mídia.

1. Na superfície da cebola hipotética estão fontes externas-chave, como a presidência da República, as rotineiras atividades de relações públicas e os esforços das campanhas políticas;
2. Bem no interior, próximo ao núcleo, estão a influência dos vários veículos de comunicação entre si, o chamado agendamento intermídia. É este tipo de relação que valida e reforça as normas e tradições do jornalismo. Ela define as regras para o modelamento da agenda da mídia (MCCOMBS, 2009, p.155).

No caso da superfície, representada pela presidência da República, sendo o foco do estudo de McCombs especificamente referente à política norte-americana conforme Traquina (2000) e Santos (1997), esta camada pode ser representada pela política governamental cujas prioridades provenham do governo. Esta camada representa as fontes oficiais.

Tal como lembra McCombs (2009), o fato de que as ações do governo estejam no topo da escala dos valores de noticiabilidade faz com que elas tenham papel importante na definição das pautas e consequentemente tenham maior poder definidor da agenda pública. Isto se deve, em parte, ao fato de que, de uma forma cada vez mais intensa, uma das principais tarefas da agenda política governamental tem sido influenciar o foco da cobertura da mídia como meio de formar uma

opinião pública favorável às mudanças previstas na agenda política da qual o partido ou o presidente é o representante.

O tema das Mudanças Climáticas ao longo da história recente, junto com outros temas, como os ligados à saúde pública, estiveram constantemente ligados à evolução de políticas públicas. Isso porque a elevação de um problema aos holofotes da mídia faz com que as soluções sejam demandadas pela agenda pública e, conseqüentemente, atendidas pelo poder público. A ascensão de um tema às notícias produz uma definição do problema. A implementação de ações deve ser legitimada por uma definição específica da questão, da qual vão decorrer certas soluções autorizadas pela agenda pública. É na definição do problema, portanto, que concorrem os influenciadores da agenda midiática. Vejamos um exemplo:

O caso descrito por Hall (1978), no estudo *Policing the crisis*, voltado ao campo da criminalidade, discute a ascensão às manchetes de jornais, de casos de assaltos violentos nas ruas, o que a imprensa passou a chamar por um nome específico: “mugging”. O senso comum, estimulado pela percepção das notícias, apenas encarava esta ascensão às notícias como simples resultado do crescimento desse tipo de crime, o que estaria sendo acompanhado de perto por uma imprensa vigilante. Era evidente, mesmo para o senso comum, que o problema e a sua publicidade causavam ansiedade e indignação na população contra esses assaltantes. Esta situação justificou respostas do aparato de controle social, formado por órgãos legislativos e pela polícia, sob a forma de um policiamento mais ostensivo e conseqüentemente sentenças mais severas.

Hall argumentou que o crescimento dos assaltos, na verdade, era o resultado dos problemas nas relações entre a polícia e os bairros negros da Grã-Bretanha e de um conseqüente aumento no controle policial sobre aquelas populações. A cobertura proeminente da imprensa e a indignação pública, também formada através de redes informais, foram usadas como justificativa pelas agências de controle, através da própria mídia, para justificar as mudanças no endurecimento da sua política. O “mugging” era um novo nome para uma antiga e conhecida situação, usada em conjunto por casas legislativas e a polícia, para redefinir a situação, de modo a gerar novas soluções. “As definições dominantes comandam o campo relativamente sem contestação e, quando parece haver amplo consenso, as contra-definições são quase ausentes (HALL, 1978, p. 69).

Para Hall et al (1973/1993 apud TRAQUINA, 2005, p.117) imprensa define para a maioria das pessoas os acontecimentos

significativos, mas também oferecem formas de interpretar e compreender esses acontecimentos. Eles contribuem para a criação de uma “hegemonia ideológica”.

Mas, como afirma Hall, esta perspectiva não pode ser vista como uma teoria conspiratória, que ressaltam como causa de tudo o fato inegável de que os meios de comunicação pertencem a uma estrutura capitalista, o que seria ignorar a relativa autonomia do jornalista e produtor de notícias. O que Hall propõe é a observação de que os media de fato estão sujeitos a reproduzir as definições dos poderosos, sejam eles quais forem.

Para o autor, a pressão pela atualidade, imparcialidade e objetividade produzem um acesso demasiado daqueles que detém posições institucionais aos meios de comunicação, o que resulta em uma preferencia dos meios às opiniões ou definições fornecidas por estes detentores do poder transformando-os em “definidores primários” (TRAQUINA, 2005, p.178).

Nessa perspectiva, a estrutura jornalística em parte se torna subordinada estruturalmente desses definidores. O que a teoria estruturalista da qual pertence Hall, deixa de lado, é a possibilidade da negociação entre esses definidores e o campo jornalístico. Um estudo mais aprofundado do relacionamento com as fontes, dá um panorama mais realista, embora a reflexão de Hall possa servir mais adequadamente em momentos históricos como o atual, em que as fontes especializam-se para se transfigurarem em construtores da realidade mediante o controle dos acontecimentos, manipulando assim não só o fluxo de informação disponível ao campo jornalístico como também a abordagem adequada à sua necessidade de acontecimentos.

Muitos estudos de agendamento trabalham o conceito de agenda midiática junto com a utilização de dados baseados em análises das notícias. Molotch e Lester (1999) avançam ao oferecerem um quadro que dá conta da dinâmica e complexidade de relações entre a agenda pública, a agenda política governamental e a agenda midiática, ao apresentarem três categorias de pessoas com diferentes posições na organização do trabalho jornalístico: os promotores de notícia (fontes), os profissionais (jornalistas) e os consumidores de notícia (receptores). A notícia seria o resultado de um processo de constante negociação entre esses agentes.

A notícia, para Molotch, é o processo que dá existência pública a partes selecionadas da realidade. Depois disso é que se torna tema de discussão e objeto de opiniões. Mas estes relatos noticiosos falam de partes da realidade com os quais não se teve contato direto. Assim como

ressalta Lippmann, para o qual a distância entre o público e os fatos é o que determina o efetivo poder de representação da realidade para as pessoas, Molotch e Lester refletem o poder que têm os relatos noticiosos na construção das concepções de um indivíduo sobre a história e o futuro do mundo que o rodeia. Os acontecimentos então, na mão destes agentes negociadores, concorrem para serem elevados ao status de notícia. Do mesmo modo também os enquadramentos destes fatos concorrem entre si.

Aqueles que não têm acesso regular à imprensa precisam gerar um conflito com o sistema de produção noticiosa de modo a gerar uma surpresa, perturbar o andamento normal do mundo social do campo jornalístico e assim perturbar a agenda midiática (TRAQUINA, 2003).

Na década de 1990, ao fazerem um balanço da evolução da pesquisa sobre agendamento, McCombs e Shaw reviram a síntese clássica de Bernard Cohen, que afirmava que as mídias poderiam não nos dizer como pensar, mas sim *em que* pensar. McCombs e Shaw (2000), porém, depois de pesquisarem as conseqüências do agendamento na abordagem usada nas notícias, sugerem que as notícias podem sim nos dizer facilmente *como* pensar. A seleção dos objetos que despertam a atenção e a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos, portanto, já são funções do processo de agendamento (MAZZARINO, 2007).

## 2.3 Revolução das fontes e o contra-agendamento

Tendo o acontecimento como grande força persuasiva dentro do campo jornalístico, o que reúne grandes chances de emplacar como assunto de atenção da mídia, as fontes jornalísticas que possuem maior especialização nesta tarefa podem ser bem sucedidas em gerar eventos para conquistar o espaço na agenda midiática. Uma importante dimensão do poder das fontes reside na sua capacidade de criar acontecimentos públicos (SANTOS, 1997). O conhecimento das rotinas das redações contribui para elevar a acessibilidade da fonte ao campo jornalístico.

A escolha das fontes jornalísticas depende dos valores-notícia associados a ela, como credibilidade, constância, frequência, simplificação, ausência de ambiguidades, sensacionalismo, entre outras. Quando conhecedoras destes valores do campo jornalístico, as fontes tratam de se adaptar a estes critérios ou padrões de noticiabilidade via estratégias que, ao mesmo tempo, dão visibilidade ao que querem tornar público e tratam de ocultar o que não seria interessante que ocorresse.

As fontes representam a realidade para os jornalistas que, por sua vez, a reapresentam para o público. A escassez de tempo e fatores técnicos, abundância de acontecimentos etc., contribuem para que os jornalistas prefiram fontes estáveis e regulares, passando a depender destes canais de rotina e estabelecendo-se uma relação de interdependência (TRAQUINA, 2001).

Sob a perspectiva de Wolf (2001), o processo de agendamento está relacionado com o caráter público do tema, isto é, com sua relevância social, pois nem todos os temas seriam suscetíveis de ser tematizados, o que acontece apenas com aqueles que revelam uma importância político-social. Para este autor, apesar da possibilidade de disseminação de uma diversidade de temas que fossem devidamente destacados pelos meios de massa, o efeito do agendamento só seria possível nos temas que dispusessem de uma relevância “institucional” própria.

Traquina (2001) escreve que o campo jornalístico tem um papel estratégico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política, quando a constituição de um acontecimento em notícia implica dar existência pública a esse acontecimento, constituindo-o como recurso de discussão. Nas sociedades contemporâneas, o campo jornalístico constitui um alvo da ação estratégica dos diversos agentes sociais, que têm o objetivo de fazer concordar as suas necessidades de acontecimentos com as dos profissionais do campo jornalístico.

As novas relações entre mídia e sociedade, motivadas pela revolução das comunicações, especialmente com a internet, provocou o crescimento da especialização das fontes, o que Chaparro (2000) chama de Revolução das Fontes.

Noticiar tornou-se a forma mais eficaz de agir no mundo da democracia e do mercado. E criar acontecimentos, recheá-los de conteúdo jornalístico, a mais competente intervenção discursiva das instituições. Quem controla os acontecimentos produz os fatos, os atos, as falas, os saberes, serviços e produtos que nutrem irrecusavelmente os conteúdos jornalísticos (CHAPARRO, 2000, p. 295).

O autor salienta o lado positivo desta “revolução”, já que representa uma certa abertura do acesso ao campo jornalístico para falas



que não sejam necessariamente dos “campos sociais dominantes”. Mas o risco deste processo é o do jornalismo ser alvo da propaganda, como adverte ele. “Os jornalistas das redações deixaram de ser os únicos a pensar na edição do dia seguinte”, escreve Chaparro (2000, p. 296). Estas fontes especializadas, atuando como produtores dos acontecimentos, fornecem ideias e informações jornalisticamente ordenadas e propostas de pautas nos pontos estratégicos e essenciais das redações. As fontes se profissionalizaram, assimilaram os conceitos, a linguagem e a lógica do jornalismo, capacitaram seus protagonistas e personagens, desenvolveram competência no uso das novas tecnologias para a valorização decisiva da dimensão comunicativa dos acontecimentos (CHAPARRO, 2000).

Grandes empresas industriais e comerciais possuem seus departamentos de comunicação e áreas especializadas em assessoria de imprensa. O mesmo acontece no serviço público. No núcleo central do Governo e em todas as secretarias de Estado existem assessorias de imprensa, em alguns casos com equipes de três, quatro, cinco jornalistas. Esse processo tem tornado possível a inserção na esfera pública de temas sociais e projetos de intervenção locais que com a devida promoção e visibilidade midiática podem ser replicados e, assim, oferecer perspectivas de mudanças sociais que atendam os seus interesses.

Do mesmo modo, propostas de construção de cidadania empreendidas por associações voluntárias ou não-governamentais, têm capacidade de criar e legitimar espaços públicos de discussão e debate no intuito da modificação do senso comum da sociedade, ou seja, influenciar as prioridades da agenda pública (ROSSY, 2006).

Este processo, chamado por Rossy (2006) de “horizontalização da relação mídia/sociedade”, relacionado às organizações não-governamentais e outros grupos, é visto como uma democratização dos meios e das possibilidades de influência da sociedade no que é pautado pela mídia. No entanto, isso pressuporia uma perfeita representação da sociedade por parte destas entidades, algo estranho quando se fala de grupos cujas prioridades e ativismos muitas vezes encontram-se desconhecidas da sociedade em geral, tanto quanto as estratégias por eles utilizadas para elevar as suas prioridades políticas e ideológicas à pauta pública. Além do mais, esses grupos não-governamentais e movimentos não contam com legitimidade legal ou democrática para exercer tais mudanças na sociedade.

Como escreve Ribeiro (2006, p. 60),

Governo e restantes órgãos de soberania, organismos públicos, grandes empresas e outras organizações relevantes estão hoje sob permanente escrutínio público, através, precisamente, dos meios de comunicação social. Em face disto, todas estas entidades começaram, a partir da II Guerra Mundial, a tentar moldar a opinião pública com estratégias de comunicação dirigidas aos media.

E é neste sentido que surge o que Silva (2005) chama de contra-agendamento. São técnicas baseadas no processo da teoria do agendamento que são usados para a modificação e controle da pauta jornalística e até dos próprios critérios de noticiabilidade. Os contra-agendadores partem do princípio de que o agendamento também pode partir da sociedade para a mídia, uma perspectiva diferente da até então adotada e que privilegiava a produção de efeitos a partir de um emissor sobre uma audiência massiva. Diferente daquelas teorias da comunicação que priorizavam a ação formadora e orientadora da sociedade, esta perspectiva liga-se à ação social pela mudança por via da mídia, produzindo novas demandas sociais que são dirigidas à mídia.

A preocupação em criar estratégias de agendamento que garantam a presença de temas na esfera pública jornalística encontra reforço na hipótese elaborada por McCombs e Shaw (1972), que justificam essas ações em função dos efeitos que a presença na mídia provoca, isto é, a maior importância social ao tema. O estudo realizado por eles já é a própria descrição do processo que leva à elaboração de uma estratégia de agendamento.

O estudo empírico de Crispim (2003) buscou medir os resultados dessa estratégia de contra-agendamento para a inserção de temáticas na esfera pública via campo jornalístico pela organização internacional não-governamental Greenpeace, em que se verificam relações de dependência e influência que teriam possibilitado o estudo das estratégias utilizadas pela entidade durante longo período.

Partindo do conceito de “mobilização social” nas premissas de Grau (1998) e Gossy (2006), o autor traça uma série de pressupostos comuns tanto no jornalismo ambiental, tal como já foi visto, como no jornalismo praticado por grupos ligados ao Terceiro Setor. Para o Gossy,

Um processo de mobilização social deve contemplar prioritariamente a adesão da mídia para que esta lhe confira legitimidade e possibilite

a adesão de outros atores sociais. Essa legitimidade, por sua vez, irá permitir a inserção do tema na arena pública de discussão e debate (GOSSY, 2006, p. 68)

Neste sentido, propõe-se definições específicas para os agentes que são encarregados de defender causas ou segmentos da sociedade ligadas à atividade do contra-agendamento. De um lado, o *advocacy*, que busca pautar a sociedade em favor do interesse público e, de outro, o *lobby*, que pauta suas ações na direção da satisfação de interesses privados. Ambos se dedicam à função de colocar assuntos na mídia, embora o *advocacy* tenha mais possibilidades de alcançar seus objetivos na visibilidade midiática quando consegue se tornar objeto de discussão pública (SILVA, 2005).

As Nações Unidas e suas conferências são exemplos de ações de *advocacy*, além de mobilizações sociais que estendem essas ações a campanhas abrangentes chamados de *merchandising social*, em eventos que buscam ampla cobertura com pessoas ou atores sociais com repercussão social ou política. De acordo com Silva (2005), a prática de advogar um determinado tema vem se transformando nos últimos anos em uma atividade com um alto grau de profissionalização e especialização. As instituições e grupos que se dedicam a ela possuem em seus quadros colaboradores especializados para atuar na área.

O conceito de *merchandising social* utilizado é o desenvolvido pela ANDI especificamente para caracterizar os seus projetos e o relatório sobre Mudanças Climáticas na imprensa, ao qual recorreremos, é um perfeito exemplo de estudo feito com vistas à mobilização social por meio do alcance da atenção da mídia.

Existem vários obstáculos para um objeto se tornar notícia e integrar o discurso jornalístico. Um deles é o gatekeeping, o sistema de “portões” (gates) pelos quais as informações precisam passar para integrarem o espaço das notícias. Os porteiros que controlam esse fluxo, os gatekeepers, são os editores e jornalistas que escolhem os fatos apresentados. “As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias).” (TRAQUINA, 1999, p. 169).

Esse processo de produção caracteriza-se pela existência de uma série de fatores que determinam a noticiabilidade de uma informação. São critérios que afetam o julgamento e a decisão dos *News Assemblers*, como, por exemplo, os valores-notícia e as fontes.

As fontes são tidas como fatores de influência na escolha das notícias, isto é, funcionariam como gatekeepers externos aos veículos de comunicação. Souza (2000) enfatiza que a visibilidade produzida pelos meios é condição essencial para se estabelecer o debate social e consequentemente para a ação governamental.

Dentro da teoria do agendamento, portanto, conforme apresentadas por Silva (2006 apud ROSSY, 2006), listamos três tipos possíveis em que o processo se apresenta quanto à direção do seu funcionamento:

a) *Agendamento autônomo*: que é feito por iniciativa da própria mídia;

b) *Agendamento heterônomo*: que vem de fora para dentro das redações, não importando a motivação e obedecendo, sobretudo, o império dos acontecimentos e dos fatos de natureza midiática;

c) *Contra-agendamento ou agendamento institucional*: que atua de forma permanente e sustentável na elaboração de esforços e execução de estratégias, de forma a buscar maior visibilidade e melhor tratamento de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização. A principal diferença entre este tipo e o anterior (b) é a intencionalidade e a participação em um projeto de midiatização de longo ou curto prazo.

Pode-se indicar que as ações do IPCC e das Nações Unidas para incluir na agenda da mídia a preocupação com os efeitos das Mudanças Climáticas e motivar pressões de ações de escalas governamentais, correspondam ao tipo de ação denominados por Silva de contra-agendamento.

## 2.4 Agendamento e estudo de fontes

Como vimos, a influência de fontes especializadas pode ser crucial para a definição de abordagens ou enquadramentos mais adequados às necessidades de grupos. Partamos então para um estudo do agendamento mais aproximativo do estudo e classificação das fontes à luz de nosso objeto, ou seja, o tema das Mudanças Climáticas.

O estudo das fontes no jornalismo quase sempre se relaciona com a evocação dos seus princípios básicos no que diz respeito à pluralidade de vozes. Há a visão de que se deve dar o mesmo espaço às fontes contrárias, assim como há reservas quanto à eficácia ou a garantia de pluralidade dessa prática. O debate sobre este tema não é simples e mereceria uma exemplificação mais extensa. Maxwell e Boykoff (2004) lembram que a tese de dar o mesmo espaço de linhas a opiniões diferentes esconde uma armadilha: “é muito mais fácil explicar o status

quo do que as alterações no discurso corrente” (ANDI, 2010, p. 45). Mas,

Ainda que tenhamos questões para as quais hoje existe suficiente consenso entre a comunidade científica, deve ficar claro que em relação a outras há muita divergência, seja entre pesquisadores, seja entre os tomadores de decisão. O convívio democrático implica registrar tais discordâncias (ANDI, 2010, p. 45).

Conforme os resultados da pesquisa de ANDI, Weingar chama a atenção para o problema relativo às discussões entre certeza e incerteza dentro do jornalismo e o seu relacionamento com a escolha das fontes:

É preciso entender que o papel da imprensa não deve estar focado apenas na apresentação das certezas existentes sobre as Mudanças Climáticas. Como estamos diante de um cenário dinâmico e mutável, cabe à cobertura jornalística também dar vazão às divergências de abordagem relacionadas ao tema – o que, de maneira geral, não tem ocorrido (WEINGAR, 2000)

Estas observações podem levar a reflexões sobre o papel da mídia na efetivação de agendas por agente exteriores a ela, governos ou entidades não-governamentais, organismos internacionais e outros. Se há um ambiente de aparente consenso a respeito do tema Mudanças Climáticas, assim como pode ocorrer com outros assuntos, é possível que as abordagens dos jornais sejam influenciadas por instâncias anteriores a ela, organizando assim as opiniões “para a imprensa e não pela imprensa”, como recomendava Lippmann (2008, p. 41)

É difícil tentar fazer uma radiografia destes agentes por meio de um estudo das fontes, pois a classificação delas é muito variável e sua nomenclatura destoa facilmente entre abordagens acadêmicas diversas e os manuais de redação.

Segundo a definição de Schmitz (2011, p. 9), as fontes são:

Pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis,

fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

A maioria dos estudos de fatores influenciadores do jornalismo utiliza a análise do conteúdo das notícias como meio de compreender as relações entre a agenda da mídia e as agendas políticas governamentais. Uma das formas mais usuais de se conhecer essa estrutura é a análise da rede de fontes de um veículo. Santos (1997) utiliza a definição de notícia segundo a qual ela é o produto de uma negociação que ocorre entre jornalistas e as suas fontes (ERICSON, 1989 apud SANTOS, 1997). A forma como se organiza essa rede em um veículo noticioso, portanto, indica os seus padrões e critérios de noticiabilidade e, com isso, os seus parâmetros políticos, econômicos e sociais.

Mas a análise das fontes pode dizer muito mais do que os parâmetros ideológicos ou políticos. Para Gans (1979 apud SANTOS, 1997), a rede de fontes revela a estrutura social e a organização produtiva do veículo. Um jornal com maior circulação acaba recorrendo mais às fontes oficiais ou institucionais por estas fornecerem materiais suficientes, evitando assim que os jornalistas tenham que consultar um número excessivo de fontes. Neste caso, devem prevalecer aquelas com maior credibilidade possível e as que conseguem demonstrar esta qualidade são então consideradas fontes seguras e regulares.

Os discursos que as fontes buscam dar visibilidade pela interação com os jornalistas são enquadrados pelo campo jornalístico conforme os critérios de noticiabilidade e os valores notícia. O produto final, assim, é em grande parte o resultado da escolha das fontes. Mas embora o jornalista quase sempre tenha o poder nas mãos para a escolha deste importante fator de definição da notícia, a fonte também tem a opção de tornar-se mais atraente aos produtores da notícia através de uma série de elementos facilitadores que a aproximem do interesse dos jornalistas. Porta-vozes ligados ao poder e opiniões oficiais são o que Hall chama de definidores primários de assuntos e temas tratados.

Ao darem a definição inicial ou interpretação primária dos acontecimentos, estes sujeitos comandam o tratamento posterior e fixam os termos de referência dentro dos quais qualquer nova cobertura ou debate tem lugar. É nesta relação estruturada que começa a se desenvolver o papel ideológico dos meios de comunicação, quando constroem uma imagem da sociedade representativa dos interesses destes definidores primários, que assim legitimam suas relevâncias.

Molotch e Lester (1974 apud TRAQUINA, 2000) consideram que parte importante do poder das fontes reside na sua capacidade de criar acontecimentos públicos. Quanto mais midiaticização reúne em torno do acontecimento mais capital simbólico a fonte adquire, o que contribui para alimentar sua legitimidade e garantir posição na lista de fonte privilegiada das redações. Os autores indicaram a figura dos *news promoters*, que caracteriza a intencionalidade da promoção de certos fatos à categoria de notícias ou mesmo quando tentam ocultar acontecimentos do alcance da imprensa. Essas fontes utilizam os processos jornalísticos de modo a alterar as rotinas a seu favor e ter acesso regular e fácil à mídia, embora os autores reconheçam que os jornalistas detêm uma grande autonomia para definir o que é notícia e suas abordagens.

Conforme Charaudeau (2009), o crédito que se dá à informação depende da posição social do informador (fonte), do papel que ele desempenha no contexto do tema, da representatividade com o grupo que representa e o grau de engajamento que a fonte manifesta quanto à informação transmitida. Acreditamos que estas condições refletem em grande medida a escolha das fontes no cotidiano jornalístico e assim antecedem as classificações mais específicas. Não há como classificar uma fonte sem a relação que ela estabelece na sociedade pela percepção do jornalista.

Tanto a fonte quanto o jornalista assumem posições distintas à prevalência da definição dos enfoques e informações. Como vimos, Hall (1978) classifica como definidores primários (*primary definers*) as fontes quando têm acesso maior e mais privilégio dentro da classe jornalística, e os definidores secundários (*secondary definers*), estes jornalistas que se colocam em posições subordinadas ou submissas à definição dada pela fonte.

O esquema de tipificação de fontes organizado por Schmitz (2011) baseou-se tanto em pesquisas feitas por estudiosos do assunto como nas recolhidas de manuais de redação dos principais jornais brasileiros, buscando assim uma classificação dinâmica e estruturada as quais usaremos conforme nossa necessidade de compreensão do corpus da pesquisa.

A classificação de Schmitz (2011) inicialmente pode ser estruturada por: categoria (que pode ser fonte primária e secundária), grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência), ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada e anônima) e pela qualificação (confiável, credível ou duvidosa). Mas de modo a aprofundar melhor nossa análise do

material coletado e em cada uma das etapas da análise, utilizaremos, como já dito, somente as três primeiras etapas dessa estrutura, a que trata de *categoria*, *grupo* e *ação*.

Para melhor aproximação e aplicação dessas classificações ao corpus de nossa pesquisa, trataremos inicialmente da classificação de Schmitz (2011) para compreendê-la e, em seguida, a partir dela, exporemos nossa opção aplicando-a às principais fontes encontradas nas matérias analisadas.

### 1) Categoria

As categorias dividem-se em fonte primária e fonte secundária. Utilizada inicialmente na historiografia, biblioteconomia e outras áreas científicas, esta categorização depende do enfoque ou abordagem do texto. Fonte primária e secundária, portanto, são termos contextuais e relativos ao objeto e os aspectos enfocados pela matéria, sendo uma relação estrutural direta (CHAPARRO, 2009). Importante não confundir com o conceito de definidores primários e secundários de Hall, que dizem respeito à influência mais indireta na abordagem das notícias.

**a) Fonte primária:** é aquela fonte que fornece as informações essenciais de uma matéria, os fatos, as versões e números que envolvem o tema. É a fonte que está mais próxima da informação ou muitas vezes origina a notícia, revelando dados em primeira mão, que mais tarde podem ser confrontados com os dados ou depoimentos das fontes secundárias. A fonte primária, segundo Pinto (2000), normalmente está envolvida nos fatos e serve de testemunha ocular. Para os fins de nossa pesquisa, que se dirige mais a informações de cunho científico, são aquelas que fornecem as informações principais para a matéria.

**b) Fonte secundária:** é a fonte responsável por contextualizar, interpretar e analisar o conteúdo adquirido por meio da fonte primária. É por meio da fonte secundária que o repórter repercute os desdobramentos, causas ou consequências possíveis das informações dadas nas notícias (suíte). Mas também é consultada para a preparação de uma pauta ou construção das premissas genéricas ou contextos para uma matéria. Dessa forma, diferente da fonte primária, que tem contato direto com as informações, o envolvimento da fonte secundária com os fatos e informações é indireto. E justamente por este motivo que ela tem o poder de definir muitas vezes os pressupostos que estão por trás da abordagem noticiosa, tal como lembra Lage (2001; CHAPARRO, 2009).



## 2) Grupo

Dentro das categorias, primária e secundária, portanto, há outra forma de classificar e reconhecer a origem da informação. Embora muitas fontes tenham por intermediárias as assessorias de imprensa, estas não são consideradas fontes mas, como escreve Schmitz (2011, p. 9), é uma “ponte, por intermediar os interesses, opiniões, conhecimentos e relatos de eventos de quem assessoria”. São porta-vozes, pessoas ou entidades qualificadas ou autorizadas para dar informações na ausência da própria fonte.

**a) Fonte oficial:** pode ser pessoa em cargo ou função pública que fala por meio e em nome de órgão do Estado ou mantido por ele, dentro dos poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), além de organizações como juntas comerciais, companhias públicas, fundações estatais ou subvencionadas pelo estado etc). As fontes oficiais, de acordo com Schmitz (2011), as fontes oficiais são as preferidas da mídia por emitirem informações que tratam do interesse público, embora possam falsear a realidade. Escreve Lage: “fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militâncias, em função de lutas pelo poder” (LAGE, 2001, p. 63). Os jornalistas tendem a confiar, preferencialmente, nos dados provenientes destes porta-vozes governamentais ou técnicos de gabinetes de relações públicas e agências de comunicação, embora saibam que eles agem de forma interessada, de intenção específica. Autores como Sigal (1973) ou Ericson et al (1991) apontam para um peso das fontes burocráticas ou oficiais na produção das notícias da ordem dos 70%. Denis McQuail (apud SCHMITZ, 2011) escreve que o resultado disso é que a responsabilidade com a verdade é transferida para a fonte e deixada a cargo dela.

**b) Fonte empresarial e institucional:** por representarem natureza semelhante quanto a objetivos ativos para influência do conteúdo da mídia, unimos aqui dois grupos que para Lage (2001) encontram-se separados. Fazemos isso baseando-nos na evidente semelhança quanto à motivação, embora o fim primeiro seja diverso. Tanto a busca do lucro financeiro (empresarial) quanto a aquisição de capital simbólico (institucional) demandam, do ponto de vista dessa pesquisa, as mesmas estratégias de persuasão.

Lage (2001) chama de “fonte independente” aquela que representa uma organização sem fins lucrativos ou um grupo social. Ele alerta para os métodos de ação deste tipo de fonte, já que “ostentam uma fé cega naquilo que defendem”, o que evidentemente coloca sob suspeita as suas informações. Paradoxalmente é considerada também, muitas vezes, uma fonte espontânea e desvinculada de interesses. Sigal (1973) e Ericson et al (1991) constataam o domínio das fontes institucionais nos noticiários. Estes autores consideram que as fontes privadas (conceito que abarca empresas, partidos políticos e associações de diferente índole: ambientais, cívicas, dos consumidores, etc.), procuram exercer um controlo mais rígido sobre as notícias que os media publicam sobre elas. Existe um esforço por parte dessas fontes de publicitar os acontecimentos favoráveis e escamotear os potencialmente danosos às causas.

**c) Fonte individual:** representa a si mesma e pode ser uma pessoa comum, personalidade política, cultural, artística ou empresário, desde que não fale por um grupo social ou organização. Chaparro (2009) chama esta fonte de “informal” e a considera responsável muitas vezes pela humanização da narrativa. Experts ou especialistas em determinados assuntos se manifestam por si, mas representam uma especialidade reconhecida e, portanto, não fazem parte desta classificação. A fonte individual pode aparecer como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha, carregada de noticiabilidade pelo interesse do público pelo sofredor ou injustiçado ou vítima de desastre natural, o que fatalmente descamba para o sensacionalismo. A fonte pessoal, na figura do cidadão desinteressado, busca reivindicar seus direitos. Os limites dessa classificação, como outras comuns no estudo das fontes, pode ser insuficiente para compreender declarações ou depoimentos aparentemente pessoais mas que atuam em nome de organizações e grupos sociais previamente agendados. Coleman (2003) chamou a atenção para o constante uso, já durante as décadas de 1950, de declarações por parte de celebridades “contratadas” para influenciar a opinião pública por meio de frases ou referências chave às causas de grupos específicos de modo a gerar influências de longo prazo no conteúdo simbólico associado a determinadas causas, conhecidos como criadores ou “formadores de opinião”. Isso pode ocorrer também com pessoas comuns ou personalidades políticas em troca de favores políticos.

**d) Fonte especializada:** organização ou pessoa de notório saber específico, um perito ou intelectual. Uma organização reconhecida por

deter um conhecimento específico. A este tipo de fonte é dada a responsabilidade de analisar causas e possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos. É usada para dar conta da complexidade do tema e contextualizá-lo conforme ideias de especialistas. É essencial no jornalismo científico ou ambiental quando é necessária a explicação de conteúdos dificilmente acessíveis ao grande público e cuja compreensão normalmente escapam das versões propostas pelo senso comum. Esta fonte pode oferecer informação factual, neste caso (fonte primária) ou interpretativa (secundária) conforme o nível de especialidade e o contexto. Normalmente é tida como neutra diante dos fatos ou fidedigna quando não apresenta vínculos com as partes interessadas, ou por estar justamente vinculada a instituições conceituadas, o que a aproxima e a confunde muitas vezes como grupo das fontes institucionais e até empresariais. Como explica Lage (2001), no entanto, esta fonte tende a ser prolixa diante das necessidades imediatas do jornalista e a sua informação tende a sofrer alterações, adaptações ou simplificação por parte do jornalista.

**e) Fonte de referência:** aplica-se normalmente à bibliografia, documento ou mídia consultada pelo jornalista e visa fundamentar os dados e a narrativa agregando razões e ideias (CHAPARRO, 2009). A bibliografia envolve livros, artigos, teses e produções científicas, tecnológicas, culturais, documentos (dossiês). Muitos destas peças funcionam como garantia ou prova em caso de denúncias. O jornalista, assim, transfere a responsabilidade para este tipo de fonte ao citá-la. Outros tipos de fontes, como mídias, outros jornais, revistas, vídeos e até redes sociais, também podem se enquadrar neste grupo, mas são passíveis de distorções e nem tão confiáveis.

### 3) Ação

A classificação segundo a ação, conforme estabelece Schmitz (2011), diz respeito à forma de acesso da fonte à mídia, ou seja, se é a fonte age como a) proativa, b) ativa, c) passiva ou d) reativa. Portanto, já que, segundo Charaudeau (2009), o interesse por determinadas fontes depende da sua posição social e de representatividade, também a ação delas na esfera pública depende do grau de engajamento e interesse em difundir determinada visão ou ponto de vista. As fontes agem, assim, de acordo com a sua conveniência, embora atuem na perspectiva da colaboração com o jornalista. Como vimos nos casos de entidades ambientais, o nível de mobilização para interferir no jornalismo tem sido crescente (SCHLESINGER, 1992). Estas fontes mantêm em seus

quadros experientes jornalistas que passaram pelas redações, conhecem o funcionamento e as pessoas responsáveis pela seleção das pautas.

**a) Proativa:** produzem e oferecem notícias prontas antecipadamente de modo ostensivo. Utilizam estratégias de visibilidade e agendamento (contra-agendamento) de suas ideias, produtos e serviços ou mesmo dos temas que eventualmente levam à notoriedade de sua empresa ou organização, criando em torno de si uma imagem positiva. Chaparro (2009) acrescenta sobre este tipo de fonte que elas têm a “capacidade e a vocação de serem produtoras dos acontecimentos e das falas relevantes que nutrem o noticiário jornalístico”. Santos (1997) também reafirma a permanência deste tipo de fonte que oferece informações com antecedência e de acordo com os critérios de noticiabilidade necessários.

**b) Ativa:** a fonte ativa é menos ostensiva que a proativa, mas mantém uma regularidade no relacionamento com a mídia devido uma estrutura profissional de comunicação. Gans (1979, *in* SANTOS, 1997) afirma que os jornalistas tendem à passividade e as fontes interessadas agem ativamente, criando canais de rotinas como entrevistas exclusivas, coletivas, releases periódicos etc.

**c) Passiva:** são aquelas que só se manifestam quando consultadas e oferecem estritamente as informações solicitadas. Podem ser grupos ou pessoas, mas também são classificados aqui as mídias ou documentos, bibliografia etc. Este pode ser o simples comportamento de uma determinada fonte, podendo alterar a sua forma de ação em situações diversas.

**d) Reativa:** são as fontes que buscam agir discretamente, sem chamar a atenção da mídia, evitando “invasões de privacidade”, quando se tratam de pessoas.

Para fins de uma melhor compreensão das classificações das fontes, é importante ressaltar que o pertencimento a uma categoria ou grupo pode depender da circunstância, de modo que uma fonte pode ser especializada em uma situação e institucional em outra, ativa em uma e reativa em outra, sendo estas categorias muitas vezes sobrepostas ou simultâneas. Uma fonte pode reunir duas ou mais categorias em sua definição, já que toda classificação proposta, conforme admite Schmitz (2011) e resalta Lage (2001), é sempre insuficiente para dar conta da multiplicidade de formas de atuação, interpretação de informações e

abordagens possíveis. Além disso, os papéis que uma fonte representa, como já afirmamos anteriormente, depende das mensagens, das ações, do contexto envolvido e das circunstâncias de cada pauta ou potencialidade (CHARAUDEAU, 2009). Voltaremos aos itens dessa classificação após elencarmos as fontes específicas das matérias analisadas para estabelecermos uma melhor classificação embasados pelo contexto em que aparecem no conjunto do objeto empírico.

## **2.5 As fontes a serem analisadas**

Para iniciarmos nossa análise do corpus da pesquisa, elencaremos aquelas fontes sobre as quais dirigiremos a atenção para então compreendê-las conforme a classificação exposta. De acordo com as pesquisas de ANDI (2009), Painter (2007), entre outras, a predominância das fontes oficiais foi verificada em quase todo o período entre 2005 e 2009, seja de órgãos do governo ou fontes especializadas que se propunham a representar governos ou comissões internacionais supra-governamentais. Algumas fontes são de fácil classificação, pois são basicamente as mesmas em situações diferentes. É o caso dos governos ou empresas e seus representantes. Mas há fontes específicas que escapam de uma categorização simples e exigem uma compreensão maior da sua natureza.

### **1) Fontes Institucionais e especializadas**

#### **a) IPCC e ONU**

Em 2007, a maioria dos jornais nacionais e internacionais vinculou a cobertura sobre o Aquecimento Global e Mudanças Climáticas à publicação do Relatório IPCC, em fevereiro daquele ano. Sendo o IPCC um órgão das Nações Unidas que uniu cientistas de vários países para a pesquisa sobre o clima da Terra, a maioria das abordagens jornalísticas compreenderam o órgão como uma *fonte especializada*, dada a sua natureza científica e de pesquisas empíricas. Do mesmo modo, também é possível classificá-lo como uma *fonte de referência*, quando se trata do Relatório elaborado pelo órgão.

O relatório da ANDI respeitou a classificação utilizada na maioria das redações e considerou o relatório do IPCC/ONU como organismo internacional. De modo geral, utilizaremos esta mesma nomenclatura, mas parece-nos necessário apresentar algumas peculiaridades destes organismos em relação a possíveis outros grupos.

Como uma entidade subordinada às Nações Unidas, porém, e que trazia em seus pressupostos conclusões a priori herdadas não somente de fontes científicas mas disposições políticas e econômicas, entendemos que o IPCC pode reunir importantes elementos de uma *fonte institucional*. Com o atual conceito de “governança global”, ademais, surgido a partir de reflexões conduzidas pelo Banco Mundial, criação da ONU, “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400), somadas ao estabelecimento de uma agenda efetiva de medidas de controle de recursos a serem implantadas gradativamente à maioria das nações, percebe-se elementos que aproximam a ONU de uma entidade governamental que visa agregar para si uma série de responsabilidades, o que demandará igualmente uma concentração de poder. Embora o conceito político de governança difira do da tradicional governabilidade, tal diferença não diminui a quantidade de poder e responsabilidades nas atribuições de uma governança global em vista das formas tradicionais, já que o poder, nesta última, é visto de forma mais indireta, o que termina por subtrair do debate os seus pressupostos e objetivos.

Reunidas estas características históricas das Nações Unidas, acrescenta-se ao IPCC a condição de instrumento organizativo, órgão auxiliar para a efetivação de objetivos ligados a uma agenda global supra-governamental administrada pela ONU, tal como já antecipava a Liga das Nações, sua antecessora. O IPCC, assim, liga-se à ONU como efetivador e legitimador técnico para pressupostos concentrados por meio de um conjunto de objetivos e interesses de um grupo social a se efetivar de forma ampla, o que coincide em grande medida com o conceito de agenda política governamental, tal como aparece na teoria do agendamento. Este grupo social representado pelo órgão é formado por milionários individuais que controlam grandes fundações, como a Open Society, Ford Foundation, McArthur Foundation, Trilateral Commission (Bilderberg), grupos responsáveis pelas decisões da maior parte das potências envolvidas nos conselhos da ONU (COLEMAN, 2006; ESTULIN, 2011; LAGE, 1989).

A classificação do IPCC enquanto órgão da ONU responde a certas características de fonte institucional, embora o seu documento final corresponda à sua fonte documental, o relatório. O mesmo serve para os demais órgãos das Nações Unidas como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

## **b) Organizações não-governamentais**

Assim como as Nações Unidas e o IPCC, as organizações não-governamentais (ONGs) podem ser tratadas usualmente com fontes especializadas, tanto por pesquisadores acadêmicos como em manuais de redação. Mas há diferenças que aproximam as ONGs das fontes institucionais, tal como defenderemos aqui. Para compreender devidamente a natureza destes organismos, vejamos como estes se estabelecem na sociedade. A expressão organização não-governamental representa várias apropriações ideológicas e discursivas possibilitando o seu uso por diferentes atores e interesses. O termo foi criado pela ONU, em 1940, para designar “diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público” [...]. Posteriormente, ganharam papel consultivo em várias agências e fundos das Nações Unidas. Relacionada inicialmente ao conceito de “cooperação internacional”, o termo generalizou-se e serviu para designar as de “cooperação internacional”, ONGs internacionais, financiadoras de projetos específicos, nacionais e todas organizações não estatais genericamente consideradas (COUTINHO, 2006, p.14).

As décadas de 1960/1970 viram a invasão dos centros de “educação popular”, assessorias e movimentos sociais com foco na “conscientização” e “transformação social”. Políticas e concepções de esquerda, baseados nas revisões marxistas de Althusser a Gramsci, trabalharam para a difusão da “democracia de base”, criando uma rede de cooperação mútua e financiamento de projetos que atendiam necessidades ideológicas. Até mesmo na Igreja Católica, com o advento da Teologia da Libertação, os pressupostos marxistas estiveram presentes ao colocar o “povo como sujeito da história”, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A perspectiva pós-marxista, segundo Tourraine (1994), identifica o movimento social como verdadeiro “sujeito”, afastando-se do conceito de “luta de classes”. O movimento social, neste caso, para Tourraine, é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural (1994 apud COUTINHO, 2006).

Essa percepção de Tourraine é confirmada na sugestão de um dos mais influentes teóricos marxistas, Ernesto Laclau (1979) de que a consciência de classe não preexiste aos organismos, mas é construída pela militância mesma.

Para Coutinho (2006, p. 20), as ONGs desenvolvem-se em um “perfil de ‘filantropia empresarial’ e mantém relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, que como já dissemos, é o caso das Fundações Ford, Rockefeller, Kellog, MacArthur, entre outras”. Com base na compreensão destas

características das ONGs, percebemos que a sua classificação não deve obedecer categorias como as de fonte independente devido os vínculos institucionais, políticos e econômicos, que induzem certo comprometimento. A sua ação na sociedade, hoje, pode ser compreendida e até definida em grande parte pela estrutura da qual faz parte e está submetida.



## **CAPÍTULO 3 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO DIÁRIO CATARINENSE E O RELATÓRIO DO IPCC**

### **3.1 Introdução metodológica**

Iniciaremos pela análise quantitativa do material empírico para sondar a importância que foi dada pelo jornal àquele assunto, passando em seguida à breve análise discursiva em busca da imagem relativa ao meio ambiente, seja ela ecossocial, ecotecnocrática ou naturalista, como especificado no primeiro capítulo, conforme as categorias discursivas de Caporal e Costabeber. A seguir, questionaremos qual a função pretendida pelo jornalismo ambiental encontrado, partindo das classificações funcionais da especialidade jornalística segundo Bueno (2007): função informativa, pedagógica e política. Só então partiremos ao estudo quantitativo e classificativo das fontes usadas nas notícias e reportagens, o que faremos com base na caracterização já exposta.

Ao se avaliar a capacidade dos meios de comunicação de promover o agendamento de um tema, o primeiro parâmetro a ser analisado é a quantidade de matérias veiculadas em um determinado período, conforme McCombs (2009). Assim, identificando-se o volume de textos publicados sobre uma temática específica se está buscando mensurar um importante aspecto relativo ao valor concedido ao tema pelos meios de comunicação. Esse tipo de investigação quantitativa, por si só, não é suficiente para determinar a profundidade e a pertinência do debate promovido nesses veículos, embora esse método nos ofereça indicadores bastante relevantes acerca dos assuntos considerados prioritários pela mídia.

O ano de 2007 foi o ano de importantes acontecimentos nacionais e internacionais que estiveram ligados diretamente ao meio ambiente com ampla cobertura dos jornais brasileiros. Conforme nos apontou o relatório da ANDI (2009), a imprensa nacional deu grande espaço para o tema do meio ambiente associado ao Aquecimento Global, especialmente na segunda metade de 2006 até o segundo semestre de 2007.

Assim, com base nas primeiras observações feitas por McCombs e Shaw (1972), de que a exposição de temas específicos na imprensa influenciam a importância destes assuntos na opinião pública e cientes da percepção de Hall et al (1978), que sinaliza a possibilidade de

correspondência entre as abordagens das notícias e as definições de interesse de agendas políticas e governamentais, analisamos o conteúdo proposto para compreender os primeiros aspectos do agendamento.

A exposição dos dados terá início pelo número de matérias que trataram do tema Mudanças Climáticas e Aquecimento Global, buscando indicar a saliência do objeto durante aquele período. Em seguida, será detalhado o percurso dessa cobertura ao longo dos meses analisados com o fim de comparar com resultados de outras pesquisas no que diz respeito aos fatores contextuais que pesaram sobre a cobertura e a evolução da saliência do tema neste período. Outros tópicos, como o foco na matriz energética brasileira e biocombustíveis, além de reportagens sobre altas temperaturas registradas no Estado (quando relacionados direta ou indiretamente ao Aquecimento Global), também foram analisados quantitativamente e relacionados. Mais adiante, separamos, segundo categorias de abordagens expostas no primeiro capítulo para, por fim, iniciarmos a análise das fontes utilizadas conforme a classificação proposta no capítulo anterior.

### 3.1.1 Objeto empírico: o Diário Catarinense

O jornal Diário Catarinense foi fundado em maio de 1986, em Florianópolis e tem uma abrangência estadual. Possui sucursal nas principais cidades catarinenses. De acordo com dados institucionais publicados no site do DC, o jornal circula em 243 municípios dos 293 que existem em Santa Catarina. Nos dias de semana, o jornal alcança uma tiragem de 38 mil exemplares. No domingo, esse número chega a 56 mil. Estes dados colocam o DC, segundo a página institucional, como o jornal líder do mercado de veículos impressos em Santa Catarina.

O número de leitores estimado é de 217 mil. A maioria deles (68%) pertence às classes sociais A e B. O restante está dividido da seguinte maneira: 25% classe C e 7% D e E. Portanto, o jornal é dirigido às classes sociais de maior poder aquisitivo do país. Em relação ao gênero dos leitores, há praticamente um equilíbrio: 52% são homens e 48% mulheres.

Ainda segundo dados institucionais do DC, seu público principal é formado por leitores jovens: 39% estão na faixa etária que vai dos 25 aos 39 anos; 24% pertencem à faixa de idade que vai dos 15 aos 24 anos. Esse perfil de leitor jovem se reflete no ranking das seções mais lidas do periódico. O caderno de Variedades aparece em 1º lugar com

95%, a editoria nacional surge em 2º lugar com 93%. Em 3º lugar, empatados estão na preferência do leitor, o noticiário local e a capa (CRUZ, 1996).

### **3.2 Presença dos temas nas páginas do DC**

De janeiro a julho de 2007, período escolhido para análise, 212 edições foram publicadas pelo DC, nas quais analisamos 12.076 textos, entre notícias, notas, reportagens, editoriais e artigos de opinião. A cobertura total sobre Mudanças Climáticas considerando o total deste corpus representou 0,79%. Um percentual de 93% do total de textos é representado por notícias, reportagens e notas. Deste montante, 57 matérias, ou seja, 0,5% do total, tratavam das Mudanças Climáticas, nos quais o relatório IPCC esteve presente como fonte primária ou secundária, mas desempenhou função de definidor primário.

#### **3.2.1 Editoriais e artigos de opinião**

Cada edição do Diário Catarinense possui dois textos de editoriais e dois artigos de opinião que são enviados por leitores. Foram 19 editoriais que trataram do assunto durante os sete meses pesquisados, o que representaram 4,52% do total de editoriais, enquanto a editoria de opinião publicou 20 (4,76%) de textos opinativos de leitores sobre o tema.

#### **3.2.2 Saliência ao longo dos meses**

Ao longo dos meses pesquisados, a cobertura sobre o assunto teve altos e baixos, possivelmente devido a temas mais urgentes que entraram na pauta do jornal, como a visita do Papa Bento XVI, em abril, do presidente norte-americano George W. Bush e o escândalo Moeda Verde, durante o mês de maio. A publicação do relatório IPCC aconteceu no dia 3 de fevereiro e contou com um anúncio feito por uma matéria já no mês anterior, no dia 31 de janeiro.

O mês de janeiro contou com 2 textos sobre o assunto, sendo um editorial, no dia 7, e a reportagem especial que anunciava a publicação do relatório no último dia do mês.

Os meses de fevereiro e março de 2007 tiveram um crescimento substancial na referência às Mudanças Climáticas. Em fevereiro, mês de lançamento do relatório, a saliência do assunto foi de 16,98% do

conteúdo do jornal daquele mês, considerando notícias, reportagens, notas, editoriais e artigos. O crescimento se manteve, com flutuações, até junho, mês em que foi publicado o segundo relatório do IPCC, conforme aparece na tabela abaixo:

Tabela 1 - Saliência do tema ao longo dos meses

<b>Mês</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Janeiro	2	<b>3,77</b>
Fevereiro	9	<b>16,98</b>
Março	19	<b>35,84</b>
Abril	15	<b>28,3</b>
Maiο	11	<b>20,74</b>
Junho	35	<b>66,03</b>
Julho	5	<b>9,43</b>

Fonte: Dados primários

### 3.2.3 Tópicos paralelos

Dois tópicos diversos foram pesquisados para complementar as hipóteses lançadas por outros pesquisadores quanto aos aspectos influentes na cobertura das Mudanças Climáticas. Um deles foi o de Painter (2008) de que a matriz energética brasileira e a ausência de um lobby petrolífero estiveram entre as causas da adesão da mídia brasileira às opiniões científicas que apontavam para a redução de emissões de gás carbônico na atmosfera. Embora o Brasil tenha preferência histórica pelo petróleo, o etanol, feito da cana-de-açúcar tem ocupado lugar importante nas discussões sobre combustíveis no contexto internacional. O ano de 2007 contou com alguns eventos que motivaram um retorno à temática do etanol e outras fontes de energia.

A outra hipótese se refere à lançada por alguns pesquisadores como Daniela Onça (2011), da área de Geografia, e Luiz Carlos Molion, de Meteorologia, de que o tratamento do tema Aquecimento Global pela mídia esteve relacionado, ao longo dos anos, às altas temperaturas como fator confirmador no público leigo. Não é objetivo aqui comprovar estas hipóteses e sim apontar os dados encontrados na presente pesquisa com

o fim de acrescentar informações a estes pontos de vista, ainda que modestas.

### 3.2.4 Energia

Entre as flutuações na exposição do assunto, algumas podem ser apontadas devido a presença de eventos que pudessem ou não ser relacionados à questão ambiental, como a visita do Papa, a do presidente norte-americano ou o escândalo Moeda Verde. A visita do presidente Bush, no mês de março, pode ter impulsionado matérias que chamavam a atenção para soluções de biocombustíveis, tendo como foco o acordo entre o governo dos EUA e o Brasil sobre o etanol. Esse assunto se manteve em pauta durante todo o restante do período analisado com um total de 32 textos sobre o assunto, incluindo notícias, editoriais e artigos de opinião. Destes, 11 deles se concentraram no mês da visita do presidente americano ao Brasil. Os outros textos que apontavam o etanol, biodiesel e combustíveis alternativos como soluções para a questão ambiental planetária, se distribuíram pelos meses seguintes, embora de forma menos expressiva. Os meses de junho e julho demonstraram um leve retorno ao tema conforme o gráfico abaixo:

Ilustração 1 - Retorno ao tema

<b>Mês</b>	<b>Textos</b>
<b>fev</b>	0
<b>mar</b>	11
<b>abr</b>	4
<b>maio</b>	5
<b>jun</b>	6
<b>jul</b>	6
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Fonte: Dados primários.

### 3.2.5 Clima

Durante os três primeiros meses do ano, as altas temperaturas registradas no estado de Santa Catarina chamaram a atenção da mídia

produzindo pautas sobre o assunto. Em janeiro, duas matérias apontavam os recordes de temperaturas registradas naquele verão. Durante o mês de fevereiro não se falou em altas temperaturas exceto nas matérias e editoriais sobre as Mudanças Climáticas no aspecto científico do IPCC. Em seguida, no mês de março, mais matérias sobre o aquecimento global foram encontradas e também se verificou aumento de referências ao clima naqueles dias, nove matérias apontaram os problemas e doenças inerentes à situação. Dessas nove, pelo menos duas utilizavam a alta temperatura no estado como gancho para informar sobre o Aquecimento Global a partir de dados do relatório IPCC como fonte principal.

Nos meses seguintes não houve referências ao calor até o mês de junho, quando o Caderno especial DC Documento trouxe matérias onde se afirmava que os catarinenses “estavam sentindo na pele os efeitos do Aquecimento Global”, referindo-se às altas temperaturas registradas no verão.

Em julho, quando foi verificada queda substancial na cobertura sobre Mudanças Climáticas, foi o mês de recordes de frio na Serra Catarinense, o que forneceu pauta para capas e grandes reportagens.

### **3.3 Abordagem das matérias**

Diante da totalidade das matérias que trataram de Mudanças Climáticas no contexto do período especificado entre janeiro e julho de 2007, foi encontrada uma única matéria que afirmava serem naturais as causas das catástrofes. Embora o especialista entrevistado não tratasse diretamente do fenômeno do Aquecimento Global, essa foi a única evidência de ponto de vista científico que não chamasse a atenção para causas humanas e econômicas das mudanças. Entre os artigos de opinião, também foi encontrado um único texto que questionava o critério da cobertura sobre o tema, apontando fontes de cientistas internacionais contrários à opinião antropogênica. Este artigo, escrito por um estudante de jornalismo, questionava a abordagem única da mídia e a ausência de fontes céticas em relação ao aquecimento global. Suas fontes, em sua maioria internacionais, haviam sido retirados de textos em blogs brasileiros onde encontravam-se traduzidos. Outro artigo na mesma linha só apareceu nas páginas do Diário Catarinense durante o mês de novembro, mas fora, portanto, do alcance de nossa pesquisa que se direciona somente aos primeiros seis meses de 2007. Mesmo assim, isso confirma a tendência percebida para uma diminuição das referências antropogênicas a partir da primeira metade de 2008,

apontada na pesquisa feita pela ANDI (2010). Embora o foco nas Mudanças Climáticas tenha diminuído quantitativamente, não houve um aumento substancial de referências céticas na cobertura noticiosa ou conteúdo opinativo durante o período pesquisado. A evidência de um único artigo de opinião que questionasse a abordagem hegemônica da mídia pode indicar que a mídia cede o seu espaço para este tipo de visão, mas que há pouca referência disponível ou eram ainda bastante obscuras do grande público leitor durante o período estudado.

Quanto às notícias e reportagens, nenhuma matéria que ressaltasse os argumentos dos chamados céticos foi encontrada ao longo daquele espaço de tempo.

### 3.3.1 Abordagem segundo a função e formação discursiva

A fim de relacionar o aspecto persuasivo das matérias ambientais às reivindicações de agendas políticas nacionais e internacionais, procuramos analisar as matérias segundo as abordagens recomendadas pelo próprio jornalismo ambiental e suas funções pretendidas. O ângulo segundo a função dentro das perspectivas do jornalismo ambiental, pode ajudar a compreender o tratamento predominante na cobertura. Portanto, dentro da segunda fase do processo do agendamento, propõe-se delimitar o corpus entre abordagens específicas, segundo a intencionalidade e função das matérias, tais como aponta Bueno (2007): *Informativa*: a que busca responder à necessidade de orientação dos cidadãos sobre o tema; *Pedagógica*, a que busca orientar abordando causas, consequências e soluções para o problema do Aquecimento Global, fatores envolvidos etc; *Política*, que busca a mobilização dos cidadãos para evitar possíveis abusos e agravamento da situação do meio ambiente. Inclui a vigilância permanente sobre os governantes, empresas e setores que sejam considerados exploradores ou destruidores do meio natural.

Em alguns casos, essas funções se apresentam simultâneas e por este motivo ressaltamos o essencial, isto é, a função predominante em um texto noticioso. Entendemos também que, nos textos opinativos, as funções políticas e pedagógicas são a regra, embora haja artigos que busquem certa objetividade quando a motivação vem da percepção de escassa informação a respeito do tema na publicação. Mas como já alertamos, nossa análise qualitativa do corpus se dirige especificamente sobre o conteúdo noticioso.

A visão constante da relação entre sociedade e meio ambiente, conforme Caporal (2001), (ecossocial, ecotecnocrática e naturalista), foi





ser facilmente percebido, o que aumenta a atenção sobre o assunto. Sabe-se que durante as décadas de 40, quando o clima da Terra passava por esfriamento, a revista Times deu capa especial sobre a teoria de que uma nova Era Glacial se aproximava, o que foi prontamente invertido tão logo o clima esquentasse, conforme demonstramos no segundo capítulo.

Mas a tendência que parece catalizar grande parte da cobertura sobre temas ambientais e científicos, é a da autoridade suprema e inquestionável da ciência, o que aparece inevitavelmente associado a determinada comunidade científica e convergente a interesses de grandes grupos. Essa autoridade suposta e construída por atribuições de poder inexistentes, é fomentada devido o seu poder de ameaça e de geração do clima de medo.

A primeira matéria sobre o IPCC, publicada no dia 3 de fevereiro de 2007, leva o título “Terra à beira da catástrofe”, sob a cartola Aquecimento Global.

O alerta lançado por um comitê internacional de cientistas, ontem, na França, desdobra-se em três inquietações para a humanidade. Primeira: o aquecimento global é inequívoco. Segunda: 90% da culpa são do homem. Terceira: os efeitos persistirão nos próximos séculos, mesmo que parem as emissões dos gases causadores do efeito estufa.

O *lead* apresenta três constatações presentes no Relatório do IPCC que classifica como “inquietações para a humanidade”. A primeira é que o Aquecimento Global é inequívoco, colocando as conclusões dos cientistas do comitê longe da possibilidade de dúvida. A segunda, a de que 90% da culpa pelo fenômeno climático é da atividade humana, encontra-se um equívoco na leitura ou interpretação do Relatório do IPCC. Em suas páginas iniciais, onde tece considerações às conclusões do documento, encontra-se:

É muito provável que o aumento observado da concentração de gás metano é devido às atividades antropogênicas, predominantemente a agricultura e o uso de combustível fóssil, mas contribuições relativas a diferentes tipos de fontes não estão bem determinadas (IPCC, 2007, p.4)

Em nota de rodapé, porém, é indicado o significado da expressão “muito provável” que é de 90%<sup>2</sup>. Portanto, essa percentagem refere-se à chance de o aquecimento global ter causa humana e não como uma fração da culpa humana no fenômeno, o que é bem diferente. A matéria dá a impressão de que a causa humana das Mudanças Climáticas é algo inequívoco quando na verdade o relatório classifica de inequívoco somente o fenômeno climático e não a sua causa. Muitos jornais e revistas fizeram esta mesma afirmação do Diário Catarinense, cometendo portanto o mesmo erro. Em alguns relatórios ou matérias especializadas, porém, foi feita menção ao trecho fiel ao documento.

A terceira inquietação apresentada pelo jornal diz respeito à inevitabilidade do fenômeno. A leitura jornalística deste trecho busca evidentemente o alarme. O catastrofismo e o pânico das imagens que acompanham a matéria é algo, isto sim, evidente. O intuito de gerar a consciência do inevitável e do clima de catástrofe marcou os primeiros meses de cobertura do Aquecimento Global, tal como veremos mais a frente. O primeiro box da matéria traz três frases de presidentes do Brasil, dos EUA e da França, nas quais ressaltam a importância do relatório e confirmam o compromisso de seus países com as revelações trazidas pelo documento, bem como a preocupação com o futuro do planeta.

Em seguida, uma coluna que leva o título de “história vai condenar os poluidores” (Fig.2), já aponta soluções para o problema planetário e, ao final, informa as providências que já haviam sido levantadas antes pelo Fórum Econômico Global, colocando o aquecimento global como um problema ao cargo das grandes potências e não mais somente restritos a ecologistas. A menção às espécies ameaçadas é feita mas deixada em segundo plano diante da crise econômica que o fenômeno climático poderia surtir.

Na segunda página da matéria, há o destaque para as medidas e possibilidades, bem como as oportunidades de negócio para o Brasil em

---

<sup>2</sup> Do original: “It is very likely that the observed increase in methane concentration is due to anthropogenic activities, predominantly agriculture and fossil fuel use, but relative contributions from different source types are not well determined”. Nota de rodapé do documento: “In this Summary for Policymakers, the following terms have been used to indicate the assessed likelihood, using expert judgement, of an outcome or a result: Virtually certain > 99% probability of occurrence, Extremely likely > 95%, Very likely > 90%, Likely > 66%, More likely than not > 50%, Unlikely < 33%, Very unlikely < 10%, Extremely unlikely < 5%”.

vista do álcool. “Álcool será o combustível do futuro”, diz o título do último boxe da reportagem, que traz o Aquecimento Global como grande oportunidade para a economia brasileira.

### **Função**

A função informativa se apresenta, segundo Bueno (2007), como a que responde à necessidade de orientação do leitor. Neste sentido, a notícia da publicação do Relatório IPCC e as informações ali constantes corresponde a essa necessidade e função do próprio jornal. O apelo da inevitabilidade e do catastrofismo, porém, dirige a atenção para a necessidade do controle da situação pelas grandes potências e favorece o clima de cobrança internacional por medidas que salvem o planeta. A função política predomina na matéria, o que é evidenciado pelas frases dos presidentes, o tom alarmista da interpretação do IPCC e a ausência de soluções individuais que pressuporiam uma função mais pedagógica ligada à participação dos cidadãos.

Portanto, entre as funções do jornalismo ambiental recomendadas por Bueno (2007), reconhecemos a predominância da *função política*, já que a matéria chama a atenção para a necessidade da ação política como solução principal e clama à cooperação internacional ecoando o objetivo do próprio relatório. Mas acreditando que as funções do jornalismo ambiental podem e devem ser usadas em um aspecto também descritivo e crítico, acreditamos que se possa infundir a este tipo de matéria aquilo que chamaríamos de disfunção dentro dessa especialidade jornalística em respeito ao assunto em questão e inserido no corpus analisado, referido tanto por Bueno quanto por uma série de artigos acadêmicos que tratam do jornalismo ambiental. Trata-se de uma *função alarmista*, uma clara característica da reportagem analisada e que se encontra presente também em uma grande quantidade de textos da primeira metade do objeto delimitado para análise. Tratamos essa abordagem alarmista como indicação do que afirma Weingart (2000) de que o alarmismo ou catastrofismo pode servir a uma série de interesses políticos. Do mesmo modo, como exemplificamos quanto às notícias de criminalidade (HALL, 1978), em que determinadas características da cobertura obtiveram uma modificação substancial na visão que o público tinha daquele fenômeno e do seu entendimento político no que diz respeito à causalidade de fenômenos sociais e propostas de resolução do problema.

### **Visão de meio ambiente**

Parece-nos perceptível a influência de uma visão técnica em relação ao meio ambiente. Devido a preocupação com a crise dos recursos e impacto econômico das mudanças climáticas, assim como as soluções políticas apontadas no sentido de fomentar determinadas condições econômicas em consonância com intervenções características das intuições internacionais, consideramos predominante a visão *ecotecnocrática* de meio ambiente que, segundo Caporal, impõe-se na maioria do conteúdo de meio ambiente quando este se concentra nas consequências econômicas e trata o meio ambiente como um sistema gerenciável tecnicamente. Este meio ambiente, como vimos, é visto como forma de obtenção de lucros ou prejuízos, distante portanto daquela visão naturalista pela qual é entendido como fim em si mesmo ou quando foca nos aspectos sociais.

### Fontes

Quanto às fontes da matéria analisada, o IPCC é evidentemente uma fonte primária e, segundo especificamos anteriormente, consideramos o relatório do IPCC uma fonte documental enquanto o órgão representa a fonte institucional produtora deste documento. Conforme Hall, a fonte primária nem sempre coincide em ser também o definidor primário da notícia. Esta ressalva é importante para se compreender que o definidor é quem cria os grande parte dos pressupostos. Neste caso, consideramos que o definidor primário coincide com a fonte primária, embora não enquanto documento, mas enquanto órgão dono de credibilidade legada pelas Nações Unidas. Essa autoridade se faz presente na figura da comunidade científica que usufrui da autoridade do método científico como legitimador político (WEINGART, 2000). Temos, portanto, uma estrutura de autoridade que vai desde a ciência enquanto símbolo justificador, encarnado nas comunidades científicas, passando pelos órgãos representantes simultâneos da autoridade científica e política, até o documento expedido por estas entidades, que tem lugar de fonte primária. Dessa forma, tem-se:

<b>Função do jornalismo ambiental</b>	Política, alarmista
<b>Visão ou formação discursiva</b>	Ecotecnocrática
<b>Fontes</b>	Documental, institucional

Fonte: Dados primários.

### 3.4.2 Análise 2 - O papel da composição na mensagem

Um costume comum no jornalismo ambiental e científico é o uso das notícias da própria mídia para exemplificar uma tendência apontada por uma reportagem. Uma reportagem sobre constantes ataques de cães a crianças, por exemplo, recorre normalmente às notícias veiculadas pela mídia como exemplo ou evidência daquele conjunto de fatos semelhantes. Mas igualmente presente no jornalismo é a tentação de fazer o inverso, isto é, de usar notícias não como meros exemplos mas para comprovar tendências apontadas por reportagens que por ventura contem com pouca verossimilhança. Neste caso, a noção daquela tendência provêm de outra fonte que não a noticiosa. A pauta de reportagem feita com base nas notícias pode conter maior verossimilhança pela sua proximidade com visões e expressões do senso comum. Um relatório científico, ao contrário, exige um esforço de construção de verossimilhança, que pode ser feito por meio das notícias disponíveis. Em vez de apontar uma tendência com base em um histórico de eventos noticiados, faz-se uma busca por notícias que melhor sirvam para representar a tendência apreendida pelo prognóstico científico. O resultado disso é expresso em reportagens tendenciosas e construídas, mas que facilmente passam elas mesmas a substituir a própria autoridade científica.

Este é o caso, como já apontamos, do comportamento do clima. Não foram poucos os exemplos de matérias sobre o Aquecimento Global que levavam retrancas dando conta do enorme calor registrado pelos termômetros, aparentemente arriscando a hipótese de que um aquecimento de proporções planetárias e seculares estava sendo sentido pelos próprios leitores em um simples fim de semana de praia. A matéria que analisaremos agora exemplifica esta aparente tendência.

No dia 2 de março de 2007, o Diário Catarinense trouxe na editoria de Geral, uma matéria sobre clima que titulava: “Degelo afeta 4 milhões por dia”. Na linha de apoio, explicava: “Relatório foi apresentado ontem, no início do Ano Polar Internacional”. A notícia dava conta de um relatório da Comissão Européia sobre o degelo das regiões polares apresentado um dia antes em Bruxelas. O detalhe que chama atenção é o fato de que a matéria, embora não acompanhe fotografia, divide a página com outra notícia a respeito do clima, chamando a atenção das altas temperaturas registradas em Santa



matéria termina com informações assustadoras sobre o clima: o aumento nos termômetros dos pólos nos últimos 50 anos teria sido de cinco vezes a temperatura média da Terra..

Na notícia ao lado, onde estampava-se a foto das duas crianças, o título: “Em SC, março começa sob 35°C”. O destaque eram os termômetros da Capital e do restante do Estado. Diz o lead: “Santa Catarina viveu ontem mais um dia de calor intenso. Em Florianópolis, o céu permaneceu aberto até o final da tarde, mantendo temperaturas elevadas durante todo o dia”.

### **Função**

O destaque da matéria aos perigos para os ecossistemas aponta para uma função informativa dentro da perspectiva do Jornalismo Ambiental, embora reuna, mesmo sozinha, evidentes alarmismos. A notícia desta matéria diz respeito exclusivamente à publicação do relatório da Comissão Européia e do teor dos seus resultados. A função alarmista, como apontamos anteriormente, vem decorrente da informativa, mas conta com claras intenções políticas de pressão internacional. Dentro do teor científico da divulgação destes lançamentos dos próprios organismos internacionais, portanto, já encontra-se indícios de alarmismo, assim como o IPCC, uma vez que, como vimos, pertencem a grupos políticos que têm claras intenções em fortalecer a sua visão de mundo baseada em uma série de necessidades cuja satisfação poderá vir prontamente destes mesmos organismos. A afirmação de que o relatório é resultado de um projeto unido a outros tantos que são financiados já há uma década pela União Européia é emblemático para a compreensão das prioridades decorrentes do financiamento destes projetos. Unidos ao IPCC, a Comissão Européia é um órgão da União Européia que, junto das Nações Unidas, coopera para uma série de outros projetos na esfera da conscientização ambiental para implementar agendas de planejamento e metas que, por meio da mídia, sugere todos os anos aos governos do mundo inteiro.

A matéria em questão, portanto, considerada em seu conjunto e composição da página, representa a função informativa para fins alarmistas de pressão internacional, sendo esta última função como a definimos no primeiro capítulo, uma disfunção da informativa e um método construtivo de persuasão social e política. O caráter político é subentendido, sendo as funções informativa e alarmista uma indicação de como este se apresenta discursivamente.

### **Visão de meio ambiente e formação discursiva**

A matéria não apresenta claras características de uma visão ecossocial, já que não parece sugerir grandes inovações ou modificações nos padrões comportamentais e sociais da vida urbana, rural, etc. Com o ponto de vista fixado a partir do relatório da Comissão Européia, o texto inicia-se com a preocupação naturalista e o aspecto científico acerca das possíveis consequências futuras para o fenômeno do degelo dos polos causado pelo Aquecimento Global. Embora fatalista, a perspectiva da matéria propõe uma linha de causalidade técnica, mas preocupada inicialmente com o ser humano e, em segundo lugar, com as espécies ameaçadas. Em seguida, ao longo do texto, chama-se a atenção para a agricultura, o que evidentemente indica riscos para a economia.

No entanto, a preocupação principal parece ser a relação entre os fenômenos naturais que, apesar de vincularem ao Aquecimento Global como fato inquestionável, não apontam as causas humanas, mas somente os estudos a respeito. A grande preocupação informativa do texto, portanto, aparece na sentença: “As regiões polares parecem distantes, mas suas mudanças climáticas têm impacto global”. A frase é creditada ao comissário europeu ao tentar esclarecer o fato de que o degelo não afeta somente os habitantes dos polos ou próximos, mas toda a Terra. A visão naturalista, portanto, parece-nos predominante na matéria.

### **Fontes**

A matéria provavelmente de agência internacional, traz ao Diário Catarinense as informações referidas por meio do relatório em questão. A única fonte apresentada portanto é o relatório da Comissão Européia que, embora contenha resultados semelhantes ao IPCC, não é relacionado com ele no texto. A fonte documental, dessa forma, tem importância no relato jornalístico, embora se tenha incluído também o testemunho do comissário responsável como elemento declaratório. Além da fonte documental e especializada, indicamos o elemento institucional dos organismos responsáveis, como afirmamos anteriormente, por possuírem em seus estatutos e ações públicas, evidente agenda baseada em determinadas crenças políticas.

Classificando a matéria então como propomos, temos o seguinte resultado desta análise:

<b>Função do jornalismo ambiental</b>	Naturalista
<b>Formação discursiva</b>	Informativa, alarmista
<b>Fontes</b>	Documental, institucional

Fonte: Dados primários.



### 3.4.3 Análise 3 – Dias mais quentes e o incremento ao alarmismo

Se na análise anterior a primeira matéria apontava a causa e uma retranca tentava demonstrar o efeito que comprovava a causalidade, a análise seguinte mostra uma matéria que aponta a consequência de uma causa confirmada depois em uma retranca. Após a matéria de título: “Capital tem o segundo dia mais quente do ano”, segue a outra titulada: “Mudanças serão piores, diz ONU”.

A página, publicada no dia 7 de março de 2007, novamente leva uma única foto que mostra turistas “se refrescando” na praia, enquanto abaixo, o alarmante prognóstico das Nações Unidas alerta para o perigo. “Sorvete e ventilador. A dobradinha deve continuar em alta nos próximos dias, a exemplo de ontem, quando, em Florianópolis, foi registrada a segunda temperatura mais alta do ano: 34,2°C”, destaca o lead.

As explicações meterológicas para tão intenso calor se resumem ao fato de os ventos nordeste e norte manterem o tempo seco e impedirem a entrada da frente fria que permaneceria no Rio Grande do Sul. Segue a matéria: “Alternado a períodos de nebulosidade, o sol também seguirá sem dar refresco, e o calor deve superar os 30°C em todas as regiões”. Ao final do texto, apesar de tranquilizar com a previsão de chegada de frente fria, ainda ressalta: “Podem voltar a ocorrer tempestades e chuvas fortes com descargas elétricas no Extremo-Sul do Estado, onde os temporais registrados no último fim de semana foram causados pelo choque entre a frente fria e o ar quente sobre a região”.

Tanto o intenso calor quanto a frente fria parecem indicar um perigo que tem como causa o fenômeno das Mudanças Climáticas. Isso fica evidente na matéria seguinte cujo título (“Mudanças serão piores, diz ONU”) parece referir-se à notícia anterior, embora na leitura compreenda-se que se dirige, na verdade, às informações divulgadas em fevereiro. Isto é, as mudanças serão piores do que o relatório anterior previa. Mas para quem vê a página inteira fica evidente a impressão de que “serão piores” que o calor que se ia observando na cidade nos últimos dias. Assim, inicia no lead: “Um novo relatório, que será publicado em maio, diz que os efeitos da mudança climática serão ainda mais graves do que as Nações Unidas (ONU) tinham previsto, segundo antecipou ontem um alto funcionário do órgão”.

A matéria enfatiza ainda que, diante das novas “provas” descobertas e que serão reveladas no próximo relatório, “a reação terá

que ser muito mais significativa”, afirmava o representante. “Temos que construir um consenso para dar uma resposta multilateral às mudanças climáticas pelo efeito estufa”. O texto cita o relatório publicado em fevereiro que apontava para os efeitos catastróficos da mudança climática.

Segundo essas novas informações, haverá o “desaparecimento de neves perpétuas em menos de 15 anos ou a elevação da temperatura da Terra em até 5°C até o ano de 2100”. Diante dessa pequena imprecisão do relatório anterior em comparação a dados descobertos, no entanto, a autoridade das pesquisas científicas sobre o caso parecem só ter aumentado. O detalhe do “ou” entre as duas previsões igualmente alarmantes desaparece em meio à evidente crise climática que parece demandar toda a atenção dos países do mundo, o que justifica que sejam somadas as possibilidades como igualmente possíveis. Tais detalhes nunca são analisados já que a imagem dos relatórios científicos oriundos dos seus organismos políticos não é afetada devido a credibilidade do conhecimento científico que representam.

### **Função**

O representante das Nações Unidas, na matéria, menciona reações que devem ser “mais significativas”, mas não especifica quais são elas. No entanto, muitas das ações sociais, políticas e econômicas apontadas para conter as Mudanças Climáticas já haviam sido informadas na primeira matéria sobre o relatório, além de uma série de outras em anos anteriores desde a Eco-92. Ademais, o foco na produção industrial como a principal atividade humana nociva ao meio ambiente já aparecia desde as décadas de 1970, o que as faz conhecidas e imediatamente evocadas na mente de quem lê a matéria. Dentro das funções do jornalismo ambiental ditas por Bueno, a referência das “reações mais significativas” na citação da fala do representante da ONU diz respeito à eficácia de políticas ambientais mais amplas, o que aponta para a predominância da função política. Como em toda matéria jornalística, há elementos informativos importantes quanto à evolução e andamento das pesquisas sobre o clima, mas o caráter político sobrepõe-se até mesmo à função informativa, como mostra a referência da matéria à anterior, apontando vínculos de causalidade entre as pesquisas da ONU e a percepção do intenso calor. O aspecto político fica então evidente já que não seriam possíveis a curto prazo reações de cunho individual ou comportamental que justificassem abordagem pedagógica. A matéria nos parece, portanto, mais política e alarmista do que informativa ou pedagógica.

### **Visão e formação discursiva**

Tendo como principal preocupação a elevação da temperatura, a matéria em questão traz a previsão da publicação do novo relatório, este que por sua vez trará previsões sobre o clima da Terra. Para averiguarmos a visão de meio ambiente pressuposta na formação discursiva vejamos os efeitos, objeto das pesquisas apontadas. A elevação no nível do mar e aumento da temperatura são apontados como efeitos últimos, sendo referidos somente os “efeitos catastróficos” decorrentes das mudanças e o curto prazo em que vão se apresentar. Sem apontarem efeitos na própria natureza e nem na economia, parecem descartadas as duas formações discursivas naturalista e ecotecnocrática, sobrando-nos a ecossocial. No entanto, o foco nas soluções a apontar “reações ainda mais significativas” coloca o meio ambiente como um bem técnico, onde o estímulo gerará obrigatoriamente uma resposta, o que aparentemente é sugerido como esperança de modificação e controle. Caporal (1999) infere das formações discursivas que nem sempre podem ser identificadas pela linha causal dos efeitos, mas também das propostas. Isso aproxima a matéria em análise de uma visão ecotecnocrática, pois a efetividade da resolução ganha caráter economicista e técnico, solução que reside nas mãos da tecnocracia dos governos. Sabe-se que a resposta político-econômica a estes problemas vai demandar fatalmente um impulso a mudanças de comportamento. Mas aqui a matéria se permite somente avançar no aspecto das reações significativas que no aspecto macro que se apresenta só pode, como já afirmamos, ser decidido na esfera econômica e, portanto, técnica.

### **Fontes**

A fonte primária desta matéria vinda de Brasília é a declaração do diretor do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que participaria da conferência “Os desafios do desenvolvimento sustentável e as respostas do sistema multilateral”, ocorrido em Brasília. Lá, o diretor teve acesso às revelações do relatório com lançamento previsto para o mês seguinte. Como fonte primária, a declaração do diretor diz respeito ao relatório que, como fonte secundária e documental, representa as Nações Unidas. O órgão, portanto, como em outras matérias podemos ver, tem papel de definidor primário, como o classifica Hall, embora seja uma fonte secundária.

Assim, sobre esta matéria, concluímos a análise da seguinte forma:

<b>Função do jornalismo ambiental</b>	Política, alarmista
<b>Formação discursiva</b>	Ecotecnocrática, naturalista
<b>Fontes</b>	Documental, institucional

Fonte: Dados primários.

### 3.4.4 Análise 4 – Chamado à responsabilidade global



Seguindo o tom da cobertura nacional sobre as Mudanças Climáticas de 2007, no dia 7 de abril o DC deu destaque de capa com a chamada: “ONU aponta futuro sombrio em razão do aquecimento global”. Na coluna ao lado, uma prévia da matéria sublinhando que “estudo prevê falta de água para 1 bilhão”. O pequeno texto na capa destaca:

Quatrocentos cientistas reunidos em Bruxelas, na Bélgica, projetaram um quadro preocupante para o futuro do planeta. Trata-se da segunda parte do relatório do Painel Intergovernamental de

Mudanças Climáticas, coordenado pela ONU, sobre os efeitos do aquecimento global.

O estudo aponta que as populações mais pobres serão as mais vulneráveis às mudanças climáticas, e mais de 1 bilhão de pessoas poderão sofrer com a falta de água em um futuro próximo.

Entre os desastres mais notáveis está o fim da Floresta Amazônica e, em seu lugar, o surgimento de uma savana.

A matéria traz a novidade das conclusões da segunda parte do relatório do IPCC, entre elas a de que 30% das espécies vegetais e animais correriam o risco de desaparecerem se a subida da temperatura for superior a 2,5%. Se em matéria anterior já se havia previsto que esse aumento seria de fato superior, trata-se aqui de uma previsão sem grandes chances de erro, de acordo com a coerência do discurso que a cobertura vinha construindo por meio dos prognósticos científicos. Outra novidade fica por conta da conclusão dos especialistas de que as populações pobres poderão sofrer com a falta de água, o que apontam como consequência do derretimento da camada de gelo de grandes cadeias de montanhas.

A página 22, onde consta a matéria chamada pela capa, constitui-se de três grandes títulos sobre o assunto. A primeira sobre as espécies em risco na conclusão do relatório; a segunda matéria, intitulada “terras aptas para plantio diminuiriam”, trata do perigo apontado pela ONU sobre a redução das terras cultiváveis, mais especificamente no caso brasileiro. Nesta segunda matéria, a foto de uma indústria ao fundo de um cenário rural, leva a legenda sobre as consequências nefastas para a agricultura do Brasil. Um box que se propõe deixar o leitor por dentro do assunto, explica o que é o aquecimento global, o efeito estufa e “quais as causas das mudanças climáticas?”, onde o jornal supõe resumir as conclusões dos relatórios ao dizer que as mudanças acontecem “quando são lançados mais gases de efeito estufa (GEEs) do que as florestas e os oceanos são capazes de absorver” (sic). Essa afirmação por si só já renderia discussões acaloradas de cientistas, no entanto o jornal se resume a colocá-la como fato consumado e distante de qualquer discussão.

Depois das duas matérias aparentemente informativas, segue a vez de um terceiro título contextualizá-las politicamente por meio de um pequeno artigo em tom científico escrito por um oceanógrafo e pesquisador. Nestes último texto da página, intitulado “Uma situação

insustentável”, o cientista utiliza toda a autoridade dos relatórios e das comunidades científicas internacionais para conclamar governos estadual, federal e internacionais para uma ação política e econômica imediata.

### **Função**

“Populações pobres serão as mais vulneráveis às mudanças”, diz a linha de apoio do texto que encabeça a reportagem. Fica nítido o objetivo do atendimento a uma função política proposta pelo conjunto formado pelos três títulos dispostos na página. Tomadas individualmente, porém, não se teria uma tão evidente característica. Isso porque a primeira atende essencialmente à função informativa. No máximo, alarmista quanto às previsões, embora o respeito à letra do relatório a obrigaria a esta postura que, como já mencionamos, provém do próprio relatório.

O aspecto político da composição, portanto, aparece principalmente no terceiro título do conjunto de matérias, onde o cientista tece uma crítica à postura atual dos políticos e considera os relatórios como um alerta aos tomadores de decisão que ainda permaneceriam céticos ao problema. O autor propõe “repensar o desenvolvimento social e econômico até então concebido”. Segue ele: “A situação ambiental atual é insustentável e a formulação de estratégias duradouras envolvendo os mais diferentes atores governamentais e não-governamentais de forma participativa e integrada urge neste momento”. Para que estas sugestões ganhem corpo é preciso crer em uma certa infalibilidade científica e técnica que dificilmente seria corroborada por um cientista individual, mas somente por grupos, de preferência pertencentes à mesma comunidade de interesses, financiada pela ONU, uma entidade supra-governamental que propõe, já desde a década de 30, as mesmas mudanças radicais pelo globo, embora em diferentes épocas houvessem justificativas diferentes.

Esta função política só pode ser possível após uma grande massa de informação que, exposta de forma acrítica, sedimenta a crença nas necessidades de mudanças, tal como exemplificado por Hall (1999). A geração de comunidades interessadas é um dos principais elementos consequentes da implantação de um sistema de agendamento que, segundo McCombs, vai trabalhar na exigência, pela agenda pública, das medidas de interesse da agenda governamental (TRAQUINA, 2005).

### **Visão e formação discursiva**

Não aparece mais com tanta força a perspectiva naturalista, na qual o risco da extinção de espécies ou o desmatamento, tenha grande peso na matéria. Diversamente, este conjunto de textos se orienta para a explicação do grande perigo global, visto de modo mais político e estrutural do que propriamente naturalista no sentido clássico e ecológico do termo.

A crença no poder da ciência em corresponder à realidade dos problemas gera uma esperança nas soluções de mesma origem, técnicas, de modo que a sociedade passa a ser vista como operada por uma tecnocracia equilibrante e administradora da própria realidade (FELINTO, 2005). Se estes propósitos são alcançados ou não, é disso que depende a adesão a ideologias justificadoras tanto do poder quanto da impotência humana na compreensão da realidade. Isso se dá tanto no âmbito técnico-científico da biologia, da qual a ecologia descende, como nas ciências sociais. Na perspectiva ecotecnocrática, segundo Caporal, a necessidade de um equilíbrio entre preservação e a economia liberal dá origem ao discurso da sustentabilidade e a sua gerência por uma tecnocracia global. A formação discursiva vista no conjunto de matérias analisado é a ecotecnocrática, orientadora de uma visão tecnocrática do meio ambiente.

### **Fontes**

Na primeira matéria a fonte primária é o próprio IPCC em sua segunda parte, lançado ao mesmo tempo em diversas partes do mundo para a imprensa. Neste caso a fonte primária coincide como definidor primário que é o órgão das Nações Unidas, considerada portanto uma fonte documental e institucional.

No segundo título da reportagem, a fonte primária é a pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Meio Ambiente (EMBRAPA), o que a torna uma fonte autorizada. Sendo a Embrapa uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, vemos tratar-se de uma fonte oficial governamental em posição de fonte primária na matéria. O relatório do IPCC, neste caso, tem a posição secundária mas mantém-se como definidor primário, isto é, origem dos pressupostos que orientam a matéria e até mesmo a fonte primária.

No último texto, o pesquisador e oceanógrafo que escreveu o pequeno artigo nos faz pensar em uma fonte individual, embora represente o Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Mas como um artigo de opinião não publicado na seção específica para isso, acredita-se ter sido

escolhido conforme a coerência para aquele conjunto de matérias, o que nos faz crer que represente a instituição para a qual trabalha.

Assim, tomados no conjunto, as três matérias podem ser consideradas uma única cobertura de modo que a coerência e sequência cognitiva que ela ensaja nos transmita a impressão dessa unidade. Dessa forma, as classificamos:

<b>Função do jornalismo ambienta</b>	Política
<b>Formação discursiva</b>	Ecotecnocrática
<b>Fontes</b>	Documental, institucional

Fonte: Dados primários.

### 3.4.5 Análise 5 – Ainda há tempo

A função política do jornalismo ambiental praticado nos primeiros meses de 2007 foi ganhando maior evidência e profundidade conforme os dados científicos dos inúmeros relatórios publicados iam sendo interpretados pelo jornal. O uso das notícias factuais a respeito do clima daquele verão parecia estar auxiliando na tarefa da conscientização proposta pelo jornal, função preferível ao próprio jornalismo ambiental, segundo Bueno. Esta conscientização, como já mencionado, pode ser permeada pela função informativa, política e pedagógica. Em alguns dos casos já analisados, arriscamos uma quarta característica, a alarmista, como catalizadora da conscientização e persuasão em um aspecto mais amplo, abrindo uma ponte entre a função informativa e a política, isto é, um chamado para a ação em escala governamental.

Para isso, a consciência de uma missão de grande importância para o mundo parece ter sido necessária para esta convocação aos vários tipos de ação. No dia 29 de abril, o DC publica a reportagem especial intitulada: “Tempo de salvar o planeta”, sob a cartola de Aquecimento Global. Como das outras vezes, o jornal segue a agenda imposta pelos organizadores dos relatórios do IPCC, que chamam os governos do mundo e empresários para medidas imediatas. O objetivo da convocação, segundo a matéria, é “frear o aquecimento global nos próximos 10 anos”.

Mais uma vez os relatórios modificam os prognósticos mudando o discurso para um tom menos alarmista. A conclusão é de que há, sim, “tempo e recursos para agir imediatamente”. Como percebemos até aqui, relatórios parecem cometer alguns pequenos erros de previsão



quanto às consequências do Aquecimento Global, embora sobre as causas nada se modifique. Essas pequenas mudanças, de prognósticos mais alarmistas para menos, normalmente coincidem com os objetivos declarados por estes congressos e eventos ambientalistas, o que acaba sendo ecoado sem reservas pelos jornais do mundo. Quando o momento era de descrença internacional a respeito das mudanças do clima e da responsabilidade humana, as declarações do IPCC e da ONU eram alarmistas ao extremo e utilizava-se até mesmo do calor percebido no verão. Quando, de outro lado, parecia necessário conclamar os países e as pessoas à ação, as previsões pareciam menos pessimistas e havia, então, chances de conter o aparente cataclisma.

A matéria anuncia a publicação de um novo relatório, mais otimista, programado para o segundo semestre do ano. Este relatório apresenta recomendações básicas para combater o efeito estufa mesclado com análises da situação de cada setor de atividade. “No segundo semestre”, acentua a matéria, “serão detalhados os exemplos e as medidas capazes de esfriar os termômetros”. A foto que acompanha a matéria mostra os cataventos geradores de energia eólica, o que sugere mudanças na matriz energética.

[4] Reportagem Especial &gt;

TAMARA CAMARGOS • 10 DE SETEMBRO DE 2007

## Aquecimento global

# Tempo

### de salvar o planeta

ANEXO 1

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Agricultura

catariense

será afetada

MARCOS REIS

Projeções de que o planeta se tornará um lugar mais quente e seco, com menos chuva e mais calor, podem afetar a agricultura catariense.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Depois de dois dias de negociações em Bonn, Alemanha, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Após semanas de negociações, os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

A reunião em Bonn, Alemanha, foi a primeira de uma série de negociações para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

Os líderes mundiais chegaram a um acordo para limitar o crescimento da população e reduzir o consumo de energia.

## Função

A leve modificação do discurso do relatório, que atenuou o alarmismo das matérias anteriores, acompanha uma preocupação maior

com a função política. O lead da matéria chama a atenção pelo tipo de apelo, algo que pareceria incomum não só no jornalismo como no que diz respeito à expectativa humana das suas próprias possibilidades:

Depois de décadas nas quais salvar o mundo foi missão fictícia de super-heróis, um grupo de especialistas em climatologia pretende delegar esta responsabilidade a pessoas de verdade na próxima semana. [...] Ações imediatas de governos, empresários e cidadãos serão defendidas por cientistas ligados ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, para frear o aquecimento global nos próximos 10 anos.

Ao convocar os governos, empresários e cidadãos, a função política da matéria nos parece evidente. Mas essas ações, como ressalta a matéria, serão defendidas por cientistas ligados ao IPCC. Que comunidade científica almejou comandar as ações de governos do mundo inteiro, de empresas e de cidadãos? Se estes cientistas propõem mais poder aos governos para agir sobre os empresários e sobre as consciências dos cidadãos, ainda mais poder reúne nas mãos desta comunidade que, sob a influência das Nações Unidas, utiliza a credibilidade científica dos números e prognósticos técnicos como instrumento persuasivo. Não parece haver espaço para questionamento do jornalismo, que se resume a relatar a torrente de dados enviados em um ritmo tamanho de modo que é impossível confrontá-los ou confirmá-los. As ações políticas e econômicas, dessa forma, vão sendo implantadas no mundo inteiro, não por convencimento, mas por via das dúvidas.

Embora a função política fique evidente nesta primeira parte da matéria, a segunda página da reportagem traz infográfico com os “10 caminhos para frear a destruição”, entre os quais destaca-se o uso do solo, luz natural, energia alternativa, uso do transporte coletivo, biocombustíveis, reciclagem, manejo agrícola, eficiência industrial, etc. Um boxê intitulado “cenários para o futuro”, informa ainda as previsões mais alarmantes para que se perceba a necessidade de tais medidas. À função política, portanto, segue-se a pedagógica, surgida aqui pela primeira vez com maior força desde a publicação do relatório em fevereiro.

### **Visão e formação discursiva**

A foto que estampa a matéria, a do enorme catavento gerador de energia eólica, traz a sugestão já indicada da modificação das matrizes energéticas já em escala internacional. A promessa da técnica entrevistada para a matéria é de que “se reduzirmos as emissões dos gases do efeito estufa, poderemos viver sem grandes catástrofes ou prejuízos à economia mundial”. No meio da matéria, uma pequena retranca alerta que a “Agricultura catarinense será afetada”. Como entretítulo, a frase “mudanças podem colocar em risco o modelo fundiário”. Na página seguinte, as sugestões pedagógicas para a ação dos cidadãos. Assim, a matéria possui clara formação discursiva ecotecnocrática, com uma pequena amostra de visão ecossocial. As sugestões de mudanças em nível social ainda não são tão profundas e o apelo majoritário reside no modelo energético e impacto econômico. A matéria não menciona nenhuma vez as espécies em extinção ou o impacto das catástrofes na vida humana, mas restringe-se ao aspecto econômico enquanto atenua as previsões antes mais catastróficas. Passa-se assim, de um discurso mais naturalista, para o caminho do arranjo discursivo da sustentabilidade, o que, segundo Caporal (1999) caracteriza a visão ecotecnocrática.

### **Fontes**

Como fonte primária e testemunhal da matéria, a entrevista com uma cientista brasileira que se encontrava em Bangkok, onde se realizavam as discussões sobre o trabalho do relatório que seria apresentado, dá conta de resumir os resultados a serem divulgados nos meses seguintes. Os relatórios anteriores do IPCC, como fontes secundárias, fornecem a base sobre a qual se estrutura a narrativa. Para o infográfico da segunda página da reportagem, dois cientistas brasileiros envolvidos no projeto foram consultados. Já para as previsões a respeito das consequências para a agricultura catarinense foram ouvidos três especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A matéria começa com fontes testemunhais e documentais, ligadas a grupos que consideramos de natureza institucional. A aproximação regional da retranca que enfatiza os perigos para a agricultura catarinense trazem um tipo de fonte que pode ser considerada especialista ou oficial, o Inpe. No entanto, seguindo os conceitos de definidores primários e secundários, onde os primários são aqueles que definem a pauta ou cedem a sua credibilidade à matéria, apontamos que permanece o IPCC, como fonte institucional e especializada, no lugar de definidor primário.

## 10 CAMINHOS PARA FREAR A DESTRUIÇÃO

O primeiro material do IPCC relatava as mudanças no mundo atual medidas simples, com tecnologia disponível, para diminuir os efeitos do aquecimento global. Em seguida, um quarto documento, maior e mais específico, vai detalhar as ações disponíveis para combater o aquecimento da temperatura.

Com base no conteúdo dos documentos que serão revelados na próxima semana e no segundo semestre, dois cartilões ilustrados encaminham na página. Suzana Kusan e Roberto Schaefer, antropólogos no IOC, já analisam que consideram as mais importantes para evitar a destruição do planeta.



Resumindo a análise desta matéria tomada em totalidade com as duas páginas, temos então:

<b>Função do jornalismo ambiental</b>	Política, pedagógica
<b>Formação discursiva</b>	Ecotecnocrática
<b>Fontes</b>	Documental, institucional

Fonte: Dados primários.

### 3.4.6 Análise 6 – Mudanças sentidas na pele

No início de junho, o Diário Catarinense já começava a anunciar a publicação de um caderno especial sobre o Aquecimento Global. Ao todo, durante os primeiros seis meses de 2007, foram lançados dois cadernos, ambos em caráter essencialmente pedagógico, trazendo recomendações dos cientistas para que os próprios cidadãos pudessem contribuir para redução do calor na Terra através das mais variadas e simples atitudes cotidianas.



cotidianas do cidadão para ajudar a controlar o clima do planeta. A expressão “cientistas garantem”, comumente usada no jornalismo científico, traduz bem o tipo de expectativa alimentada nas conclusões de pesquisas das ciências naturais, bem como ampliações destas conclusões a aspectos que dizem respeito ao comportamento individual ou coletivo. Como nos lembra Morin (1999), nenhuma ciência pode garantir a validade universal de suas conclusões já que suas premissas dificilmente fazem parte do objeto daquela ciência e as consequências das conclusões também a estapulam. Além disso, as descobertas e conclusões são sempre temporárias bastando uma única evidência em contrário para derrubar quaisquer vínculos de necessidade lógica ou causal. A garantia referida pela matéria diz respeito à validade social, ao consenso público necessário à ação política e econômica.

Uma outra matéria do mesmo caderno insiste na percepção do fenômeno global por meio da evidência dos dias quentes. O título, “Catarinenses sentem efeitos das mudanças”, resume o lead, que assegura: “Os catarinenses sentem na pele os efeitos das mudanças climáticas. A redução da amplitude térmica no Estado, ou seja, a diminuição da variação entre a temperatura máxima e a mínima, está aí para quem quiser ver – e sentir”.

O técnico entrevistado, o meteorologista e geógrafo da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), não faz previsões, mas descreve algumas conclusões em nível local sobre o tipo de calor sentido no verão que passara, chamando a atenção para o provável prejuízo para a agricultura, além de enfatizar precedentes históricos. Esta matéria individual, portanto, não cita o IPCC nem os cientistas que previram o Aquecimento Global, embora utilize seus pressupostos como certos. Parece ser o repórter, e não um cientista, que vai comprovando o fenômeno por meio de evidências regionais. Em dado momento da matéria, escreve o repórter:

Se, apesar dos estudos apresentados pelo geógrafo da Epagri, ainda restar alguma dúvida sobre o aquecimento global, basta verificar a variação térmica ao longo do século, que, revelam estudos da Nasa, pulou dos 13,6°C registrados no ano de 1880 para 14,4°C em 2005.

Ou, sem precisar olhar tão longe, lembrar do ano passado, quando 195 municípios catarinenses decretaram estado de emergência provocado pela estiagem.

O texto parece dialogar com um cético que aparentemente crê que as mudanças na temperatura sejam naturais ou não estejam ocorrendo. Mas a dúvida dos chamados céticos, que já naquela época questionavam as conclusões do IPCC no resto do mundo, estava na causalidade entre emissão de gases e a temperatura, um vínculo de necessidade que até Al Gore, no filme premiado *Uma verdade inconveniente*<sup>3</sup>, disse não ter muita certeza. Embora a matéria não tenha citado nenhuma argumentação cética no texto, ela parece dialogar com a suposta divergência a respeito da mudança ou não do clima da Terra, o que absolutamente não representava o ponto do debate científico que ocorria fora da mídia, nos círculos científicos internacionais.

Assim, o salto de temperatura anual que a matéria sugere como prova do aquecimento global, igualmente não traz nenhuma novidade substancial. Estes dados foram contestados, na época, por cientistas da Metsul, empresa meteorológica do Rio Grande do Sul com pouca ou nenhuma repercussão na mídia nacional. Esta mesma empresa dizia que o perigo global, segundo os cientistas gaúchos, não era resultante da ação humana mas natural, e que a preocupação devia se dirigir à suspeita considerada mais realista de um resfriamento natural, algo que traria bem mais prejuízos e mortes. Conforme as previsões destes últimos cientistas, aqueles 195 municípios que sofreram com a estiagem em 2006, conforme citado na matéria, nos questionamos: eles teriam tido mais sorte do que as cerca de 150 cidades catarinenses que sofreram com a neve no inverno de 2013?

Em seguida, a matéria cita o meteorologista que afirma não existirem até hoje estudos para mostrar os reflexos do fenômeno global em Santa Catarina, “mas observações já apontam para o que os cientistas comentam sobre as mudanças do clima”, afirma o geógrafo. Isso significa que, não havendo nenhum estudo regional para comprovar o que dizem os cientistas internacionais, a confirmação da hipótese do aquecimento global restringe-se às observações que coincidissem com “o que os cientistas comentam”. Podemos dizer então que, sendo objeto da ciência somente aquilo que pode ser por ela mensurável, torne-se objeto de observação de cientistas individuais só o que coincida com a confirmação de hipóteses aceitas pela comunidade científica. Se os

---

<sup>3</sup> O documentário *Uma verdade inconveniente* analisa a questão do aquecimento global, a partir da perspectiva do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Ele apresenta uma série de dados para comprovar a correlação entre o comportamento humano e a emissão de gases na atmosfera. Disponível em: <<http://vimeo.com/24857305>>. Acesso em: 18 out. 2013.

cientistas do mundo inteiro fazem declarações seguindo as opiniões aceitas pela categoria, o que dizer de um jornalismo que trata hipóteses científicas como opiniões e as valida socialmente como consensos universais?

A matéria expõe um gráfico que é exatamente o mesmo do publicado junto à reportagem de anúncio do lançamento do relatório do IPCC, em 3 de fevereiro. Apesar de haver modificação no tom das previsões, a hipótese lançada pelo IPCC parece seguir inalterada segundo suas suposições de causalidade.

### **Função**

A análise do caderno especial publicado pelo DC indica a predominância da função pedagógica do jornalismo ambiental praticado ali, embora seja patente a presença de matérias que anunciam a necessidade de um pacto global para conter as mudanças e também de páginas e gráficos de cunho informativo.

Anúncio do filme *Uma verdade inconveniente* estampa uma das páginas intitulada: “vale a pena assistir”. Ao lado, a matéria “consciência em sala de aula” traz a história de uma aluna que luta para conscientizar a sociedade por meio de sugestões de modo de vida aos colegas e aos pais. Destaca o papel dessa consciência para a educação das crianças e modificação dos comportamentos por um mundo melhor.

Uma outra matéria do caderno faz uma agradável propaganda do Carbon Free, cuja maior vantagem seria a diminuição da emissão de gás carbônico na atmosfera, causadora do Aquecimento Global. Junto a essa matéria, propostas de “um novo estilo de vida” que surge a partir da diminuição do consumo, onde conta com entrevistas de membros de Ongs a recomendar novos comportamentos à população em vista dos desafios climáticos.

### **Visão e formação discursiva**

Na análise da formação discursiva e visão de meio ambiente exposta na grande reportagem deste DC Documento, encontramos características de uma visão ecotecnocrática devido ao chamado para os prejuízos da agricultura e as consequências econômicas, bem como a tendência a aplicar a comportamentos humanos uma visão técnica extraída das ciências naturais. Mas o discurso predominante parece ter sido o ecossocial. Como explicamos no primeiro capítulo deste trabalho, esta formação discursiva especificada por Escobar (2000), é formada por um arranjo entre as perspectivas culturalista e ecossocialista, ambas tidas como descendentes de modelos marxistas e gramscistas,



influências teóricas de uma práxis comum a partir dos Estudos Culturais. Esta visão propõe modelos de interações políticas baseados na existência de papéis sociais construtores da dinâmica histórica, que por sua vez é fundamentada pela relação com os bens econômicos e materiais. A função da educação neste sentido é essencial, já que a conscientização (herdeira da consciência de classe contra a alienação promovida pelo capital) é o principal fator de mudança social.

### **Fontes**

O relatório do IPCC só apareceu neste caderno quando necessário a uma função informativa, o que no caso ocupou lugar acessório e não principal. Não obstante, o documento da ONU e as afirmações tratadas nos meses anteriores, já consideradas amplamente conhecidas, fazem do IPCC um definidor primário, embora só apareça como fonte secundariamente. O definidor primário, portanto, é institucional.

Cientistas locais, como o técnico da Epagri mencionado, membros de Ongs e pesquisadores da Universidade, fizeram parte do rol de fontes utilizadas. São elas as fontes especializadas em grande maioria. É possível afirmar que o DC Documento analisado corresponde ao que seria um trabalho completo de jornalismo ambiental, onde a multiplicidade das fontes aparece em sua plenitude. Sendo a função do jornalismo ambiental, tal como afirma Bueno, chamar a atenção para os perigos existentes, este conjunto de matérias obedece em grande parte este intento.

Como resumo dos resultados dessa análise, portanto, temos:

<b>Função do jornalismo ambiental</b>	Pedagógica
<b>Formação discursiva</b>	Ecossocial
<b>Fontes</b>	Institucional, especializada

Fonte: Dados primários.

### **3.4.7 Análise 7 – Conscientização ecológica**

Antecipando algumas considerações, já se pode perceber as tendências de um processo de construção discursiva de um suposto consenso científico e social. Ao longo dos seis primeiros meses de 2007 o discurso naturalista foi cedendo lugar ao ecotecnocrático e o ecossocial, seguindo mais ou menos a mesma trajetória que o discurso ambientalista desenvolveu ao longo das primeiras décadas de seu surgimento público à medida que ganhava midiaticização e cuja validade

discursiva ganhava força na opinião pública. Do mesmo modo, a função do jornalismo de meio ambiente caminhou da informativa para a política, até possuir legitimidade para caracterizar-se como pedagógica.

O percurso discursivo e funcional também acompanhou as características sazonais. À medida que o inverno se aproximava, as categorias de discurso e função do jornalismo ambiental se dirigiam às formas mais acabadas de construção, quer dizer, que dependem de um maior conhecimento da estrutura discursiva que está em jogo e menos das informações.

Já no final do mês de junho, o DC publicou outro caderno especial, a série “DC em sala de aula”, suplemento educacional que normalmente traz reportagens com discussões pedagógicas e inovações no meio escolar. O suplemento começa com um editorial que começa assim:

O DC em Sala de Aula está de volta e focado no assunto que é uma das maiores preocupações da humanidade, o aquecimento global. Independente de ter sido celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente no começo deste mês, o tema está em debate no cinema, na TV, em audiências públicas, em casa, nas escolas. O que assusta é o efeito do aquecimento da Terra, pois o derretimento das geleiras desestabiliza todo o clima do planeta. Por isso, o meio ambiente predomina nas páginas deste caderno, que é uma iniciativa e parceria do Diário Catarinense e da Secretaria de Estado da Educação.

Em sala de aula, os professores têm desenvolvido com os estudantes trabalhos pedagógicos sobre as transformações que todos os continentes sofrem em virtude do efeito estufa, decorrente do buraco na camada de ozônio, a cobertura que protege a Terra. Pelo que realizam, os alunos estão conscientes e preocupados com o nosso futuro.

O destaque das matérias, como o próprio editorial salienta, são os trabalhos pedagógicos desenvolvidos em sala de aula sobre os efeitos das Mudanças Climáticas. O foco principal da primeira matéria é a conscientização das crianças para a reciclagem e uma alimentação mais saudável, o que indiretamente poderá, segundo as especialistas consultadas, contribuir para salvar o planeta. A filosofia da escola em

questão é a do “quem se ama se cuida e zela pelo meio ambiente”, em que aprendem a plantar e a utilidade de ervas medicinais, chás, etc. Os professores dessa escola estimulam os conhecimentos naturais e ditos “tradicionais” coisa que os alunos passam a levar da escola para casa. Curiosamente os conteúdos deste tipo parecem fazer uma trajetória inversa do usualmente descrito (quando estes vinham de casa para a escola), algo que os educadores parecem ter entendido como avanço científico. A experiência relatada pelos educadores expõe os excelentes resultados na mudança de atitudes dos alunos, que passam a regar as plantas sem que ninguém mande. Trabalhos escolares sobre reciclagem e outros meios de preservação são estimulados para que as crianças transmitam entre si os conhecimentos adquiridos na escola. Enquanto os alunos cultivam e observam as plantinhas crescerem no vaso diante da sua ação de regá-las, também os professores parecem observar os resultados comportamentais obtidos mediante os seus estímulos amparados por uma nova técnica educacional baseada na ecologia. Neste ambiente, não são necessárias as informações científicas do IPCC traduzidas pelos jornais, mas somente a palavra do professor que, com a sua autoridade indispensável até mesmo para garantir liberdade de comportamento, conduz os alunos em segurança à nova consciência social, moral e política que emerge daqueles simples gestos.

A função pedagógica, como temos visto, depende de uma série de etapas anteriores, ligadas às construções sociais baseadas num consenso a partir de uma autoridade maior. O auxílio da formação discursiva, que no ambientalismo traz em si a resposta a um entendimento de meio ambiente, fortalece os pressupostos na medida que salta por cima da discussão deles, dando a ideia de que são definidos e amplamente aceitos. Com a ajuda da formação discursiva pode-se implementar as funções da comunicação ambiental para gerar seus efeitos esperados.

Em todo o caderno Sala de Aula, do DC, não houve utilização efetiva das fontes científicas, já que se considera amplamente conhecidas e já desnecessárias para esta etapa da discussão. A maioria das fontes utilizadas são ONGs e as escolas que trazem suas inovações, através dos próprios professores, ligados a organizações não-governamentais regionais parceiras das escolas.

A definição primária dos pressupostos impressos no caderno parece ter ficado a cargo da própria cobertura do jornal nos meses anteriores, interpretações jornalísticas dos relatórios científicos. Tendo sido conhecido por meio da imprensa, o fenômeno das Mudanças Climáticas tornou-se, como diz o editorial, pauta da sociedade. Como inicia a matéria: “Está na imprensa, na reunião de trabalho, na conversa

da esquina ou na hora do almoço. O aquecimento global é o assunto do momento em qualquer lugar que se vá, independente de quem fala”. É evidente que o relatório do IPCC não chegou ao público por si mesmo e nem o público concluiu sozinho a necessidade das preocupações ambientais a partir da percepção do calor crescente. A imprensa também é responsável por levar o assunto ao debate público, mas o trecho da matéria dá a entender que a imprensa somente refletia a pauta pública, quando na verdade a predominância do assunto nas diversas esferas sociais se deve em grande parte à abordagem da própria mídia. Além disso, toda a abordagem do aquecimento global, perigo de catástrofes etc, foi tomado como inquestionável para as sugestões das ideias pedagógicas utilizadas nas escolas que, depois, tornaram a converter-se em objetos jornalísticos. Se para o jornalismo as informações científicas, como se viu, foram tratadas como fora de dúvida, as matérias jornalísticas sobre aquelas informações transmitiram uma ideia ainda mais inquestionável à sociedade, que passou a organizar a sua agenda de preocupações em conformidade com as abordagens da mídia como definidor primário.



Do total de matérias sobre Mudanças Climáticas publicadas entre fevereiro e julho, o jornalismo ambiental praticado foi 43% pedagógico, 35% político e 29% informativo, conforme a tabela com a contagem abaixo:

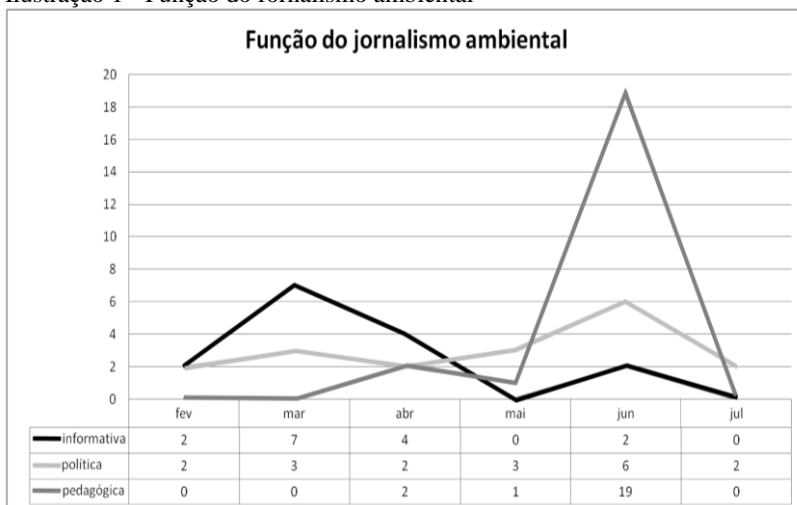
Tabela 2 - Função do jornalismo

<b>Mês</b>	<b>Política</b>	<b>Informativa</b>	<b>Pedagógica</b>	<b>quantidade</b>
<b>fev</b>	2	2	0	<b>2</b>
<b>mar</b>	3	7	0	<b>9</b>
<b>abr</b>	2	4	2	<b>6</b>
<b>mai</b>	3	0	1	<b>4</b>
<b>jun</b>	6	2	19	<b>28</b>
<b>jul</b>	2	0	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>51</b>
<b>%</b>	<b>35%</b>	<b>29%</b>	<b>43%</b>	

Fonte: Dados primários.

Vejamos como o percurso da função do jornalismo ambiental se comportou no tempo do período escolhido, conforme os dados acima:

Ilustração 1 - Função do jornalismo ambiental



Fonte: Dados primários.

### **Presença das formações discursivas**

A respeito da formação discursiva e conceito de preservação do meio ambiente, nossa análise discursiva chegou à porcentagem de 39% de discurso ecotecnocrático, 23% do naturalista e somente 15% do ecossocial. Indo além da quantificação, porém, percebemos o percurso dessas tendências no tempo, o que facilmente leva a um caminho discursivo, como já mencionamos, cuja força persuasiva vai aumentando conforme o grau de credibilidade e verossimilhança, dando gradativamente mais poder à correspondência entre teorias climáticas e sociológicas.

A tabela abaixo expõe os números e respectivas porcentagens diante do total das matérias analisadas.

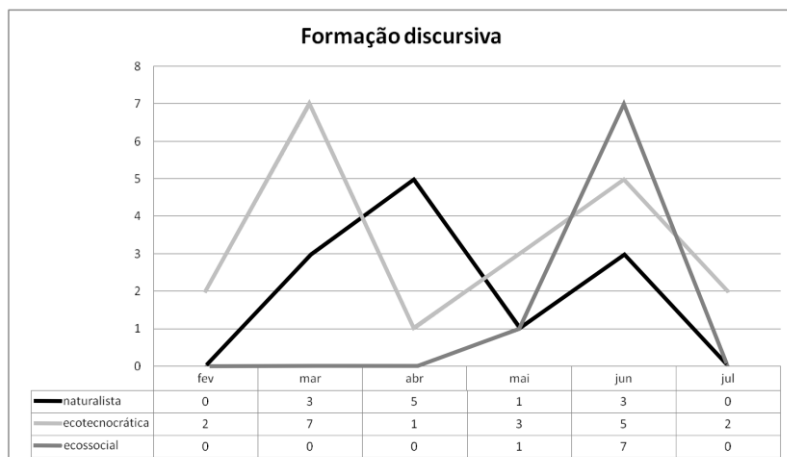
Tabela 3 - Formação discursiva

<b>Mês</b>	<b>Naturalista</b>	<b>Ecotecnocrática</b>	<b>Ecossocial</b>
<b>fev</b>	0	2	0
<b>mar</b>	3	7	0
<b>abr</b>	5	1	0
<b>mai</b>	1	3	1
<b>jun</b>	3	5	7
<b>jul</b>	0	2	0
<b>Total</b>	12	20	8
<b>%</b>	<b>23%</b>	<b>39%</b>	<b>15%</b>

Fonte: Dados primários.

Assim como na primeira tabela, vejamos a trajetória das formações discursivas durante todo o período analisado:

Ilustração 2 - Formação discursiva



Fonte: Dados primários.

### 3.5 Análises das fontes

Conforme McCombs (2009), o principal fator para se conhecer a agenda da mídia é saber como se forma a sua rede de fontes. Mais do que isso, é preciso entender dentre as fontes usuais, aquelas que apresentam o papel de definidores primários dos tópicos a serem tratados e do tipo de abordagem dada a esses temas. A partir dessa percepção, buscamos examinar o conteúdo das matérias em busca dos seus definidores, quando estes aparecem sob a forma de fontes confiáveis. O definidor primário, segundo Hall (1999) e McCombs (2009), não é necessariamente aquele ator social que mais aparece no texto da matéria mas aquele que fornece os pressupostos com os quais o jornalista constrói o discurso impresso na matéria ou mesmo aquelas influências que motivaram a pauta.

Assim, do montante analisado, listamos conforme três categorias principais: fontes oficiais, institucionais e especializadas. Essa classificação, retirada de Lage (2000), não deixa de fora as individuais e documentais, mas as coloca dentro das primeiras, já que uma fonte documental pode ser representante de uma oficial, especializada ou institucional e assim por diante.

A quantidade de fontes oficiais durante todo o período analisado apareceu em 18% das matérias, conforme tabela abaixo. Já as especializadas, 22% e as institucionais lideraram aparecendo em 60% das notícias sobre Mudanças Climáticas naquele período.

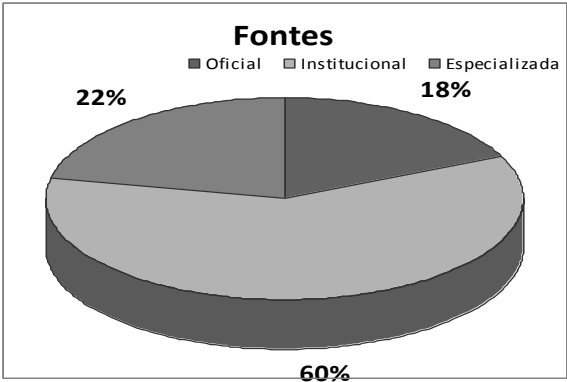


Tabela 4 - Fontes das matérias

Mês	Oficial	Institucional	Especializada
fev	1	1	0
mar	4	5	3
abr	0	5	4
mai	0	3	1
jun	3	19	4
jul	2	0	0
Total	10	33	12
%	18%	60%	22%

Fonte: Dados primários.

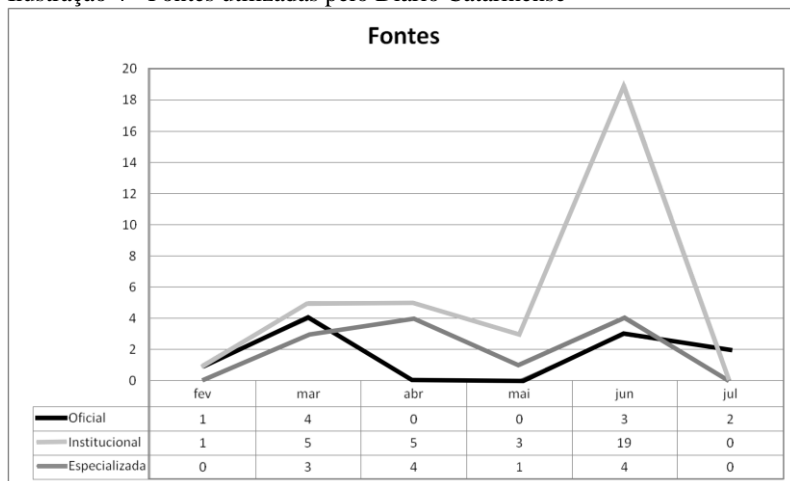
Ilustração 3 - Fontes



Fonte: Dados primários.

Com base nas informações levantadas, vejamos o seu comportamento para visualizarmos o percurso do uso das fontes pelo Diário Catarinense:

Ilustração 4 - Fontes utilizadas pelo Diário Catarinense



Fonte: Dados primários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as informações e resultados levantados e recorrendo às reflexões expostas neste trabalho, é possível estabelecer algumas considerações a respeito de três aspectos principais:

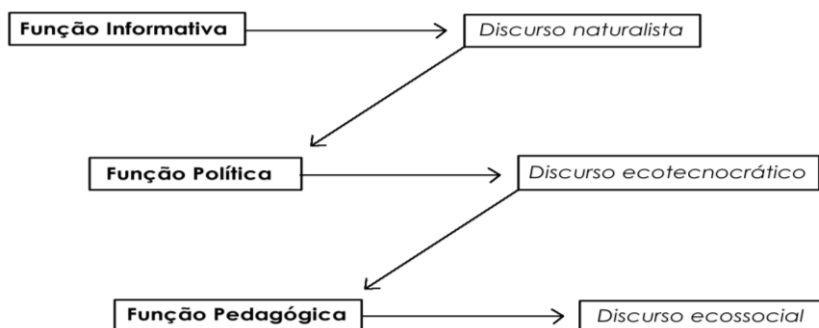
- 1) A relação percebida entre as funções do jornalismo ambiental e as formações discursivas verificadas nas matérias;
- 2) O percurso dos critérios de noticiabilidade ao longo do período;
- 3) O poder da ciência e a credibilidade de dados científicos como critério para a escolha de fontes pelo jornalismo.

Sobre o primeiro aspecto, percebeu-se durante as análises das matérias o modo como se relacionam as funções do jornalismo ambiental de acordo com o percurso discursivo verificado nas notícias do Diário Catarinense. A função informativa no jornalismo ambiental, ao utilizar o discurso naturalista, gera pressões por meio da

característica alarmista, o que implica conclusões de ações administrativas e econômicas. Criadas essas condições, impõe-se a possibilidade da função política no jornalismo, o que é conduzido por um discurso ecotecnocrático. Este tipo de discurso, por sua vez, dado o seu caráter técnico, propõe discutir relações com a cultura e a com a sociedade, produzindo o ambiente para funções pedagógicas que vão se expressar em um contexto de necessidades de mudanças sociais.

A sequência funcional do jornalismo, portanto, articula-se de forma colaborativa com o tipo de discurso, conforme o esquema:

Ilustração 5 - Sequência funcional do jornalismo



Fonte: Dados primários.

Este processo implica uma construção progressiva de discurso na qual uma função depende da anterior e conta com o auxílio de formações discursivas que ampliam paulatinamente o grau de influência das agendas construtoras do discurso de modo a gerar uma certa hegemonia de ideias. A etapa final deste processo culmina no que descrevemos no segundo capítulo acerca da teoria do agendamento, isto é, o controle das prioridades da agenda pública em consonância com agendas políticas e ideológicas por meio da definição da agenda midiática.

O segundo aspecto é o percurso dos valores-notícia que acompanha o processo que descrevemos, enquanto conjunto de motivações geradas e geradoras das condições para cada etapa. O risco de extinção de espécies, típico valor-notícia do jornalismo ambiental mais naturalista, somado às mudanças geológicas e marítimas, dão às matérias o tom alarmista e catastrófico que aos poucos se dirige à preocupação com os prejuízos materiais e financeiros. O perigo de mudanças na economia global e perdas nacionais, gerador do clima de

crise, tornam possíveis as sugestões de mudanças no âmbito social e cultural dos cidadãos. A atenção às soluções volta-se para o aspecto social e o enfoque pedagógico se faz presente a partir da necessidade da conscientização. Enquanto inicialmente as pautas buscavam informações sobre os efeitos e perigos das Mudanças Climáticas, ao final deste processo o jornalismo ambiental procurou exemplos de ações concretas e condutas consideradas exemplares em vista do problema, fosse por empresas, escolas, órgãos oficiais, governos ou indivíduos. Deste modo, os critérios de noticiabilidade acompanharam a função pretendida pelo jornalismo ambiental bem como a sua articulação com as formações discursivas, além do critério de escolha das fontes consultadas.

O terceiro aspecto diz respeito ao privilégio de determinadas fontes e a presença do poder científico como legitimador político. Acompanhando o processo dos critérios de valoração das pautas ambientais, a escolha de fontes se completa também a partir do seu grau de credibilidade. Diante dos resultados que apontam uma predominância da fonte institucional nas matérias, é possível sugerir a matiz de sua intencionalidade considerando sua filiação a órgãos supranacionais como as Nações Unidas. A fonte do IPCC como a mais consultada, representou o poder simbólico da ciência e sua influência vista como preferencial na sociedade.

Em meio aos elementos definidores da agenda midiática esteve sempre o poder da ciência como definidor primário de concepções de causa e efeito e a presença de um determinismo bio-sociológico característico da modernidade, oriundo da crença no poder explicativo e transformador da técnica como aplicação prática de uma ciência racionalista.

Nossa pesquisa centrou-se na repercussão dos relatórios divulgados em 2007, mas foi feita durante a publicação de outro relatório do IPCC, já em 2013, que anunciou um aumento no grau de certeza, de 90% para 95%. A crise do modelo de racionalidade moderno mencionada por teóricos como Santos (1995), parece ocasionar um esforço de reafirmação de poder mediante a afirmação de certeza e confiabilidade, como afirmam estes autores. O relatório de 2013 continua a destacar a existência de um Aquecimento Global antropogênico e a recomendar ações econômicas para contê-lo, mesmo após o escândalo do Climategate, em 2009, no qual os dados apresentados em 2007 ficaram sob evidente suspeita. Do mesmo modo, os jornais responsáveis pela cobertura das conclusões apresentadas em

2007 colocam-se diante do desafio de uma crise de credibilidade semelhante.

Na busca de interpretação de conteúdos científicos para traduzi-lo à sociedade, o jornalismo transforma o discurso das ciências em um tipo de senso comum que não questiona poderes estabelecidos. O percurso funcional-discursivo que descrevemos caminha em direção a estágios em que há cada vez menos possibilidade de contestação ou discussão e transforma hipóteses científicas em juízos incontestáveis.

O privilégio da fonte científica no jornalismo gera concorrência pela representação da ciência por parte de grupos políticos e econômicos, governos, ONGs e até a própria mídia que, ao referir-se a dados científicos, concede a eles um poder inquestionável. Embora o conhecimento fornecido pela comunidade científica tenha um caráter provisório e sempre insuficiente, a sua posterior transformação em senso comum pela mídia acaba por inseri-lo nas expectativas de objetividade que a racionalidade moderna subscreve e o insere no âmbito da opinião pública. Por meio da apropriação dessa crença no poder racional das ciências é que se dá a transferência de credibilidade aos grupos que dizem representar esse poder explicativo e simbólico.

O jornalismo enquanto atividade discursiva e construtora de imagens da realidade ocupa uma função que historicamente atraiu o interesse de apropriação por variadas agendas e instâncias formadoras de sentido. A história do jornalismo e das teorias que procuraram compreendê-lo enquanto atividade confunde-se com o esforço por uma independência diante das forças sociais em disputa na sociedade, sejam elas políticas, governamentais ou mercadológicas. Em um contexto internacional em que a globalização é vista como algo inevitável, a predominância de determinadas concepções técnicas e científicas tornam-se instrumentos de legitimação de propostas políticas que concorrem, entre outras coisas, para a definição mesma do papel do jornalismo como atividade indispensável ao atendimento dos interesses dos representantes do poder político. Por isso, compreender a natureza, objetivos e técnicas dos grupos e campos de significação representados pela extensa e abrangente rede de organismos criada dentro da complexa estrutura gerada pela globalização, pode ser um dos grandes desafios do campo científico do jornalismo, na medida em que se tenha em vista a sua independência enquanto esfera detentora de alguma credibilidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa**. Florianópolis: Edufsc, 2006.

ALLAN, Stuart; ADAM, Barbara; CARTER, Cynthia. **Environmental risks and the media**. London: Routledge, 2000.

ANDI - Agência de notícias dos direitos da infância. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007; julho de 2007 a dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/608>>. Acesso em: 20 out. 2013.

BACCHETTA, V. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, V. L. (Ed.). **Ciudadanía planetaria**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000.

BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. **Balance as bias**: global warming and the US prestige press. [S.L.]: Global Environmental Change, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação e jornalismo ambiental**: teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. Jornalismo ambiental: além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 15, p. 33-44, 2007.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. (Orgs.). **Nature et transformation du journalisme**: Théories et recherches empiriques. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural. In: **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Botucatu: Instituto Giramundo Mutuando, 2001. Disponível em:

<<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>>. Acesso em: 1 de nov. 2013.

CHAPARRO, Manuel Carlos. O acontecimento como discurso. **Comunicação e Sociedade**. 2, 14(1-2), p. 295-317, 2000.

\_\_\_\_\_. **Iniciação a uma teoria das fontes**: tipificação das fontes. 2009. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B-6cnp0Z1LwyYzIwYjYwOTEtMWY0OC00Y2JkLTk0YmMtMmNmZTljODM4NWNm/edit?hl=pt\\_BR](https://docs.google.com/file/d/0B-6cnp0Z1LwyYzIwYjYwOTEtMWY0OC00Y2JkLTk0YmMtMmNmZTljODM4NWNm/edit?hl=pt_BR)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

COLEMAN, John. **O Instituto Tavistok de relações humanas**: Conformando o Declínio Moral, Espiritual, Político e Econômico dos Estados Unidos da América. 2006.

CRISPIM, Renata Borges. Estratégias singulares de agendamento: o caso do Greenpeace. **Comun. Inf.**, v. 6, n. 2, p. 75-86, ju.l/dez. 2003.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio**: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis-Blumenau, Editora da UFSC – Editora da FURB, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: DADOS – **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo**. v. 1, n. 1, p. 121-131, 2008.

ESCOBAR, A. **El desarrollo sostenible**: diálogo de discursos. Ecología Política, Barcelona: Icaria, 1995.

ESTULIN, Daniel. **El Instituto Tavistock**. Madrid: Ediciones B, 2011.

FELICIO, R. A.; ONÇA, D. S. “Aquecimento global”, “mudanças climáticas” e “caos ambiental” justificando o falso

**“desenvolvimento sustentável”**: a teoria da tríade. In: VI Fórum Ambiental da Alta Paulista. ANAP, Tupã, setembro de 2010.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tche, 1987.

GRAU, N. C. **Repensando o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998.

GUIMARÃES JR. Isac de Souza. De volta ao mundo das ideias: o fetichismo ambiental no discurso midiático da sustentabilidade. **Comunicação & Sociedade**. Ano 33, n. 56, p. 233-263, jul./dez. 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart et al. **Policing the Crisis**: Mugging, the State, and Law and Order. London: Macmillan Press, 1978.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; et al. **Policing the crisis**: mugging, the state, and law and order. Hong Kong: The Macmillan press, 1982.

\_\_\_\_\_. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: N. TRAQUINA (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: [s.n], 1999.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. **Mudança do clima 2007**: mitigação da mudança do clima. Contribuição do grupo de trabalho III ao quarto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Sumário para os formuladores de políticas. Bancoc: Painel Governamental, 2007.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.



\_\_\_\_\_. **O controle da opinião pública:** um ensaio sobre a verdade conveniente. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOSEKANN, Cristiana. **A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro.** Pelotas: Pensamento Plural, 2009.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 1992.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: Nelson TRAQUINA (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

MAZZARINO, Jane Márcia. O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental. **Revista Fronteiras:** Estudos midiáticos. Unisinos, 2007.

MASSIERER, Carine. Quando o meio ambiente é notícia em Zero Hora e Correio do Povo. In: SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. **5º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo.** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2007.

MATTELART, A. M. **Histórias das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.

MCCOMBS, M.E.; SHAW, D.L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo:** análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Livraria Minerva, 2000.

MCCOMBS; SHAW. A Função o Agendamento dos Media. In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo:** Análise e Textos da Teoria do Agendamento. Coimbra, Minerva, 2000.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cultura de massas do século XX**: espírito do tempo 1- neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAINTER, James. **Summoned by science**: reporting climate change at Copenhagen and beyond. Challenges. London: Oxford's Reuters Institute for the study of journalism, 2010.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade**. v. 2, n. 14(1-2), 277- 294, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no século XX. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 23-31, jan./abr. 1992.

ROSSY, Elizena. Artigo Contra-agendamento: O Terceiro Setor Pautando a mídia. In: **II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. Belo Horizonte (MG): Congresso, 2007.

RÜDIGER, Francisco R. **Comunicação e teoria social moderna**: introdução aos fundamentos conceituais da publicística. Porto Alegre: Fênix, 1995.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Livraria Minerva, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A redescoberta da natureza**. São Paulo. v. 6, n.14, 1992. (Aula inaugural da Fac. Filos. Letras, Ciências humanas da USP, São Paulo, 1992). Estudos Avançados.

SCHUDSON, News and democratic society: past, present and future. In: **Why Democracies Need an Unlovable Press**. Cambridge: Polity, 2008.

SCHMITZ, Aldo A. **Classificação das fontes de notícias**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no Jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

SILVA, Luiz Martins. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: **Metodologias de pesquisa e jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

STEEL, Ronald. **Walter Lippmann and the american century**. New Brunswick: N. J. Transaction, 1999.

SCHLESINGER, Philip. **Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme**. Réseaux, Paris, 1992.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

\_\_\_\_\_. **O estudo do jornalismo no Século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico.** Horizonte: Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Posjor-UFSC-Insular, 2005.

TRUMBO, Craig. **Constructing climate change:** claims and frames in US news coverage of an environmental issue. [S.L.]: Public Understanding of Science, 1996.

UMA VERDADE INCONVÊNTE (An Inconvenient Truth). Al Gore. Paramount Classics, United International Pictures (UIP). EUA. 2006. (DVD).

WEINGART, Peter; ENGELS, Anita; PANSEGRAU, Petra. **Risks of communication:** discourses on climate change in science, politics, and the mass media. [S.L.]: Public Understanding of Science, 2000.

WEINGART, Peter. **Kassandrarufe und Klimawandel** (Prophecies of Doom and Climate Change). Academia de Berlim-Brandenburgo de Ciências, 2002. Disponível em: <<http://www.gegenworte.org/heft-10/weingart-probe.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

WOLF, Mário. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

